

Jefferson Henrique Cidreira

DISCURSO E RESISTÊNCIA NA AMAZÔNIA ACREANA

(1971-1981)



Edufac

Edufac 2016

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora da Universidade Federal do Acre (Edufac),

Campus Rio Branco, BR 364, Km 4,

Distrito Industrial – Rio Branco-AC, CEP 69920-900

68. 3901 2568 – e-mail edufac.ufac@gmail.com

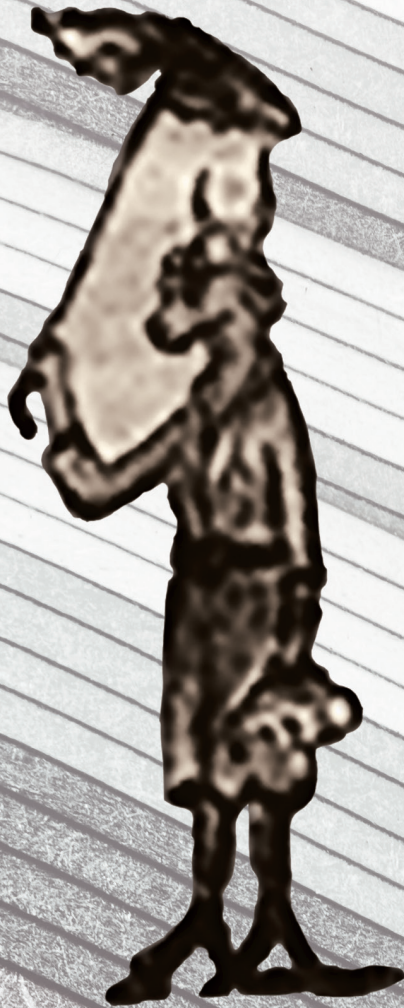
Editora Afiliada: Feito Depósito Legal


Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Jefferson Henrique Cidreira

DISCURSO E RESISTÊNCIA NA AMAZÔNIA ACREANA

(1971-1981)



Edufac



Discurso e resistência na Amazônia acreana (1971-1981)

ISBN: 978-85-8236-035-4

Copyright © Edufac 2016, Jefferson Henrique Cidreira

Editora da Universidade Federal do Acre - Edufac

Rod. BR 364, Km 04 • Distrito Industrial

69920-900 • Rio Branco • Acre

Diretor

José Ivan da Silva Ramos

CONSELHO EDITORIAL

Adailton de Sousa Galvão, Antonio Gilson Gomes Mesquita, Bruno Pereira da Silva, Carla Bento Nelem Colturato, Damián Keller, Eustáquio José Machado, Fabio Morales Forero, Jacó César Piccoli, José Ivan da Silva Ramos, José Mauro Souza Uchôa, José Porfiro da Silva, Lucas Araújo Carvalho, Manoel Domingos Filho, Maria Aldecy Rodrigues de Lima, Raimunda da Costa Araruna, Simone de Souza Lima, Tiago Lucena da Silva, Yuri Karaccas de Carvalho.

Secretária Geral

Ormifran Pessoa Cavalcante

Editoras de Publicações

Maria Iracilda Gomes Cavalcante Bonifácio

Jocília Oliveira da Silva

Design Editorial

FredericoSO

AntonioQM

Revisão de texto

Amilton José Freire de Queiroz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Ufac

ISBN: 978-85-8236-035-4

C568d Cidreira, Jefferson Henrique.

Discurso e resistência na Amazônia Acreana (1971-1981) / Jefferson Henrique Cidreira. – Rio Branco: Edufac, 2016.

160 p.

1. Discursos – Comunicação de massa – Acre. 2. Resistência – Discurso – Acre. 3. Comunicação de massa – Aspectos sociais. I. Título.

CDD 22.ed. 302.23098112

Bibliotecária: Vivyanne Ribeiro das Mercês Neves CRB-11º/600

“No meu ócio, na minha operância, nos meus momentos pungentes, o rádio sempre foi o meu fiel escudeiro”.
Antônio Paiva Rodrigues.

“A resistência é o resultado de uma alma que não se conforma com o sofrimento, luta incansavelmente, superando as tribulações, vendo além das tempestades um caminho de luz e segurança. Essa alma cresce do tamanho de seus sonhos e vê nas dificuldades degraus para se alcançar a vitória almejada”.
Harold Wilson

Dedico esse trajeto, do qual fizeram e fazem parte pessoas que me amaram e amam acima de tudo, meus pais Saint' Clair Cidreira e Maria da Liberdade de Matos, esta a melhor amiga, mãe incontestável e por estar sempre ao meu lado nas horas difíceis; ao meu amado irmão Saint' Clair Jr., um exemplo de irmão e meu "espelho", e a sua família (esposa e filho). E às outras duas pessoas, que tanto fazem sentir uma lacuna em minha vida: vovó Teresinha e ao irmão Mário Sérgio (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

A DEUS, por ter predestinado minha caminhada até aqui, e simplesmente por tudo em minha vida.

À igreja Presbiteriana do Brasil de Senador Guiomard, da qual faço parte.

À mãe Maria Liberdade, batalhadora, espelho de mãe que qualquer filho quer ter, pelo carinho, pelo amor.

Ao pai Saint' Clair Cidreira, por ter me corrigido e assim ensinado os valores morais para ser um bom homem.

Ao meu irmão Saint' Clair Cidreira Jr., por ter sido um “super- herói” para mim, meu espelho, o qual sempre me direcionou aos caminhos certos a se trilhar, e ao meu amado sobrinho Saint' Clair Neto.

À simplicidade, amizade, companheirismo, conselhos e orientação da professora Simone de Souza Lima, minha querida e amada “orientadora”, que me conduziu até aqui, com humildade, sabedoria e carinho, meu muito obrigado.

Ao amigo Daniel Klein, pelo incentivo e a ajuda nas horas mais oportunas ainda no projeto.

Ao professor “Dandão”, pela orientação e ajuda bem presente nas “teias do pensamento” deste livro, muito obrigado de coração.

A todos os meus amigos, em especial ao Tiago Sampaio, amigo de todas as horas.

Aos amigos Roosevelt e Tiago pela força, disponibilidade e amizade.

À prefeitura de Senador Guiomard, em nome do prefeito James Gomes, por se sensibilizar com o meu trabalho e me dar oportuna “paz” para escrever.

À escola Boa União, coordenadores, professores, funcionários e alunos pelo indispensável apoio e o empenho.

Ao senhor Francisco, ex-coordenador de ensino e ex-chefe do Núcleo Estadual de Educação de Capixaba, pelo apoio tanto na esfera profissional, fazendo por mim o que a Secretária de Educação do Estado não fez, além da amizade e carinho.

Aos professores do Mestrado em Letras, por terem desenvolvido experiências de vida através das suas vivências e leituras proporcionadas.

Aos colegas de classe e às amigas queridas Cristainer (Cris-Kun) e Maria Ozélia Reges, pela amizade e companheirismo nas horas precisas.

Ao professor Hélio Moreira, do Departamento de História, por ser o primeiro a incentivar a fazer uma obra com minhas pesquisas feitas ainda no curso de História.

Aos professores Eduardo, Chico Bento e Márcio Roberto, ambos do Departamento de História, pelo tempo dedicado e fontes históricas cedidas para conclusão desta dissertação.

À senhora Genice e ao senhor Sebastian, ambos do IBGE, pela cordialidade, carinho e por manterem as “portas abertas” no referido órgão.

Ao Exército Brasileiro, na figura do 7º BEC, pela atenção e pelo material cedido para esta pesquisa.

Ao setor de protocolo do Deracre, por não medir esforços, chegando a “subverter” a burocracia exigida, para que eu pudesse ter acesso aos arquivos do setor de Imprensa.

Aos funcionários da Rádio Difusora Acreana, pelo sempre cordial tratamento, por não colocar nenhum empecilho à minha entrada nos setores da Rádio e pela disponibilidade incontestável para me ajudar.

Aos radialistas Edmar Bezerra, Nilda Dantas e Zezinho Melo, pelas longas e produtivas conversas, por seus depoimentos tão importantes para meu trabalho e, claro, pela educação e tempo cedido para as entrevistas.

Ao funcionário da FEM, Levy, pela prontidão e por não medir esforços em me auxiliar na procura de documentos necessários.

À filha do artista plástico Hélio Melo, Fátima Melo, que com humildade e prontidão me auxiliou muito e autorizou a utilização das artes visuais e da biografia de seu pai.

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	14
APRESENTAÇÃO	17
INTRODUÇÃO	19
- CAPÍTULO 1 -	
CAMINHOS INTERCRUZADOS: O RIO COMO ESTRADA E A INSERÇÃO DA RÁDIO DIFUSORA NA AMAZÔNIA	27
1.1 A “era” do rádio no acre: entra em cena a Rádio Difusora Acreana.....	39
1.2 O feminino na RDA e os “embalos” culturais entre os anos 1971 e 1981	65
- CAPÍTULO 2 -	
DO DISCURSO IDEOLÓGICO DO ESTADO AO DISCURSO POPULAR ENTRE OS ANOS 1971 E 1981	81
2.1 O uso das mídias para o discurso ideológico do Estado no governo Wanderley Dantas.....	82
2.2 Discursos populares: emergem discursos de resistência na Rádio Difusora Acreana	103

- CAPÍTULO 3 -
DISCURSOS DE RESISTÊNCIA NO JORNAL VARADOURO E NAS
OUTRAS MÍDIAS 113

3.1 Reação e/ou contrarreação: emergem discursos de resistência no jornal
Varadouro..... 114

3.2 A produção de discursos de resistência em outras mídias da cidade de Rio
Branco: 124

O FIM OU APENAS O INÍCIO DE UMA NOVA (DES)
CONSTRUÇÃO? 141

PREFÁCIO

A TEIA DO PENSAMENTO E O BENEFÍCIO DA DÚVIDA

*Francisco de Moura Pinheiro*¹

Os espíritos polivalentes, próprios dos investigadores de todos os naipes, se alimentam de dúvidas. A dúvida é o elemento primordial da busca pelo novo. Dos desdobramentos dela, pode-se romper com antigas proposições de fé, bem como se chegar, mesmo que de forma transitória, a outros estados de absoluta certeza. A dúvida é que move a ciência!

Seguindo o raciocínio expresso nesse primeiro parágrafo, eu diria que foi a partir de uma dúvida (talvez várias) que veio a lume a dissertação de mestrado que ora se apresenta no formato de livro. Um ponto de interrogação surgiu numa curva do caminho intelectual do então mestrando Jefferson Henrique Cidreira e ele partiu célere em busca da resposta.

A dúvida (ou a interrogação), sinteticamente falando, foi a de qual a relação da comunicação com o poder, no Acre, entre 1971 e 1981, período da exacerbação da atividade pecuária como modelo de desenvolvimento local, espaço até então de tradição iminentemente extrativa. Até onde o poder teria avançado sobre a mídia local para disseminar o seu discurso.

Instalada a dúvida, ou encontrada a interrogação, o primeiro passo foi empreender a escolha das ferramentas para decifrar a esfinge. Jefferson Cidreira, desde o começo, teve plena consciência de que se veria devorado por ela (esfinge), se não a decifrasse. E mais do que isso: deveria chegar à solução dentro de um prazo determinado. Um tempo dentro de outro!

Movendo-se febrilmente dentro da sua angústia, aprisionado no interior da sua própria perspectiva de real, Jefferson direcionou seu olhar

1 - Jornalista, escritor, mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB), doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e membro da Academia Acreana de Letras (Cadeira 28).

para o passado, bebendo na memória dos seus familiares, nos depoimentos de personagens de época, e avaliando os contornos do seu objeto à luz de conceitos múltiplos, como os de ideologia e os de análise do discurso.

Dessa forma, entre outros autores, Jefferson Cidreira desenvolveu o seu trabalho, estabelecendo um profícuo diálogo com teóricos como o filósofo, crítico literário e filólogo francês Michel Foucault, o filósofo russo Mikhail Bakhtin e o filósofo argelino Louis Althusser. Autores indispensáveis para a compreensão do objeto de pesquisa de Cidreira.

Além disso, ainda falando das ferramentas utilizadas pelo agora mestre em Letras: Linguagem e Identidade, Jefferson Henrique Cidreira, registre-se a infinidade de documentos de que ele lançou mão para levar a cabo sua empreitada. Documentos que vão desde relatórios dos vários governos acreanos, a partir do começo do século XX, até charges de época.

Existe, porém, outra variável que não pode deixar de ser ressaltada no trabalho empreendido pelo autor deste livro. É que, no meio de todos os teóricos citados e da profusão de documentos coletados e analisados, Jefferson Cidreira garante que a comunicação, no espaço geográfico do Acre, começou bem antes do advento do rádio, na década de 1940.

No entendimento de Cidreira, antes da chamada comunicação de massa ser instalada no Acre, os rios caudalosos que cortavam o então Território Federal, conquistado um tanto pelas armas e outro tanto pela diplomacia, desmentem a construção discursiva que estabelece este recanto da Amazônia como “inferno verde”, totalmente isolado do resto do planeta.

Como, entretanto, o recorte temporal feito por Jefferson Cidreira se refere aos anos da década de 1970 e início da década de 1980, a essência do seu trabalho (antes dissertação de mestrado e agora livro) se concentra na apropriação e uso da Rádio Difusora Acreana e do jornal *O Rio Branco* por parte do poder político, para os devidos convencimentos ideológicos.

Por último, para que ninguém possa afirmar que Cidreira não lembrou as flores, após apresentar o joio que tomou conta da comunicação acreana no período de tempo analisado, o trabalho faz menção ao discurso de resistência expresso nas outras mídias existentes na capital acreana, enfatizando a participação destacada do alternativo jornal *Varadouro*.

É isso, leitor. Propositadamente, deixo de falar das conclusões as quais o mestre Jefferson Cidreira chegou ao final desta obra, que ora você manuseia. Você vai ter que ir até as últimas páginas para saber esses deta-

lhes. Daqui para frente, deixo que a sua curiosidade o conduza pela mão.
Que a teia do seu pensamento possa levá-lo bem além da dúvida inicial!

APRESENTAÇÃO

TEIAS DISCURSIVAS E ARTES DE
RESISTÊNCIAS NA AMAZÔNIA ACREANA

Simone de Souza Lima²

Algumas pessoas entram em nossas vidas formando redes de afeto e solidariedade desde a partir de afinidades intelectivas que jamais terminam. Tal é o caso do professor Jefferson Henrique Cidreira. Apresentar seu trabalho em breves palavras constituiu-se, portanto, num desafio. *Discurso e Resistência na Amazônia acreana (1971-1981)* é uma obra focada nos processos de resistências levadas a efeito especialmente em duas mídias emblemáticas para a sociedade acreana: a Rádio Difusora Acreana e o Jornal impresso *Varadouro*.

Todavia, como o leitor poderá verificar no decorrer da leitura da obra, Jefferson Cidreira circula em torno dos movimentos de contracultura que existiram no Acre por essa época. Mostra, nesse sentido, o papel desenvolvido por jovens no cinema, nas *Artes visuais* representadas por Hélio Melo, no teatro e na Rádio Difusora Acreana, em especial o papel desempenhado pela radialista e poeta Nilda Dantas (dentre tantos outros de inigualável potencial).

Não obstante tratar de discursos e resistência e do processo da pecuarização implantado no estado do Acre, o primeiro capítulo do livro de Cidreira refaz percursos dos complicados modos que constituíam os eixos de comunicação na Amazônia acreana. Nessa tópica, o autor destaca de forma especial a função dos rios amazônicos, no dizer de Raul Bopp (*Cobra Norato*), o “rio é nossa rua”, enquanto que para Edison Carneiro (*A conquista da Amazônia, 1956*) – “Os vizinhos estão rio abaixo ou rio acima, ou sobre as

2 - Simone de Souza Lima. Doutora em Letras pela USP – Teoria da Literatura e Literatura Comparada. Mestre em Letras pela UNESP Araraquara – Estudos Literários. Docente do Curso de Letras da Universidade Federal do Acre.

águas do rio, e é sobre a superfície líquida que se dão os encontros, que se efetuam os negócios, que se transmitem as notícias.”

As teias discursivas de resistência contra a Ditadura Militar na Amazônia acreana, portanto, se dá através de um mundo das águas acolhedoras que formam bacias fluviais por onde transitam gentes, línguas, notícias, mercadorias e outros bens simbólicos admiráveis.

Assim, veremos que são nos percursos das águas e das estradas se fazendo (a partir da “derrubadas” das florestas para a “plantação de gado”), que se constroem as artes e os processos de resistências contra o governo Wanderlei Dantas. Delicioso livro! Desejamos boa leitura a todos!

INTRODUÇÃO

Esta obra traz a produção de um importante advento para o entendimento da relação comunicação/poder entre os anos 1971 e 1981, analisando os discursos que permeavam as mídias na cidade de Rio Branco na época em questão, discursos estes carregados de interesses ante um novo elemento ou segmento da política econômica imposta ao Acre, que era o da pecuarização. Por consequência desses discursos, surge o interesse de destacar outros discursos que emergiram em oposição a estes, discursos “marginais” que se tornaram discursos populares de resistência, de denúncia, de contrarreação, compreendidos na capital do Acre. Trata-se também de uma pesquisa que visa incorporar resultados à História do Acre, Letras e Comunicação Social.

A preocupação ou a origem do porquê de se escrever sobre esse assunto surge ainda das memórias recorrentes à nossa infância. Como observou a historiadora Maria José Bezerra, em uma das várias despretensiosas conversas que tivemos, “a memória é o significativo”, ou seja, as memórias ou as lembranças são aquelas que marcaram a trajetória de um ser. Para Sônia Maria de Freitas (2006), a memória pode ser encarada como uma fonte histórica, pois por meio de seu resgate, reconstruímos o passado. Ou ainda, como nos assegura Chauí, “a memória é a evocação do passado. É a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total” (CHAUÍ, 1995, p. 125).

Logo, recorrendo a ela, lembramo-nos de nossa infância humilde de pais trabalhadores que, para sustentar uma família de quatro pessoas, trabalhavam o dia inteiro.

Minha mãe era secretária escolar e, para melhorar no orçamento da casa, trabalhava os dois períodos na escola Maria Gouvêia Viana. Meu pai era mecânico e, como minha mãe não podia me levar para o seu trabalho, eles bolaram um sistema para que meu irmão e eu não pudéssemos ficar sozinhos em casa, mediante a preocupação de educar e evitar as más companhias em nossa infância e adolescência. Como eu era o mais novo, estudava de manhã na escola Pe. Antônio Diogo Feijó e, no período em que eu

estava na escola, meu irmão mais velho era levado para trabalhar na oficina do meu pai. À tarde, o inverso acontecia, meu irmão ia para a aula e meu pai me levava para trabalhar com ele na oficina.

É exatamente nesse momento, quando chegávamos à oficina mecânica, que nossa imaginação era mexida e remexida sem perceber, as imagens e ruídos de motores abertos, cheiro forte de gasolina, as mãos sujas de graxa e de um rádio velho sintonizado na RDA, antes sem significados, começaram anos depois a delinear memórias que marcariam nossa trajetória, que viriam florescer a escolha do caminho a seguir, de nos debruçarmos sobre tais questões.

Porém, foram nos anos de faculdade que o tema proposto surgiu como interesse de pesquisa ainda em 2005, quando terminávamos o curso de História na Ufac. Na época, tínhamos um enfoque essencialmente historiográfico da trajetória da Rádio Difusora Acreana (RDA) e sua participação no âmbito cultural e social do Acre.

Percebemos, então, que havia, dentro da trajetória, um momento em que ocorreu uma acentuada tomada de partido acerca dos discursos oficiais da ditadura militar no Acre. Os programas da RDA enfocavam, constantemente, as ações do governo sobre a modernização da Amazônia, sua ocupação por projetos de assentamentos dirigidos e a urgente necessidade de mudança de sua economia extrativista.

Como a pesquisa que tínhamos em mente não conseguiu ir adiante, as vozes tão enfáticas sobre aquele discurso oficial permaneceram nos questionando. Com a atual oportunidade, propomos, portanto, uma análise da inserção e do desenvolvimento dos meios de comunicação no Acre, e o uso da RDA, já que é uma rádio estatal, na difusão do discurso oficial do governo. Nesse sentido, nossa pesquisa se insere no âmbito da Análise do Discurso Francesa (AD), especialmente os capítulos segundo e terceiro, e no campo da trajetória dos imaginários e das memórias, no capítulo primeiro.

Antes de darmos continuidade, é importante salientarmos que a AD Francesa³, teoria que orienta este trabalho, recupera alguns de seus pilares: Mikhail Bakhtin, Louis Althusser e Michel Foucault, os quais nos permi-

3 - Na palestra ministrada pela professora Dr^a Maria do Rosário Gregolin, em 2011, esse termo (Pilares da AD) foi utilizado para se referir a estes autores, os quais fazem parte crucial para a Análise do Discurso. Sendo assim, estes serão nossos referenciais teóricos que nos possibilitarão uma análise da Ideologia, do Poder nos discursos oficiais e nos discursos de resistência entre os anos 1971 e 1981.

tirão uma análise mais aprofundada sobre o tema proposto, especialmente nos capítulos segundo e terceiro. E que os referidos autores, apesar de serem discordantes entre si, possuem elementos comuns importantes no desenvolvimento de nossa pesquisa. Eles contribuem no entendimento do jogo e do exercício de poder nas relações sociais e históricas da sociedade acreana, implementadas entre os anos 1971 e 1981, época em que se instala o processo de pecuarização, objeto deste trabalho.

Mikhail Bakhtin nos permite um estudo aprofundado sobre ideologia e as tensões encontradas ou inseridas na linguagem, no seu uso cotidiano. Através dele, observamos que a palavra, a enunciação, “não existe fora de um contexto social, portanto é ideológica” (BAKHTIN, 1995, p. 16), conforme esclarece Marina Yaguello na introdução que faz à obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, do referido autor. Além de nos elucidar a definição da língua, que é “expressão das relações e lutas sociais, veiculando e sofrendo o efeito dessa luta, servindo, ao mesmo tempo, de instrumento e de material” (BAKHTIN, 1995, p. 17). Portanto, observamos, em Bakhtin, que a língua é usada como ferramenta ideológica, assim, servindo para veiculação e defesa dos desejos das classes divergentes inseridas num contexto social e histórico definido.

Já Althusser nos dá como contribuição, nas análises de poder, a questão dos Aparelhos Ideológicos de Estado, onde está inserida a rádio, um dos nossos objetos centrais de estudo, como elemento disseminador e de sujeição da ideologia dominante pelas demais classes da sociedade.

Também utilizaremos as teorias de Michel Foucault (1979), que não nega os Aparelhos de Estado, porém vai além desta teoria, observando as relações de poder existentes em “todos” os lugares, os “micro-poderes” tecidos nas relações em sociedade.

Dando continuidade ao nosso tema, observamos que um outro sujeito emergiu a partir desse discurso oficial: o ouvinte. Percebemos que uma análise desse discurso deveria levar em conta seu receptor. Os papéis sociais na produção de um discurso “ouvinte” também viraram tema da atual proposta.

Nesse sentido, enfatizamos que os estudos acerca da RDA no Acre são ainda marginais, embora já existam alguns trabalhos feitos em nosso programa de Mestrado em Letras, que discutem o tema, com abordagens diferentes, como a dissertação da Maria do Livramento Farias, intitulada

Um lugar ao sol: Memórias de uma radialista Acriana. Pretendemos preencher, provisoriamente, essa lacuna, utilizando para tanto uma análise discursiva que trabalhe com as propostas da Teoria das Mentalidades, da Análise do Discurso, Estudos Culturais, da Teoria Literária e da História Oral.

Tal análise vai se expandindo não somente sobre os discursos ideológicos do Estado carregados de interesses de trazer o “progresso”, o desenvolvimento e a integração do Estado, vinculados nas mídias controladas pelos “poderosos” do Acre. Também, a partir daí, surge uma reação em cadeia de discursos de defesa, de resistência, discursos populares, nas mídias culturais da cidade de Rio Branco, no período compreendido entre 1971 e 1981.

Logo, a ideia de escrever sobre este tema se tornou mais viva e intensa que nunca. Contar uma história de um tempo não tão distante, uma história da qual fizemos e fazemos parte e, por muitas vezes, tão esquecida ou silenciada por aqueles que também viveram tal acontecimento, nos faz conjecturar sobre as palavras de Hobsbawn (1995):

A destruição do passado, ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal às gerações passadas é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso, os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio (HOBSBAWN, 1995, p. 13).

Dessa forma, a definição do tema foi firmando-se, as trocas intensas de experiências entre os colegas pesquisadores, ex-professores e das conversas e debates com minha ex-orientadora e mentora, já que definir o tema é pensar o objeto e não “apenas escolher o assunto. Nesse sentido, a definição não é um ato inicial: ela se articula com a problematização, formando com esta, momentos e expressão de um único movimento” (KHOURY, 1989, p. 30).

Enveredamos, então, por uma lista enorme de documentos escritos como os jornais acreanos antigos encontrados nas repartições do governo e no site da Biblioteca Nacional, no período de 1906 a 1981, além de relatórios de governo datados de igual época. Além destes, usamos referências bibliográficas como relatos orais, charges, fotografias, artes visuais e entre-

vistas que, segundo Alessandro Portelli, são:

[...] uma troca entre dois sujeitos: literalmente uma visão mútua. Uma parte não pode realmente ver a outra a menos que a outra possa vê-lo ou vê-la em troca. Os dois sujeitos interagindo não podem agir juntos a menos que uma espécie de mutualidade seja estabelecida. O campo pesquisado, entretanto, tem objetivo escorado em igualdade como condição para uma comunicação menos distorcida e um conjunto de informes menos tendenciosos (PORTELLI, 2009, p. 3).

Como é uma interação no campo da pesquisa, as entrevistas coletadas representam discursos sobre um momento, um lugar, um período, trazendo pontos de vista que nós como analistas, não trataremos como “verdades” absolutas sobre o acontecido, ou seja, tentamos retomar aquilo que o autor enfatiza “*como condição para uma comunicação menos distorcida e um conjunto de informes menos tendenciosos*”, conforme enunciado por Portelli na citação acima.

As entrevistas da presente obra foram realizadas na cidade de Rio Branco-Acre, mais precisamente no interior do prédio onde funciona a Rádio Difusora Acreana, uma vez que passamos longos anos à espreita de ouvintes e dos próprios funcionários da RDA, que ainda trabalham, desde a década de 1970, na emissora. Tais relatos foram de crucial importância para podermos seguir “viagem” nesta empreitada.

Sendo assim, na apresentação, intitulada *Caminhos intercruzados: o rio como estrada e a inserção de outros meios de comunicação “modernos” na Amazônia acreana*, encontramos a trajetória, a inserção dos meios de comunicação no Acre, tendo, em primeiro destaque, o rio como estrada, como elemento desconstrutivo das representações feitas à Amazônia e ao Acre como lugar de “atraso”, “inferno verde”, “miniatura do caos”, lugar de “isolamento”, construções estas feitas por olhares alheios de outros lugares, com outros interesses, principalmente vinculados à questão capitalista de que “tempo é dinheiro”. Porém, o rio, aqui, representou e representa lugar de encontros, onde as pessoas comercializavam, se locomoviam, enfim, onde a vida acontecia, um lugar de trânsitos e de comunicação.

O rio se torna nossa gênese da comunicação acreana, e é através dele que traçaremos uma “continuidade” para entendermos a inserção de outros meios de comunicação, até a chegada da RDA como um dos objetos centrais do nosso estudo.

Outros meios de comunicação “modernos” vieram auxiliar e dividir esse papel primordial e único que cabia ao rio. Como é destaque, a inserção das Linhas Telegráficas na Amazônia, trazidos pela Comissão Rondon, a qual empreendeu a integração da Amazônia ao restante do país. As Linhas Telegráficas da Comissão Rondon não chegaram ao Acre, porém, foram de fundamental importância para o “caminho que se abriu” para a inserção dos telégrafos sem fios (Radio telégrafos) entre os anos 1911 e 1913.

Após uma breve apresentação histórica que nos possibilitou compreendermos o trajeto que permitiu a inserção dos meios de comunicação no Acre, temos no capítulo primeiro, intitulado *A “era” do rádio no Acre: entra em cena a Rádio Difusora Acreana*, o “lugar” onde podemos evidenciar a inserção daquele que seria um veículo de longo alcance e de crucial importância no estado do Acre: o rádio. Este desempenhou um papel primordial para a integração da própria população acreana, pois foi através dele que as pessoas que moravam mais distantes, no interior, se comunicavam com a cidade e com o campo.

Isso é observado na história, no trajeto levantado aqui da Rádio Difusora Acreana, como podemos observar nos subitem *História da Rádio Difusora Acreana*, tendo como principais programas, os musicais, as radionovelas que mexiam com o imaginário da população acreana, além do *Correspondente Difusora*, do seu lado jocoso das mensagens e de como esse tinha papel comunicativo crucial para a população do Acre. É destacado aqui também o papel que as mulheres desempenharam na RDA, tendo como referência as tantas outras mulheres importantes que lutaram pelo seu “lugar ao sol”, a radialista Nilda Dantas, que faz uma breve análise de sua trajetória na RDA. Além de uma curta contextualização histórica da cidade de Rio Branco, entre os anos 1971 e 1981, destacando a movimentação cultural e o novo elemento ou segmento da política econômica imposta ao Acre, no caso, a pecuarização.

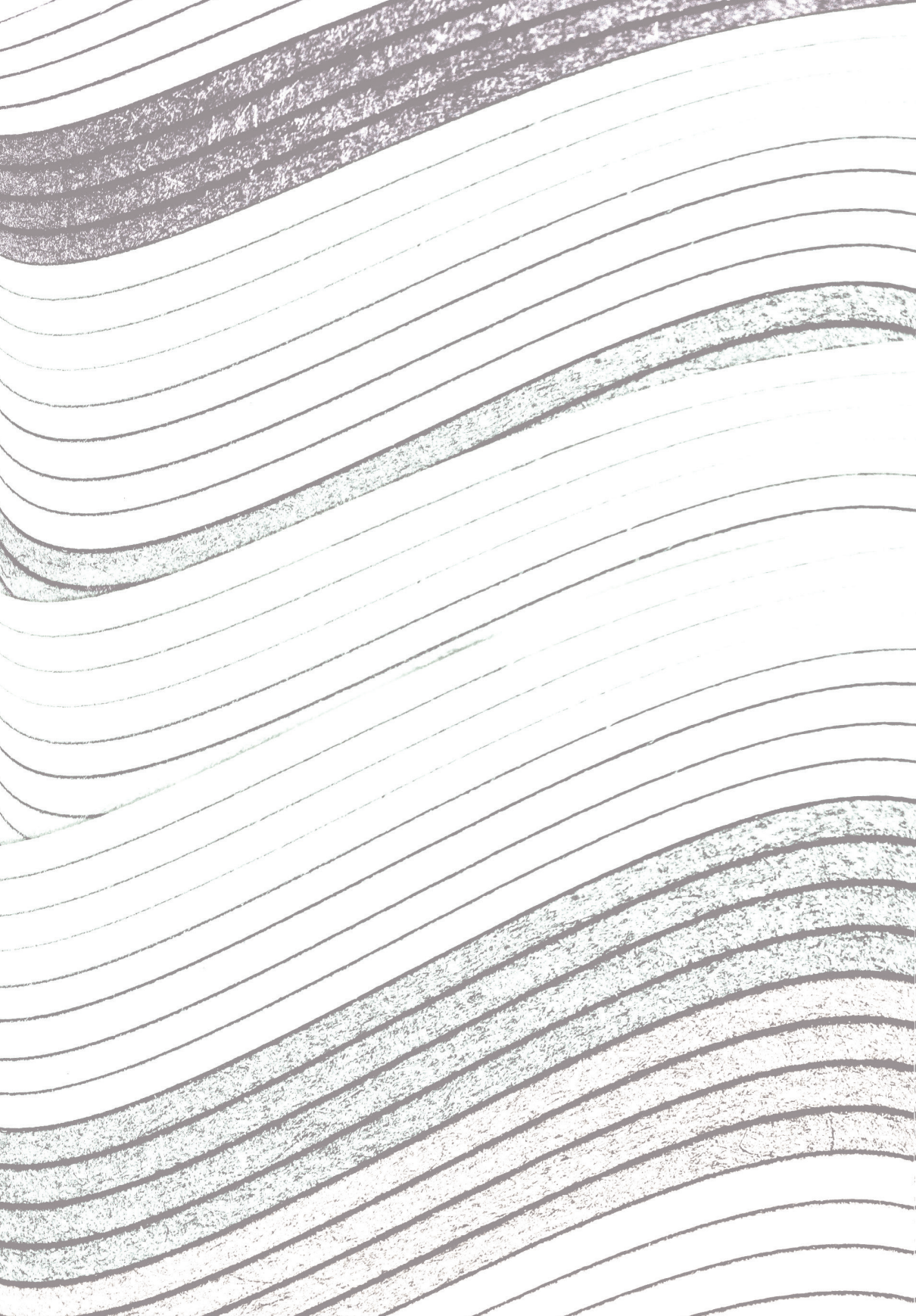
No capítulo segundo, intitulado *Do discurso ideológico do Estado ao discurso popular entre os anos 1971 e 1981*, propomos fazer uma análise sobre os discursos vinculados pelos chefes políticos no Acre, trazendo seus desejos de “progresso”, de desenvolvimento do Acre com o novo elemento ou segmento político e econômico adotado pelos governos militar e estadual, que resultou no processo de pecuarização do Acre. No capítulo terceiro, intitulado *Discursos de resistência no jornal Varadouro e nas outras mídias*,

buscamos mostrar os discursos de resistência emanados nas outras mídias locais.

Tanto no segundo e quanto terceiro capítulos, procuramos mostrar como os governos utilizaram as mídias para o discurso ideológico, principalmente o governo Wanderley Dantas, período em que se intensificou a pecuária no Acre, de 1971 a 1975. Além do uso de órgãos do governo como o Banacre, a Polícia, etc., para o financiamento aos “paulistas”⁴; auxílio para expulsar os colonos, índios e seringueiros de suas terras, a violência, o desmatamento desenfreado e os conflitos que se iniciaram e se intensificaram entre esses atores sociais nesse momento. E como esses episódios da História acreana desencadearam gritos de liberdade, de resistência, por parte da população mais “pobre”, da população afetada pelos conflitos e daqueles que eram contra os “paulistas” e a política adotada pelos governantes acreanos, fazendo emergir discursos populares, de resistência, na própria RDA, no jornal *Varadouro*, no cinema, na música e nas artes visuais.

A importância deste trabalho se ressalva na relevância de um estudo novo que permite traçar a inserção das vias e/ou meios de comunicação no Acre, desde os primeiros anos de sua História, até os dias atuais, e trazer à tona os discursos de resistência contra os interesses econômicos e sociais das elites acreanas produzidos entre os anos 1971 e 1981.

4 - Cabe aqui evidenciar que essa terminologia está inserida em um debate da historiografia acreana, que em si mesmo, não é foco do nosso trabalho, porém, achamos importante fazermos essa marcação a título de esclarecermos que há um debate, uma discussão ao significado do termo “paulista” ou “suliista” que, correntemente, é/foi utilizado pela população acreana e por vários pesquisadores, como sendo uma referência à visão do povo acreano. Ou ainda, como uma simples forma de designar um conjunto genérico de mudanças sócio-econômicas no Acre.



- CAPÍTULO 1 -

CAMINHOS INTERCRUZADOS: O RIO COMO ESTRADA E A INSERÇÃO DA RÁDIO DIFUSORA NA AMAZÔNIA

Os vizinhos estão rio abaixo ou rio acima, ou sobre as águas do rio, e é sobre a superfície líquida que se dão os encontros, que se efetuam os negócios, que se transmitem as notícias.

Edison Carneiro, *A conquista da Amazônia*, 1956.

Entre os meios de comunicação de massa, o rádio é, sem dúvida, o mais popular e o de maior alcance público, não só no Brasil como em todo o mundo, constituindo-se, muitas vezes, no único a levar a informação para populações de vastas regiões que não têm acesso a outros meios, seja por motivos geográficos, econômicos ou culturais. Gisela Ortrivano, *A informação no Rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*, 1985.

Nesta pesquisa, tratamos dos meios de comunicação na Amazônia acreana, com a intenção de, adiante, mostrar o surgimento e a relevância do papel social da “rádio” como elemento disseminador de informações e ideologias dos grupos de poder estabelecidos na região. Antes, faremos uma apresentação, de modo a mostrar a inserção dos rios, o surgimento do telégrafo, que abre caminhos importantes para a afirmação das comunicações no Acre. Ao nos debruçarmos sobre o papel do rio na região da Amazônia acreana, deparamo-nos com a seguinte questão: o que tem a ver o rio com o estudo sobre os discursos de resistência nas mídias acreanas?

Durante séculos, perduraram representações fantasiosas sobre a Amazônia. Tais representações foram construídas por um imaginário europeu, eurocêntrico, que “modelaram”, construíram e instituíram representações de uma Amazônia desde o século XVI, com viajantes, cientistas, comerciantes e outros. Assim, a Amazônia foi vista como “exótica”, lugar de “isolamento”, de “atraso”, “caos”, do “fantasioso”, do “inferno verde”.

Essa visão foi construída, forjada com o intuito de empregar processos civilizatórios, trazer a “modernidade”, o “progresso” à região amazônica, trouxe como pano de fundo os interesses econômicos, interesses estes que construíram, ou melhor, instituíram para a Amazônia uma identidade homogênea.

Tais discursos proferidos durante séculos são discursos carregados de poder e interesses, de representá-la como homogênea, lugar de “atraso”, de “ruínas”, enfim, uma “terra sem história” no meio do Brasil. Como nos afirma Foot Hardman, ao analisar as obras *À Margem da História* e *Um Paraíso Perdido*, de Euclides da Cunha, referente à sua expedição de Reconhecimento à Amazônia:

[...] das brutalidades antigas do processo civilizatório, na região amazônica, em vazios históricos, em fantasmagorias palidamente refletidas no percurso sinuoso e *tumultuário* desses ‘rios em abandono’ [...] fantasmagoria então projetada como ‘terra sem história’, ‘paraíso perdido’ ou paisagem remota no espaço e/ou no tempo, que permanece assim como simples rodapé [...] nessa ampla operação de esquecimento que, de todo modo, deixa rastros e ruínas [...] (HARDMAN, 2009, p. 62).

Observamos que essa análise feita sobre a Amazônia se ancora em

dois pontos importantes, que se entrecrocaram e merecem destaque. O primeiro ponto abordado nos mostra que tais construtos sobre a região se alicerçam sobre a natureza, sua paisagem. O segundo ponto abordado nos mostra que tais construtos sempre foram elaborados a partir de um “olhar”, e esse olhar carrega sempre muitos significados e significações, carrega em si seu tempo, seu espaço, suas motivações e opiniões, enfim, é um olhar do outro, onde esse lança seu olhar e representa uma realidade de acordo com seus valores morais, políticos, estéticos e sociais.

A partir daí teremos inúmeras possibilidades históricas de releituras, de construções modeladas e remodeladas a todo instante pelo olhar, pois “esses sujeitos são condicionados por determinada ideologia que predetermina o que poderão ou não dizer” (MUSSALIM, 2001, p. 113), ou ainda, como nos assegura Bakhtin, “todo signo é ideológico e, portanto, também signo lingüístico, vê-se marcado pelo horizonte social de uma época e de um grupo social determinado” (BAKHTIN, 1995, p. 113).

É nesse momento que procuramos instituir, neste trabalho, o processo desconstrutivo, romper com tais construtos, representações, com os cânones que atribuíram à Amazônia, durante séculos, uma imagem retorcida. Romper com essas “geografias” das normas que instituíram valores em diferentes territórios, que foram tomando as culturas como homogêneas. Que começaram a “esmagar” culturas diferentes, criar “verdades” sobre a Amazônia, nessa representação que se tem da região até hoje.

Logo, nosso objetivo vai se delineando em romper com o estigma atribuído à Amazônia acreana, lugar de atraso, de singularidade e isolamento. E (re)construir com um “novo” olhar, um olhar de dentro da Amazônia, mostrando que, na verdade, não temos uma Amazônia singular, homogênea, atrasada, isolada, mas sim “Amazônias”, um lugar cheio de diversidades não só da fauna e flora, mas de culturas, etnias. Um espaço de experiências, vivências, de trocas identitárias, lugar de diásporas que produzem e reproduzem identidades a todo instante.

É inegável a importância de reconhecermos a Amazônia como sendo plural, ou seja, lugar de diversidades, um lugar heterogêneo, de práticas culturais, enfim, devemos desmistificar esses discursos carregados de poder e interesses, interesses esses de representá-la (sabendo que essa representação é uma imagem e não uma realidade) como sendo lugar de isolamento, de “atraso”, “terra sem história”.

Esse é o nosso papel na construção de um trabalho novo, comprometido em romper com esses construtos que vigoraram como verdades inquestionáveis. Tentar, aqui, desconstruir essa ideia de “paraíso perdido”, “miniatura trágica do caos”, lugar de isolamento.

Trazemos então um elemento importante para desconstruirmos essas visões que vigoraram sobre essa região, principalmente no que se refere ao sempre atribuído lugar de “isolamento”. Tal elemento, de crucial importância para apreendermos o nosso processo desconstrutivo, é o rio.

Não é o rio da visão euclidiana ou de Guimarães Rosa, como “ciclo infernal de isolamento” ou de “natureza vingativa”, como nos reafirma Hardman em análise às obras de Euclides sobre a Amazônia:

Na vertigem do rio, é representado o drama das ‘estradas’ circulares dos seringais ou dos cauchais, vistas como labirintos modernos e transfiguradas pela soledade em alegorias de uma história interrupta ou sequer começada, como desenhos do ciclo infernal e arruinado daquelas vidas fronteiriças. [...] Esse rio que se propaga e se repete a si mesmo é um fluxo de desterro, da morte e, ao contrário de uma metáfora muito frequente, seu fluir representa antes que qualquer *thélos*, a suspensão da história. [...] Diante da melancolia e da desilusão do progresso (o rio não leva a nenhuma parte) não é possível tampouco erigir uma pátria a ser compartilhada, uma nação a ser dividida [...] (HARDMAN, 2009, p. 300-301).

Ao contrário, o rio torna-se aqui figura de preponderante importância ao processo de desconstrução dessas representações, pois o rio, ou melhor, os rios se tornaram lugares de trocas identitárias, lugares de fluxos e movimentos que possibilitaram aos moradores dessa vasta região, os “povos da floresta”, se locomoverem, comercializarem, sobreviverem, enfim, “o rio comanda a vida”⁵, ou pelo menos, permite que ela (a vida) seja concretizada. Como aqui é demonstrado:

O rio [...] símbolo dos símbolos, símbolo de experiências temporais, o rio é igualmente símbolo das experiências espaciais, pela contemplação (devaneante, poética dos homens) e a obtenção da sobrevivência, pois no rio: ‘O

5 - Expressão utilizada pelo historiador Leandro Tocantins, a qual tornou título de uma de suas obras.

homem pesca a lida/ e seus milagres./ Aqui, fundou-se o tempo./ Aqui, lendou-se a idade'. Mas no rio também 'o homem mais se pesca do que o peixe (...)', ou seja, constrói com e a partir da interação com o rio sua identidade. Mas, se o homem se reconhece pelo rio, no rio que conhece na Amazônia: 'A natureza e o homem se prospectam', pois do rio retira sua sobrevivência, no rio também encontra a morte, a incerteza do destino e o sentido da vida (PEREIRA, 2008, p. 184).

Assim, durante muitos anos o rio teve esse papel primordial, o rio como estrada que ligava e interligava os moradores da região amazônica, sendo o principal caminho de locomoção, veículo que permitia o transporte de todos os tipos de embarcações, existentes na região, que possibilitava o trânsito, a chegada e a saída, autorizava a comunicação entre os moradores da região e o restante do país através das cartas, jornais, recados, notícias que por ele passavam e chegavam por meio das embarcações, lugar de encontros que interligava os povos da região. O rio também determinava o lugar das moradias, pois ele próprio era o ponto de entrada e saída. Ele foi elemento norteador para o estabelecimento humano na região como nos elucida Tocantins:

A ocupação do espaço territorial acreano revê como elemento norteador a estrutura fluvial da região [...] O sentido do rio dá a conformação do perfil da distribuição populacional. As cidades assentam-se às margens dos caminhos fluviais [...] (TOCANTINS, 2003, p. 84).

Ou ainda, como nos mostra Edison Carneiro, os estabelecimentos humanos – arraiais, vilas e cidades – “se situavam à beira do rio, de preferência na foz, mas sempre no barranco. Salta-se da canoa já em pleno arruado, diante dos primeiros chegados, que se voltam para as águas” (CARNEIRO, 1956, p. 9).

Logo, observamos a importância do rio estabelecendo o lugar das moradias, justamente porque ele é lugar por onde as notícias chegam, a comunicação se estabelece, enfim, por onde a vida se concretiza.

Observamos também o rio como um lugar de impressões na vida humana, lugar de referência para se indicar de onde vinha ou onde morava:

A noção do *jus soli* parece que se priva de seu conteúdo sentimental em detrimento do rio. Quando alguém se refere à terra natal só costuma dizer: eu nasci no Juruá, eu nasci no Purus. [...] As ocorrências da vida de cada um estão ligadas ao rio e não à terra: fui muito feliz no Tarauacá, fiquei noivo no Envira e casei no Muru. O rio, sempre o rio, unido ao homem, em associação quase mística [...] (TOCANTINS, 1983, p. 233-234).

Entretanto, um questionamento surge nesse momento. O de como se deu o processo de comunicação na Amazônia acreana antes da construção das estradas de terra? As estradas, como já salientamos, eram *estradas* fluviais. Não havia ainda rodovias de rodagem. Era através dos rios que os “automóveis” fluviais (ubás⁶, chatinhas⁷, regatões⁸, batelões⁹, gaiolas¹⁰, vapores, canoas, lanchas etc.) se locomoviam, entravam e saíam, traziam as notícias aos seus destinatários, por meio deles e, claro, através dos rios que a comunicação acontecia, onde cartas e as mídias escritas, como jornais impressos e revistas, chegavam à região acreana.

O rio, em nossa análise, é sempre visto como um caminho, quer dizer, lugar por onde “as pessoas, de certa maneira, andam. O índio diz que o igarapé (pequeno curso d’água) é um caminho de canoa. Daí sua associação natural com a estrada e a rua [...], [ou ainda], ‘esse rio é nossa rua’, como reafirma Raul Bopp” (LOUREIRO, 1995, p. 122).

E essa importância do rio como estrada já era evidenciada no Território acreano em 1909, quando o Jornal *O Alto Purus*, em uma de suas manchetes sobre o Serviço Postal anunciou: “*acordo para o trânsito de canoas postais, durante o verão, entre as sedes e os pontos extremos dos rios*” (Jornal *O ALTO PURUS*, 12 de agosto de 1909, p. 2).

Logo, as notícias, a comunicação, o comércio, as relações sociais transitavam através dessas *ruas*, tanto notícias que vinham de outros Estados brasileiros, como também as próprias notícias da região acreana. Assim, interligando a Amazônia e o Acre ao restante do Brasil.

6 - Pequenas embarcações feitas com a técnica rudimentar dos índios, equivalente a uma canoa.

7 - Embarcação a vapor movida por roda à polpa. O nome vem do formato do casco chato para melhor vencer os baixios e paus nos altos rios da Amazônia.

8 - Embarcações usadas para o comércio ambulante nos rios e igarapés.

9 - Embarcação pequena com toldo e motor a polpa.

10 - Embarcação de hélices movida a vapor. Desempenhou, junto com a chatinha, o mais importante papel nos transportes acreanos.

Os rios são as estradas naturais, permitem a mobilidade humana. Sem eles, não haveria nada [...] Pelos rios, navegam, num constante navegar, todos os tipos de embarcações, que trazem alimentos e utilidades, para as vidas implantadas na selva. Pelos rios, se fazem as relações sociais importantes, porque, à beira destes estão os barracões dos senhores da terra, e, através dos rios, eles mantêm seus vínculos de interesse e solidariedade com as Casas Aviadoras de Manaus e Belém. Nos rios, estão as esperanças de chegar e de sair [...] (TOCANTINS, 2003, p. 40).

Enfim, é através do rio que observamos essa ideia de “isolamento” figurada, ou melhor, imposta ao Acre, se esfarelar pelo ar. ra através dos rios, desse “asfalto” aquático, que a comunicação se efetivava, que os alimentos chegavam, que as relações sociais aconteciam entre os moradores do espaço acreano e do território brasileiro, principalmente com as cidades que o Acre tinha ligação direta ou maior, Manaus e Belém.

O rio, como lugar de trânsito, se consolidava como lugar de comunicação, não reduzindo o espaço acreano às suas determinações, mas como os homens, aqui, compreenderam e aprenderam a usá-lo a seu favor. Assim, como assegura Tocantins, “a natureza preparou a paisagem e o homem irá tirar proveito dela” (TOCANTINS, 1983, p. 86). Logo, o rio, este elemento natural, tornou-se lugar de passagens, de ligação entre os moradores do território da Amazônia acreana, os habitantes desse local vistos por olhares alheios como “prisioneiros” de um isolamento natural.

Portanto, observamos o rio como sendo um “ato inaugural” nessa trajetória da efetivação dos meios de comunicação no Acre, como já destacamos, pois era através deles que as embarcações circulavam e traziam as cartas, as informações, os livros e jornais, possibilitando traçarmos, assim, a evolução desses meios de comunicação até a chegada dos “meios” modernos, as mídias e, conseqüentemente, os discursos por elas proferidos entre os anos 1971 e 1981.

Dessa forma, a comunicação na Amazônia acreana fluía e reflúia através dos rios. Logo, o rio torna-se nosso ponto de partida para traçarmos a evolução desses meios de comunicação até a chegada dos meios “modernos” (telégrafos, rádio, TV). Portanto, pensarmos em comunicação não é mais que inseri-la nesse espaço (o rio) que, segundo Pereira (2008), é um lugar de experiências, de vivências e sobrevivência, um lugar onde a morte

e a vida eram noticiadas através dele.

O homem e o rio são os dois mais ativos agentes da geografia humana na Amazônia. O rio enchendo a vida do homem de motivações psicológicas, o rio imprimindo à sociedade rumos e tendências, criando tipos característicos na vida regional (TOCANTINS, 1983, p. 233).

Quando falamos dos meios de comunicação “modernos” na Amazônia, é inevitável pensarmos, em um primeiro momento, nos telégrafos, o primeiro meio de comunicação elétrico do país e do mundo.

O telégrafo tem sua história iniciada durante a Primeira República Francesa, como nos elucidava Vargas, “o Eng. francês Claude Chappe inventou um telégrafo semafórico (óptico), que, em 1794, conseguiu comunicar a vitória francesa sobre os exércitos austríacos” (VARGAS, 1994, p. 315).

Vargas (1994) nos afirma que a história do telégrafo continua somente no decorrer do século XIX, com os trabalhos do italiano Alessandro Volta, com a transmissão de informação elétrica codificada, o que permitiria, assim, a materialização do telégrafo elétrico. Daí, a ideia do aparelho elétrico passou pela Alemanha, quando houve as primeiras demonstrações de uma linha aérea de telégrafos. Depois, a ideia foi parar na Inglaterra até chegar aos Estados Unidos, onde Samuel Morse desenvolveu um equipamento e um código binário bem mais eficiente; em 1844, seu sistema começou a se espalhar, rapidamente, pelo mundo, conhecido hoje como código Morse.

Para Alencar (2011), a utilização do telégrafo só seria comprovada na Guerra contra o Paraguai (1864-1870), quando o aparelho se mostrou eficiente para passar orientações rápidas no avanço das tropas e redefinição das estratégias militares. Porém, a experiência da guerra deixou clara a precariedade das comunicações com o restante do Território imperial, e a fragilidade da defesa de suas fronteiras. Logo, foi isso que, segundo Laura Maciel, “determinou o início imediato da construção de linhas telegráficas, por iniciativa e sob a responsabilidade da RGT (Repartição Geral de Telégrafos), visando unir, integrar [e proteger] as províncias brasileiras” (MACIEL, 2001, p. 132).

Para Maciel (2001), no Brasil, o telégrafo ganhou uma conotação crucial, pois foi compreendido como aparelho “mágico”, quase mítico, que teria o poder de transformar tudo por onde passasse, tudo em sua volta:

Nas cidades, ele revolucionaria o comércio, a indústria e o mercado financeiro, agilizando a troca de informações e auxiliando no transporte de mercadorias. No interior ou nos sertões, sua utilidade estaria associada às noções militares de defesa do território, do governo e administração de populações dispersas, de manutenção da ordem e progresso da nação (MACIEL, 2001, p. 138).

É nesse momento que entra em cena Cândido Mariano da Silva Rondon. Segundo Coutinho (1968), Rondon nasceu em 5 de maio de 1865, na sesmária Morro Redondo, ou Mimoso, Estado de Mato Grosso, optou pela carreira militar onde se fizera soldado do 3º Regimento de Artilharia e Cavalos, no ano de 1881. Em 23 de dezembro de 1889, Rondon é nomeado auxiliar de Gomes Carneiro, na Comissão das Linhas Telegráficas, e, em 1900, se torna chefe da Comissão de Linhas Telegráficas do Estado do Mato Grosso e da Comissão Estratégica de Instalação de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas.

Ainda segundo Coutinho (1968), foi no ano de 1906, que o presidente da República Afonso Pena determinou a execução de medidas que consolidassem a incorporação dos territórios do Acre, do Purus e do Juruá, com a extensão da linha telegráfica ao vale amazônico, a qual foi confiada a Rondon, conforme nos afirma o autor:

Desejou o presidente que a tomada de posse daquele sertão fosse feita dentro de um ponto de vista que sempre fora o do próprio Rondon: com a exploração científica do território e a sua incorporação ao mundo civilizado como elementos convergentes de um só objetivo [...] (COUTINHO, 1968, p. 77).

A comissão Rondon foi de suma importância para a integração da Amazônia com o restante do Brasil, sendo de grande contribuição para conhecermos a geografia e a história do vale amazônico, já que “os trabalhos de reconhecimento e determinações geográficas, o estudo das riquezas minerais, da constituição do solo, do clima, das florestas e dos rios caminhariam paralelamente com os trabalhos de instalação das linhas telegráficas” (COUTINHO, 1987, p. 77). Assim, entre “trancos e barrancos”, superando diversos obstáculos, onde muitas vidas já haviam sido ceifadas nesse longo

trajeto de sua “marcha monumental” rumo à defesa e à integração do território, a Comissão Rondon continuava o curso da idealização à efetivação das linhas telegráficas da capital Rio de Janeiro ao território amazônico. Além, é claro, de disseminar e ampliar o campo da comunicação amazônica.

No Acre, põe-se em discussão se as linhas telegráficas de Rondon, realmente, se efetivaram ou chegaram nesse Território, já que encontramos certas divergências entre estudiosos nessa área. Segundo a autora Laura Antunes Maciel, Rondon teria atingido sua missão: chegar ao Território acreano, conforme ela mesma afirma em seu artigo, Rondon, “comandante de expedições militares que construíram milhares de quilômetros de linhas telegráficas nos Estados de Mato Grosso, Acre e a Amazonas nos primeiros anos do século XX [...]” (MACIEL, 2001, p. 138).

Já Coutinho afirma que Rondon chegou “apenas” até o vale do Jamari, território do atual Estado de Rondônia, concluindo, assim, sua missão:

Volta Roosevelt aos Estados Unidos e Rondon ao seu acampamento na selva amazônica. Faltava completar a ligação do vale do Ji-Paraná ao do Jamari, [...] Terminando esse trabalho, em 1915, apresenta-se ao ministro da Viação: ‘Entrego concluída, a Linha Telegráfica’ (COUTINHO, 1975, p. 87).

Porém, acreditamos que o material levantado nas pesquisas realizadas nos jornais da época, entre 1906 e 1912, possa nos elucidar tal questão, como veremos mais adiante.

No ano de 1910, no Departamento do Alto Juruá, com sede em Cruzeiro do Sul, via-se ainda o desejo incessante da população da instalação do telégrafo no Departamento, o qual “*modificará radicalmente a vida acreana, dando um rumo seguro ao progresso regional*” (Jornal *CRUZEIRO DO SUL*, 10 de abril de 1910, p.1, sic). A esse incessante desejo, o periódico *Cruzeiro do Sul* acrescenta ainda na mesma manchete: *Melhoramentos no Acre, o “estabelecimento do telegrapho na região acreana é o melhoramento maximo e o mais urgente a realizar-se no Territorio, como providencia indispensavel ao desenvolvimento das forças econômicas desta zona magnífica”*.

Em junho de 1911, a esse desejo aliava-se agora a euforia com a iminência desse serviço em Território acreano, conforme noticiou o jornal

Cruzeiro do Sul: Nova era e novos horizontes: “trata-se da instalação, no Território do Acre, do telegrapho sem fio, para a rapida comunicação das sédes dos Departamentos entre si, e de todos elles com a capital Federal e com outras cidades importantes” (CRUZEIRO DO SUL, 25 de junho de 1911, p. 2, sic). E continuava a noticiar, no ano seguinte, a porvir instalação da Estação Radiotelegráfica. “Temos fundadas esperanças de communicarmo-nos com o mundo, radiographicamente, até o dia 25 do corrente” (CRUZEIRO DO SUL, 7 de janeiro de 1912, p. 2). O que foi realizado somente no dia 5 de março de 1912, conforme a matéria do jornal:

Estação Telegraphica: As duas horas da tarde precisamente, terça feira, 5 do corrente, o sr. dr. Paulo Müller, engenheiro encarregado do serviço de instalação da Estação do “Monte Fleury”, acompanhado do sr. Max Ehk, telegraphista contractado e competente interprete, fez entregar, ao Exm. Sr. Capitão Francisco Siqueira [...] dois primeiros radiogrammas [...] Esse auspicioso momento offereceu ensejo ao operoso republico, que é chefe do executivo departamental, de, fazendo servir aos dois dignos membros da Commissão da Empreza Telefunquem e pessoas presentes, um profundo copo de cerveja, [...] (CRUZEIRO DO SUL, 10 de março de 1912, p. 1).

A propagação deste serviço não iria tardar, já havendo notícias de mais Estações Radiotelegráficas a serem instaladas no Território, *“Já está a caminho o material para a Estação Radiographica, que, em curto espaço de tempo, deverá ser inaugurada, em ‘Villa Seabra’, no Tarauacá” (CRUZEIRO DO SUL, 4 de fevereiro de 1912, p. 1, sic).*

Apesar das divergências entre alguns estudiosos no assunto, no Acre os telégrafos só chegaram por volta do segundo semestre de 1911 e do primeiro semestre de 1912, conforme confirma a manchete do jornal *Folha do Acre* do dia 23 de fevereiro do ano de 1913, *“Pedimos gentileza intervir junto honrado ministro da Viação, fim conseguir regularização do serviço radiographico do Acre, cujas estações inauguradas mais de um anno, não funcionam [...]” (Jornal FOLHA DO ACRE, 23 de fevereiro de 1913, p.1, sic).*

E estes não eram a linhas e sim sem fios, por isso, Radiotelegráficos, o que credita que as Linhas telegráficas da Comissão Rondon, realmente, não chegaram a este território. Entretanto, esse fato não tira o mérito ine-

gável de sua alta contribuição para a ampliação dos meios de comunicação “modernos” no Acre.



Figura 1: Estação Radiotelegráfica no Acre. Fonte: IBGE.

Observamos, na figura, uma das primeiras estações Radiotelegráficas do Território acreano. Não conseguimos datá-la, não obstante, fazemos tal afirmação, de ser uma das primeiras estações do nosso território, em virtude da sua estrutura arquitetônica, na qual notamos que essa Estação é construída toda em madeira e rodeada por uma grande varanda, muito parecida com a sede da prefeitura e da polícia de Rio Branco antes dos anos 1920, já que as construções em alvenaria só seriam “aplicadas” com mais ênfase no Acre, se, assim, podemos definir, a partir do governo Hugo Carneiro, de 1927 a 1930, que construiu o Mercado Municipal, o quartel da Polícia Militar e iniciou a obra do Palácio do Governo, todos com uma arquitetura moderna nos moldes europeus e em alvenaria.

Enfim, a chegada do telégrafo em território acreano significou muito mais que um simples “veículo rápido e silencioso das ordens dos governos e das medidas táticas dos exércitos e marinhas” (MOREIRA, 1924, p. 5), mas sim um relevante instrumento que permitiu a integração com o restante do país, por meio das comunicações, e o reconhecimento de um espaço antes

desconhecido por parte dos brasileiros, ajudando na efetivação da comunicação na região que seria continuada com a inserção do rádio, objeto de estudo do capítulo primeiro deste livro.

1.1 A “era” do rádio no Acre: entra em cena a Rádio Difusora Acreana

Segundo Vargas (1994), o rádio foi uma invenção nascida da soma de várias descobertas feitas no fim do século XIX e início do século XX. Em 1887, Heinrich Hertz descobre as “ondas hertzianas”; em 1895, Aleksandr Popov inventa uma antena capaz de captar tais ondas; em 1896, o italiano Guglielmo Marconi, usando tal antena mais as ondas hertzianas, consegue receber e transmitir os primeiros sinais que deram origem ao rádio.

Vargas (1994) nos elucida que, no Brasil, o pioneiro do rádio foi o padre Roberto Landell de Moura. Em 1893, ele fez sua primeira transmissão, porém foi tido no Brasil como “louco”, e, por conta disso, deixou o Brasil. “Landell de Moura vivia sendo ridicularizado no Brasil e suas ideias não foram aqui aproveitadas, levando-o a se mudar para os EUA” (VARGAS, 1994, p. 323). Porém, um questionamento nos sobressai, o que é o rádio?

Segundo Rabaça e Barbosa, o rádio pode ser definido como:

Veículo de radiodifusão sonora que transmite programas de entretenimento, educação e informação. Música, notícias, discussões, informações de utilidade pública, programas humorísticos, novelas, narrações de acontecimentos esportivos e sociais, entrevistas e cursos são gêneros básicos dos programas. Serviço prestado mediante concessão do Estado, que o considera de interesse nacional, e deve operar dentro de regras preestabelecidas em leis, regulamentos e normas (RABAÇA e BARBOSA, 1987, p. 491).

O rádio, no Brasil, segundo Lia Calabre (2004), foi lançado por um grupo de intelectuais sob a tutela de Roquete Pinto, os quais viam, no rádio, um meio com finalidades educativas e culturais. A primeira transmissão ra-

diofônica, no país, ocorre no dia 07 de setembro de 1922, na comemoração do centenário de Independência do país. No ano seguinte, é inaugurada a primeira estação de rádio do país – a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro –.

No Acre, o rádio chega num momento marcado mundialmente, o da Segunda Guerra Mundial, nos primeiros anos de 1940. Para compreendermos esse momento, é importante fazermos, aqui, uma breve contextualização histórica.

Segundo Souza (1992), nesse período, o Território acreano vivia o segundo surto da borracha e/ou a “Batalha da Borracha”, já que os “seringais” da Malásia, de domínio da Inglaterra, foram invadidos e tomados pelos japoneses, aliados ao Eixo, e a borracha era matéria-prima essencial na produção de “utensílios” de guerra, como os pneus, por exemplo.

Com isso, a borracha amazônica voltou a ser crucial para os países envolvidos na guerra, em destaque aqui os Estados Unidos. Estes, no dia 3 de março de 1942, assinaram com o Brasil acordos diplomáticos voltados para a compra da borracha amazônica, como elucida o historiador Carlos Alberto Alves de Souza:

[...] Os Estados Unidos criaram programas de procura e compra de borracha. Lembraram-se da Amazônia brasileira e prepararam vários acordos com o Brasil, em 1942, [...] Estes acordos são chamados de ‘Acordos de Washington’, pelos quais os Estados Unidos aplicariam dinheiro para reativar os seringais e comprar a produção do látex brasileiro, num período de cinco anos, de 1942 a 1947 [...] (SOUZA, 1992, p. 47).

Para Souza (1992), foram, nesse momento, criados serviços especiais responsáveis por recrutar pessoas para trabalharem na produção da borracha nos seringais amazônicos, como o Semta (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores) e a Caeta (Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia). Assim, o Acre vivia um “surto” de migrações nordestinas.

Segundo a revista *A Voz das Selvas* (1999), foi também nos primeiros anos da década de 1940 que desembarcaram os primeiros rádio/receptores no interior dos seringais do nosso Estado, até então Território. O rádio chega, através do trabalho empreendido durante o governo Silvestre Coelho, trabalho este referente à instalação de uma estação de rádio no

Território do Acre.

No dia 7 de agosto de 1944, é feita a primeira transmissão, em caráter experimental, da Rádio Difusora Acreana (RDA), pelo próprio governador Silvestre Coelho, que anunciava a seguinte saudação ao povo acreano:

Está no ar, pela primeira vez, a título de experiência, a Rádio Difusora Acreana. Aproveito o ensejo para enviar ao povo deste Território a minha saudação, desejando que este melhoramento seja sobremodo, proveitoso ao desenvolvimento intelectual e ao progresso desta abençoada terra (A VOZ DAS SELVAS, 1999, p. 6).

A esse respeito, o jornal *O Acre* mostrou, em sua manchete, o *Fervoroso entusiasmo* causado na população pela primeira transmissão da rádio no Território, “a população de Rio Branco viveu horas de fervoroso entusiasmo, no dia 7 do corrente, quando foi lançada ao ar, pela primeira vez, a voz da Rádio Difusora Acreana” (Jornal *O ACRE*, 13 de agosto de 1944, p. 1).

Antes de darmos continuidade à história da RDA, vale ressaltarmos que o rádio desde sua criação, foi usado e controlado pelo Estado, subordinando-o aos seus interesses e às regras do mercado econômico, como afirma Calabre:

O rádio brasileiro estabeleceu-se a partir de uma dupla determinação: um veículo de comunicação privado, portanto, subordinado às regras do mercado econômico, mas, ao mesmo tempo, controlado pelo Estado, que é responsável tanto pela liberação da concessão para o funcionamento das emissoras [...] quanto pela cassação das mesmas, caso haja desrespeito às leis do código de comunicação em vigência (CALABRE, 2004, p. 12).

Foi finalmente, no dia 25 de agosto de 1944, a inauguração da primeira estação de rádio do Acre, a ZYD-9, Rádio Difusora Acreana (hoje conhecida como a “*Voz das Selvas*”, operando em duas frequências AM: ZYH 200- 1400 KHZ, ondas médias, e ZYF 201- 4885 KHZ, ondas tropicais), que passava a funcionar em caráter permanente, transmitindo as últimas notícias da participação brasileira na Segunda grande guerra mundial e as cotações internacionais da borracha. Vale destacar que a RDA ficou um tempo parada sem transmissões, isso devido a problemas técnicos em seus equi-

pamentos, voltando somente em 1947.

A partir daí, a RDA caiu nas “graças” da população acreana, transformando-se logo em um veículo de comunicação de massa, porquanto atingia quase totalidade do Território acreano, chegando às áreas mais distantes, atingindo a maioria da população. E, mesmo sendo controlada pelo governo, já que essa emissora pertencia ao Estado, o rádio foi logo “dominado” pelo povo acreano, uma vez que esse veículo de comunicação foi usado, em sua maioria, pela população para transmitir suas mensagens, noticiar sua chegada à cidade, a negociação de algum produto, para se comunicar ou, simplesmente, para dedicar alguma melodia a alguém. Enfim, o rádio ganhava uma conotação maior, que ia além de uma simples ferramenta do governo: ele ligava o campo à cidade e, vice-versa, por meio da comunicação.

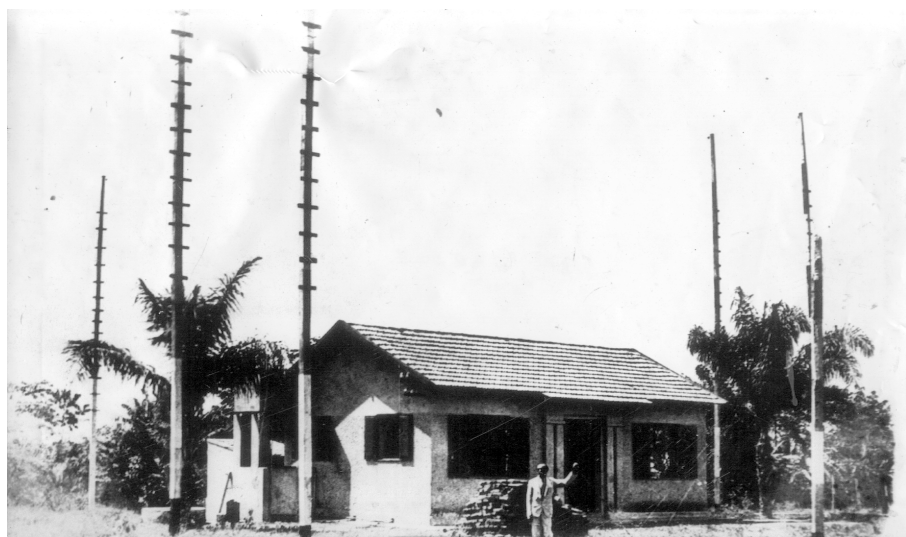


Figura 2: Prédio da Rádio Difusora Acreana na década de 1940.

Fonte: Centro de Documentação e Informação Histórica (CDIH)/ Ufac.

Primeiro prédio dos transmissores da Rádio Difusora Acreana na década de 1940. Observamos as torres transmissoras ao seu redor e uma construção já em alvenaria.

A figura 2, que não atua aqui como simples ilustração, sendo referência para o tema aqui discutido, configura-se como imagens que dialogam com o texto, explicitando-o. Nesse sentido, é importante salientarmos que, nas primeiras décadas, no Acre, o aparelho de rádio era considerado um

“artigo de luxo”, pois seu preço era alto e só quem possuía esses aparelhos eram famílias com um grande poder aquisitivo. Como nos afirma a radiologista Nilda Dantas:

O meu vizinho era militar, então, ele tinha um salário razoável e podia propiciar à família um rádio. Então, ele tinha um rádio e uma eletrola, era um aparelho grande, o meu pai era só um carpinteiro e minha mãe era do lar, então, nós não tínhamos condições de comprar um rádio. Então, fomos escutar rádio na casa desse vizinho que na época trabalhava na antiga Guarda Territorial e era considerado classe média alta, já que ter um rádio, possuir um, era para aqueles que tinham um melhor poder aquisitivo (Entrevista com NILDA DANTAS, Rio Branco, 2006).

A respeito dessa prática, Calabre afirma que:

[...] o desejo das camadas populares de possuírem aparelhos de rádio crescia, e, quando as famílias ainda não podiam ter seus próprios rádios, lançavam mão de uma prática que se tornou muito corriqueira: a de ser um ‘rádio vizinho’. Era comum que as famílias que tinham aparelhos de rádio os partilhassem com os vizinhos, permitindo que acompanhassem parte da programação [...] (CALABRE, 2004, p. 25).

O interessante é que essa prática consolidou o rádio como um elo de sociabilidade dentro e fora da própria estrutura familiar e foi tornando-o mais popular.

A possibilidade da escuta coletiva por toda a família ou por todas as pessoas presentes nos recintos onde estivessem os aparelhos de rádio aumentou o interesse pelo veículo e deu início ao processo de popularização do mesmo [no Brasil] (CALABRE, 2004, p. 22).

O rádio era considerado quase “um membro da família”, pelo carinho e o zelo que tinham com o aparelho. Tornava-se tão importante nos lares que tinha o seu lugar próprio, ele ficava na sala, ou numa mesinha ou em cima de uma tábua pregada na parede. Geralmente localizava-se num lugar

alto, para assim ficar longe do alcance das crianças, para que elas não danificassem o aparelho. “O rádio gradativamente passava a ocupar um lugar de destaque nas salas das residências” (CALABRE, 2004, p. 23), (vide figura 3):



Figura 3: Aparelho de rádio nas décadas de 1960 e 1970. Fonte: Acervo pessoal do autor.

Na figura 3, observamos um aparelho de rádio utilizado no Acre, nas décadas de 1960 e 1970. Um rádio valvulado e elétrico. Este aparelho era utilizado pelas pessoas de um poder aquisitivo maior, já que seu preço era muito alto para a maioria da população. Essa foto foi tirada no Museu da Borracha, onde se encontra tal aparelho.

Roștan (2005) destaca, com mais ênfase, o caráter de socialização que o rádio trazia e vai além, destacando seu “poder” de reunir pessoas, de atingi-las de tal maneira que se tornava “sagrado” escutar seus programas preferidos, de suas mensagens e melodias. Enfim, o rádio se tornava um veículo de fundamental importância na vida dos seus ouvintes. Segundo ele:

[...] O veículo tem a função de reunir as pessoas [...] família, amigos estão todos na sala para ouvir o programa, como se tivessem um momento de aliança em torno do rádio, de intimidade, de conforto familiar, para juntos se confraternizarem com as notícias da região. Esse fazer reunir do rádio não se limita à família ou casa, vai para a rua,

a floresta, para os rios, para a comunidade, unindo pessoas com pessoas [...] (ROSTAN, 2005, p. 115).

Quanto à sua popularização, esta se deveu à vinculação de programas mais voltados para a “massa” pelas emissoras, como afirma Calabre, “buscando atrair um público maior, elas [emissoras] apresentavam programas mais populares, com um ritmo dinâmico, prendendo melhor a atenção dos ouvintes” (CALABRE, 2004, p. 23, grifo nosso), e a fabricação de aparelhos mais baratos, “[...] outras fábricas também passaram a produzir pequenos rádios que, pouco a pouco, se tornavam acessíveis para um número maior de pessoas” (CALABRE, 2004, p. 18).

Porém, outro objeto de suma importância emergiu da fabricação desses rádios mais populares em nosso Território, à pilha. Antes da fabricação desse tipo de rádio, o aparelho era importado, de tamanho maior, valvulado, elétrico e muito caro. Com a fabricação do rádio à pilha, esse objeto tornou-se popular e se propagou rápido no Território acreano, já que podia atingir grande parte de sua população.

A maioria da população acreana estava concentrada nas zonas rurais, onde a energia elétrica ainda não havia chegado, logo, o rádio à pilha e, claro, as pilhas, se tornaram objetos preciosos para grande parte dessas pessoas.

Observamos essa importância da pilha no depoimento cedido pelo jornalista José Chalub Leite ao professor Francisco de Moura Pinheiro para sua dissertação de mestrado, intitulada *Impactos de Veículos de comunicação de massa numa reserva extrativista no Estado do Acre*. Segundo ele: “[...] o presente recebido com maior alegria pelo seringueiro, pelo colono, pelo agricultor, é justamente a pilha. Dê pilha de rádio, que ele fica satisfeíssimo. Porque ela serve também pra lanterna” (PINHEIRO, 1999, p. 106).

Em seus estudos, Gisela Swetlana Ortriwano já destacava o papel essencial desempenhado pelo rádio no Brasil e no mundo. E observamos, nitidamente, a suma importância desse veículo de massa para a Amazônia acreana, rompendo com as “barreiras” geográficas, as distâncias fugindo ao tão atribuído “isolamento” à região:

Entre os meios de comunicação de massa, o rádio é, sem dúvida, o mais popular e o de maior alcance público, não só no Brasil como em todo o mundo, constituindo-se,

muítas vezes, no único a levar a informação para populações de vastas regiões que não têm acesso a outros meios, seja por motivos geográficos, econômicos ou culturais (ORTRIWANO, 1985, p. 78).

Assim, com essa popularização do rádio e as pilhas para seu funcionamento nos locais mais distantes do território, destacaram-se vários programas populares no rádio, como as radionovelas e programas de músicas, mas nenhum foi/é tão popular quanto o *Correspondente Difusora*.

Apesar do início de transmissões de notícias sobre a guerra, a RDA, mais precisamente seus equipamentos, ainda eram precários, logo, havia muitos problemas técnicos, e só em maio do ano de 1947, com a remodelação dos seus equipamentos, a RDA volta a operar normalmente, retomando a atenção de seus ouvintes.

Ao longo dos anos iniciais de sua história, mesmo com essa integração que a RDA fazia deste longínquo Território com o restante do país, ela foi considerada apenas uma rádio oficial, cujo papel era tão somente de assegurar os interesses do governo e exaltá-lo.

Entretanto, se era assim considerada nos idos de sua fundação, a Rádio Difusora Acreana foi ganhando durante os anos uma preponderante importância junto ao povo acreano, digo até mesmo, uma essencial e fundamental importância na vida de cada um dos seus ouvintes, já que a rádio servia de instrumento de comunicação, de integração social para os acreanos, onde o povo aqui ficava sabendo das notícias do país e do mundo, e integrando o próprio povo acreano entre si, ou seja, integrando a cidade com o campo, a cidade com os longínquos seringais, colocações do Território acreano através do serviço de mensagens:

Na Amazônia, as pessoas falam, conversam, trocam informações e recados pelo rádio [...] o rádio não é veículo de transmissão de informação no sentido em que normalmente se atribui a essa mídia. Para as distantes populações ribeirinhas, com total carência de estradas e cujo meio de transporte predominante são as embarcações, o rádio é meio de uma conversação *sui generis* [...] (ROSTAN, 2005, p. 13-14).

Para Roștan (2005), na Amazônia, o rádio se estabeleceu com uma

conotação de uso diferente de outras regiões do Brasil, especialmente do centro-sul do Brasil, onde o rádio era usado pela elite com objetivos educacionais, de elevar e levar a cultura erudita das elites econômicas ao restante da população. Na Amazônia, o rádio se enveredou por um outro caminho, tornou-se um veículo de comunicação e de integração das populações mais distantes e de difícil acesso, onde, através do rádio, a população se comunica mais rapidamente, se socializa, sabia das notícias do seu país e do seu lugar (colocação, seringais, comunidades etc. onde vivem), de seus compadres e comadres, e, assim, se sentiam integrados à sociedade.

Vale destacar, antes de darmos continuidade à distinção entre campo e cidade, segundo a definição de Raymond Willians:

Na longa história das comunidades humanas, sempre esteve bem evidente esta ligação entre a terra da qual todos nós, direta ou indiretamente, extraímos nossa subsistência, e as realizações da sociedade humana. E uma dessas realizações é a cidade: a capital, a cidade grande, uma forma de civilização. Em torno das comunidades existentes, historicamente bastante variadas, cristalizaram-se e generalizaram-se atitudes emocionais poderosas. O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se a idéia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação (WILLIANS, 1989, p. 11).

Porém, é importante ressaltar que a definição de Willians está inserida no contexto europeu, onde o campo tinha um sentido bucólico, exaltando a natureza, as belezas de uma vida campestre. Trazendo tal definição para o contexto amazônico, o campo seria, na realidade, a zona rural, lugar que ganha um destaque mais econômico, espaço de produção, como, por exemplo, os seringais produtores de borracha, e a cidade é o lugar onde se gasta, espaço de diversão do patrão, onde se adquiriam produtos industrializados, como querosene, sal, tecidos, e outros produtos que davam *status* aos sujeitos amazônicos.

Depois dessa elucidação da distinção entre campo e cidade no contexto amazônico, é interessante retomamos o caráter de socialização e de

integração que os programas da RDA traziam para grande parte da população acreana. Tais programas ganhavam destaque na vida dos acreanos, onde causavam e ainda causam, até hoje, esse efeito de incorporação à sociedade, ou seja, essas pessoas que moram nos lugares mais distantes e de difícil acesso se sentem inseridas e atuantes no contexto social ao qual de fato pertencem. E essa socialização é claramente vista num dos programas de destaque da RDA, o *Correspondente Difusora* ou, também conhecido como “programa de recados”, que contribuiu e ainda contribui para a difusão da comunicação em todo o território acreano.

De acordo com a revista *A Voz das Selvas* (1999), esse programa iniciou-se em 1948, quando a RDA começou a abrir espaço para a participação dos ouvintes em seus programas, onde os quais começaram a enviar e trocar mensagens, recados e avisos. No seu início, o programa se chamava *Falando para o interior*.

Os aparelhos receptores ainda eram artigos, raros em Rio Branco, e às 7 horas o locutor iniciava a leitura das mensagens que iam até às 9 horas da manhã, quando se interrompia o fornecimento de energia elétrica. Essas mensagens eram transmitidas através de alto-falantes pendurados na parte externa do edifício onde se localizava a emissora em questão, as mensagens eram lidas e relidas, sempre intercaladas com comerciais e melodias (A VOZ DAS SELVAS, 1999, p. 14).

Hoje, o *Correspondente Difusora*, também conhecido como “programas de recados”, ainda é um dos programas mais escutados da RDA e meio de interação, como já foi mencionado, entre a cidade e o campo, ou seja, é um meio de socialização e de comunicação entre os seus ouvintes tanto da cidade quanto do campo.

E mesmo com tantas inovações tecnológicas que se tem hoje em dia, o *Correspondente Difusora* foi, por muitas vezes, e ainda é, o único meio de socialização e de comunicação, uma mídia poderosa que as pessoas do campo têm para se integrarem, exprimirem seus anseios e opiniões. Ele vai ao ar duas vezes ao dia, de segunda-feira a sábado, e em dois horários: às 13 horas e às 18 horas, e, aos domingos, vai ao ar no horário das 13 horas.

Esse crucial papel social e midiático que o programa tem é destacado nitidamente na manchete do jornal *Repique* intitulada: *Rádio Difusora, o*

telefone dos seringueiros:

Com 5 kW de potência no transmissor de ondas tropicais, a Difusora tem condição de cobrir todo o território acreano [...] Nos programas de aviso, a audiência estimada é de mais de 40.000 aparelhos, fora a rede de solidariedade que é montada para retransmitir os recados para as pessoas que não possuem rádio ou não conseguem captar as mensagens. Temos avisos de todas as procedências. Firms contratando pessoal, regatões que anunciam planos de viagem, candidatos se comunicando com cabos eleitorais, órgão de governo, mas, principalmente gente humilde mantendo contato com parentes distantes (Jornal *REPIQUETE*, 20 de outubro de 1985, p. 17).



Figura 4: Recepção da RDA na década de 1990. Fonte: Museu da RDA.

Na fotografia acima, percebemos a recepção da RDA na década de 1990, além da participação das mulheres em sua história. A fotografia nos mostra uma mulher com seus parentes, possivelmente filhos, que vai até a recepcionista e dita sua mensagem para ser transmitida. Por sua vez, a recepcionista datilografa a mensagem e, depois, a lê para a remetente que pagará uma pequena taxa em dinheiro e, logo em seguida, a mensagem

será levada até o radialista que a transmitirá no programa “Correspondente Difusora”.

A figura acima referida é emblemática do modo de recepção das mensagens que chegavam na RDA, especialmente do maneira como eram preparadas, “datilografadas” a partir das necessidades do próprio público. Na sequência, elas eram lidas pelo locutor da rádio. Importa destacar ainda que, conforme enfatiza a revista *A Voz das Selvas* (1999), o teor das mensagens é quase sempre o mesmo: o remetente do aviso quer avisar a sua família que ficou no seringal, na colônia ou na colocação, se realizou alguma negociação, sobre o estado de saúde de um parente, informar quando retorna, parabenizar alguém pelo aniversário, pelas datas especiais como o dia das mães, fazer recomendações a algum “compadre” ou “comadre” ou simplesmente dedicar uma melodia a alguém. Porém, basta apenas escutarmos algumas transmissões do programa *Correspondente Difusora* que, logo iremos notar nitidamente esse teor dos recados, como podemos observar na fala do radialista Edmar Bezerra, um dos apresentadores deste programa:

Houve uma necessidade muito grande de criar o Correspondente Difusora para a pessoa que chega à cidade proveniente dos seringais, das colônias, dos ramais, comunicar às pessoas que lá ficaram, se fez boa viagem ou não, quando vai retornar, se o assunto foi resolvido ou não. Que dizer, tornou-se necessário para a rádio e a população este programa que começou como Falando para o Interior (Entrevista com EDMAR BEZERRA, Rio Branco, 2006).

Vale observar que, antes de iniciar o programa, existem pessoas, peças fundamentais para que essas mensagens possam ir ao ar, os recepcionistas da rádio, os quais recebem as pessoas que ditam ou entregam manuscritamente sua mensagem, mediante uma pequena taxa. A mensagem é, hoje em dia, digitada e depois lida ao remetente para ver se ele está de acordo com o que será entregue aos radialistas, apresentadores do programa, que as levarão aos diversos locais de nosso Estado: municípios, seringais, ramais, colocações etc.



Figura 5: Recepção da RDA. Fotografia tirada em fevereiro de 2013 pelo autor. Fonte: Acervo pessoal do autor.

A figura 5, que não é meramente ilustrativa, mostra a atual recepção da RDA. Lá, são recebidas e redigidas as mensagens dos usuários do programa *Correspondente Difusora*. Depois de entregues, são redigidas e lidas ao remetente para ver se esse está de acordo com o que será transmitido.

É interessante, nesse momento, destacarmos a definição da mensagem, a qual é uma “(mescla de forma e conteúdo) é o objeto da comunicação” (FERRARETO, 2001, p. 25). Ou ainda, como acrescenta Marcelo Casado d’Azevedo: “quando conversamos, o discurso é a mensagem, quando sorrimos, a alteração característica da face é a mensagem; quando somos surpreendidos subitamente, o silêncio e a imobilidade momentânea são a mensagem” (D’AZEVEDO, *apud* RABAÇA, 1987, p. 396).

Essas mensagens não eram somente de pessoas que chegavam do campo, as quais mandavam recados para seus familiares, amigos que ficavam lá nos seringais, ramais, enfim, no campo. Essas mensagens também eram mandadas por pessoas que moravam na capital acreana, Rio Branco, que as enviavam às pessoas que moravam em outros municípios do Estado, ou ainda, eram enviadas por pessoas que chegavam de outros estados do

Brasil que utilizavam destes serviços para encontrar seus parentes que aqui residiam. Porém, a maior parte dessas mensagens ainda é utilizada pelas pessoas que vêm do campo.

Portanto, é bem nítida a função social que o rádio e seu serviço de mensagens incorporam na sociedade acreana. A partir desse meio de comunicação “moderno”, dessa mídia de alto alcance, os discursos políticos e populares transitam, a efetivação da comunicação entre lugares de difícil acesso acontece, visto antes como lugares “isolados”, aonde a informação chegava, a educação era transmitida, as reuniões dos sindicatos de trabalhadores rurais eram anunciadas, enfim, o rádio cumpriu bem seu papel de meio de informação e de socialização da população do Acre.

Por conseguinte, podemos notar bem nitidamente uma das características do rádio bem presente em nossa região: a penetração. Essa penetração ocorre em termos geográficos. Segundo Gisela S. Ortriwano:

O rádio é o mais abrangente dos meios, podendo chegar aos pontos mais remotos e ser considerado de alcance nacional. Ao mesmo tempo, pode estar nele presente o *regionalismo*, pois, tendo menor complexidade tecnológica, permite a existência de emissoras locais, que poderão emitir mensagens mais próximas ao campo de experiência do ouvinte (ORTRIWANO, 1985, p. 79).

Não podemos nos esquecer de frisar, de mencionar novamente a grande importância do *Correspondente Difusora* para seus ouvintes, enfim, para a comunicação acreana, assim como nos relata Edmar Bezerra:

A importância das mensagens é muito grande, é especial o Correspondente Difusora, a pessoa chega e passa o seu aviso aqui pela manhã ou pela parte da tarde e comunica para seu irmão, seu pai que ficou no seringal. Digamos no rio Antimari, que fez boa viagem, e ao mesmo tempo que o locutor está transmitindo o aviso lá está recebendo, é muito útil o Correspondente Difusora (Entrevista com EDMAR BEZERRA, Rio Branco, 2006).

Ou ainda como fala uma das pessoas que utilizam esse serviço, o senhor Francisco da Costa:

Meu nome é Francisco da Costa, mas conhecido como Fantó, apelido de família. Toda vez que eu venho aqui pra cidade, o meio de comunicação que eu tenho é esse aqui [...] A importância disso aqui é que eu tô com minha família lá, aí eu não tive como chegar lá, venho aqui e mando a mensagem e daqui a pouco eles vão ficar sabendo que eu vou chegar lá pela amanhã [...] (Entrevista com FRANCISCO DA COSTA, Rio Branco, 2006).

Sem dúvida, esse serviço, esse programa é de fundamental importância, como já salientamos, pois é, por muitas vezes, o único meio de comunicação para essas pessoas que estão distantes, que estão nos seringais, colocações etc. e não têm telefone, não têm sistema de correios, televisão ou outros meios de comunicação existentes na cidade.

Os maiores beneficiários dessas mensagens radiofônicas são os chamados 'povos da floresta'. O programa é tão importante, indispensável e necessário para eles quanto o telefone, os correios ou a internet o são para os habitantes das cidades. Porque é o único – e o mais rápido – que dispõe para o contato interpessoal à distância (A VOZ DAS SELVAS, 1999, p. 15).

Também é o meio mais acessível às pessoas de pouca renda, pois elas chegam à recepção da RDA, dizem, ou por muitas vezes, já levam escritas as mensagens num bilhete para a recepcionista, que, por sua vez, decifrava, decodificava a mensagem por conta de uma má contextualização ou da caligrafia difícil de entender, e depois datilografava (hoje é digitalizada) e lia a mensagem para o remetente para ver se estava de acordo com o que ele queria. A mensagem emitida custava apenas um “valor simbólico”, ou seja, um pequeno valor, então se tornava mais em conta a estas pessoas que não têm grande poder aquisitivo.

Esta importância se mostra nítida em algumas mensagens, como neste que iremos citar para vocês. Além de toda comoção e pesar, há também a esperança e fé da remetente em encontrar sua mãe e realizar seu sonho:

Atenção! Éster Alves Pacheco em Xapuri, peço que venha com urgência que estou só esperando à hora, quero lhe ver e

ao mesmo tempo realizar meu sonho de conhecê-la. Venha hoje como sem falta, venha para a casa da senhora Anaildes no bairro Santa Inês, a penúltima parada do ônibus ao lado do posto de saúde, atrás da igreja Filadélfia da Palavra. Assina sua filha Olinda de Souza Pacheco (mensagem de OLINDA DE SOUZA PACHECO, Rio Branco, 2006)¹¹.

Essa mensagem mostra o sonho da senhora Olinda que, à beira da morte, quer ver e conhecer sua mãe, já que veio ainda pequena morar com seu pai em Rio Branco, e o rádio é esse canal, o porta-voz desse pedido, dessa realização de um sonho, do seu último pedido antes da morte se consumir.

É nítido e importante destacarmos o caráter da oralidade bem intrínseca e enraizada dentro dessa mídia, o rádio, pois, aqui, a voz ganha esse caráter eminente. Paul Zumthor nos esclarece bem a importância e a definição da voz. Segundo ele:

A voz é verdadeiramente um objeto central, um poder, representa um conjunto de valores que não são comparáveis verdadeiramente a nenhum outro, valores fundadores de uma cultura, criadores de inúmeras formas de arte [...] a voz é uma *coisa*, isto é, que ela possui, além de qualidades simbólicas, que todo mundo reconhece, qualidades materiais não menos significantes, e que se definem em termos de tom, timbre, alcance, altura, registro (ZUMTHOR, 2005, p. 61-62).

Essa definição trazida por Zumthor nos revela também sobre o trabalho do radialista, de transmitir as informações, as mensagens de uma maneira mais próxima dos seus ouvintes, com uma entonação própria, com uma linguagem mais próxima do seu público alvo, assim como nos afirma Rostan, “mensagens do povo, para o povo e com uma linguagem do povo” (ROSTAN, 2005, p. 12). Linguagem esta das pessoas simples do campo, pelo fato de entre elas se entenderem esta linguagem própria, já que “para melhor se comunicar, o emissor deve usar a linguagem mais próxima do destinatário” (ROSTAN, 2005, p. 88), como se nota na seguinte mensagem:

11 - A referida mensagem, foi gentilmente cedida no momento em que a remetente entregava à recepção da RDA, em um dos dias de nossa visita, com o objetivo de colher entrevistas com funcionários e ouvintes, em novembro de 2006.

Atenção senhor João da Silva, no seringal Bom Destino, colocação vai-quem-quer. Sua esposa avisa que o negócio do cavalo só entrou a metade, mas amanhã fará todo o esforço para ver se entra a outra metade. Abraços e beijos nas crianças, de seu amigo Sabá Camboieiro (A VOZ DAS SELVAS, 1999, p. 17).

O teor dessa mensagem tratava de uma negociação de compra e venda de um animal, no caso um cavalo, negociação essa feita pela esposa do senhor João da Silva, que não conseguiu concretizar a venda do animal à vista, porém metade do dinheiro já fora pago a ela e a mesma faria todo o esforço para que, no próximo dia, fosse paga a outra metade do dinheiro referente à venda do animal. Mas esta mensagem poderia ser mal contextualizada e logo ser entendida de outro modo.

Essas mensagens, oriundas da oralidade, traziam em si a questão séria, referencial, ou seja, a questão da informação. Entretanto, muitas vezes, traziam também um cunho jocoso, ou seja, “que provoca o riso; engraçado, divertido, cômico” (HOUAISS, 2001, p. 1684) e irônico. Segundo Houaiss, ironia pode ser entendida como figura por “meio da qual se diz o contrário do que se quer dar a entender; uso de palavra ou frase de sentido diverso ou oposto ao que deveria ser empregada, para definir ou denominar algo [ironia ressalta do contexto.]” (HOUAISS, 2001, p. 1651).

Márcio Seligmann-Silva nos adverte sobre o “perigo” da ironia e o cuidado que devemos ter, em fazer a separação do que é falso e do que é verdadeiro. Segundo ele:

A ironia é uma potente máquina de desleitura: o leitor nunca sabe como se comportar diante dela; se deve tentar separar o verdadeiro do falso, o sério da brincadeira, [...] o leitor acaba muitas vezes por simplesmente se abandonar ao ritmo da ironia: ele salta no precipício do não-sentido (SELIGMANN, 2003, p. 371).

Além dessa mensagem, há outras que foram repassadas pelos seus remetentes para avisar sobre alguma negociação feita ou para avisar sobre o estado de saúde de alguém. Porém, como já salientamos, por terem uma linguagem simples, uma linguagem própria do homem do campo que não teve estudo, em sua maioria, não teve a oportunidade de frequentar uma

escola, as mensagens ao serem escritas por eles e/ou formuladas e lidas no ar, tinham que estar do mesmo jeito com que foram repassadas, tornando-se, às vezes, jocosas, porém, não menos importantes como nos afirma Pinheiro, “excluindo-se a questão do pitoresco, há uma espécie de respeito pelo formato e pela importância da mensagem radiofônica” (PINHEIRO, 1999, p. 119).

Estas mensagens suscitam uma má contextualização para os que possam ouvi-las, conforme percebemos na advertência que Seligmann-Silva nos fez a despeito da ironia, porém, lá no seringal, ela é entendida perfeitamente, como observamos nas seguintes mensagens:

Atenção, senhor Mane da Isaura, no seringal Linha Velha, colocação Fim da Linha, sua esposa avisa que ao chegar à cidade, juntamente com nossa filha Maria, ela encontrou um senhor muito rico que teimou em querer comprar o periquito dela. Como ele pagava muito bem, ela vendeu. Com o dinheiro comprou muitas roupas e peças de baixo. O meu periquito como é pouco velho, ninguém quis comprar. Abraços de sua mulher Alzira (A VOZ DAS SELVAS, 1999, p. 17).

Ou:

Atenção senhor Antônio José, na colocação Vai-quem-quer, seringal Sapopemba. Aviso-lhe que o Manuel foi atropelado e está internado no hospital de Base com fratura craniana, três costelas quebradas, perna direita amputada e fraturas expostas nos dois braços. Peço que não se preocupe, pois ele passa bem. Abraços do Raimundo (A VOZ DAS SELVAS, 1999, p. 17).

Ou, ainda, como relata Ângela Santos Vila Nova, uma das recepcionistas encarregada de anotar as mensagens:

Certa vez estive uma senhora aqui que passou uma mensagem para o seu filho que morava com ela no seringal e estava muito doente, avisando que havia consultado uma mãe-de-santo e esta havia receitado ao rapaz um copo de xixi de jumento misturado com mel para que ficasse curado (A VOZ DAS SELVAS, 1999, p. 16).

Cumpra registrar a importância da linguagem com que são escritas e transmitidas as mensagens. Elas, muitas vezes, em sua maioria, têm que ser transmitidas da mesma forma que o remetente passa para o recepcionista que as anota. Hoje, esse serviço é digitalizado e impresso, e entregue aos apresentadores do programa para proceder à transmissão, assim como nos assevera Bakhtin, “a época, o meio social, o micromundo – o da família, dos amigos e conhecidos, dos colegas – que vê o homem crescer e viver, sempre possui seus enunciados que servem de norma, dão o tom” (BAKHTIN, 2003, p. 313).

Observamos essa questão da oralidade, da linguagem própria de cada lugar, do seu hábitat, de sua comunidade a qual está inserida nos próprios Parâmetros Curriculares Nacionais da Língua Portuguesa. Segundo eles:

A questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas. É saber coordenar satisfatoriamente o que falar e como fazê-lo, considerando a quem e por que se diz determinada coisa. É saber, portanto, quais variedades e registros da língua oral são pertinentes em função da intenção comunicativa, do contexto e dos interlocutores a quem o texto se dirige. A questão não é de correção da forma, mas de sua adequação às circunstâncias de uso, ou seja, de utilização eficaz da linguagem [...]

(BRASIL, 1997, p. 26).

Se a mensagem não estiver igual ao modo como eles falam, as pessoas que estão lá no seringal, nas colocações, não entenderão a mensagem. Como afirma o radialista Edmar Bezerra:

Geralmente, a gente passa da maneira que eles querem, né? Mas, às vezes, a gente muda, somos obrigados a mudar porque não tem concordância. O locutor tem muita dificuldade de divulgar as mensagens, então, elas são passadas a limpo, mudamos a mensagem e perguntamos na hora ao remetente se ele está de acordo com as mudanças, e se estiver de acordo nós fazemos essa mudança. Uma vez chegou uma pessoa aqui e disse que seu nome era Chiquim e a gente quis colocar Chiquinho e ele não quis, porque lá já o conheciam como Chiquim, então, a gente não mudou. Claro que chegam aqui também mensagens que não precisam de

Portanto, o serviço ou programa de mensagens, o *Correspondente Difusora*, foi e ainda é um sucesso, com grande audiência e importância sem igual para seus ouvintes.

As músicas também tiveram destaque nas programações radiofônicas. Desde o início da rádio, elas sempre figuraram em seu espaço. Como afirma Calabre, “a transmissão de discos – que hoje constitui a base do funcionamento das rádios – foi um recurso também utilizado desde os primeiros tempos do rádio” (CALABRE, 2004, p. 39).

Já em 1951, “via-se na RDA a participação de orquestras para apresentações de músicas ao vivo, além da aquisição de modernos equipamentos que permitiam irradiação de grandes discos ‘long-play’” (A VOZ DAS SELVAS, 1999, p. 6).

As músicas, em seu início, faziam parte dos quadros de atrações de outros programas e sempre tiveram papel de destaque dentro das emisoras de rádio. “A música sempre teve papel especial dentro de uma rádio [...] o prefixo musical era marca registrada dos programas [...]” (A VOZ DAS SELVAS, 1999, p. 38-39).

Porém, foi por volta dos anos 1960 que começaram a sair de cena os programas de auditório e, conseqüentemente, a música passou a ganhar mais notoriedade, logo, espaço garantido nas programações diárias da RDA.

Foram entre os anos 1950 e 1960, de acordo com a Revista *A Voz das Selvas*, que produziram programas direcionados aos municípios do território acreano, e dentro desses programas, as músicas já faziam parte essencial dos seus sucessos. Como os quadros *Momento musical* e *Esta música é nossa*, do programa *Rádio atrações Difusora*, que era apresentado pelo locutor Índio do Brasil. Estamos no âmbito da cultura de massa, que, para Ecléa Bosi (2000), não passa, na verdade, de um oceano de imposições ditas pelos meios de comunicação, muitas vezes, identicamente destinadas às mais diferentes regiões e povos.

O sucesso das músicas nos programas foi tão tremendo que ainda na década de 1960 foi criado um programa musical na parte da manhã, na RDA. O radialista Rivaldo Guimarães conta que a rádio estava sem recursos para adquirir os *long-plays*, então ele pegou diversos discos emprestados, discos de cantores da Jovem Guarda e começou a tocá-los, não deu outra, o

sucesso foi instantâneo.

O sucesso foi tanto que o locutor não teve outro jeito que não enviar correspondências às gravadoras [...] para que mandassem os últimos lançamentos. Segundo ele, os pedidos musicais tiveram início nesse período e apesar das filas que muitas vezes se formavam na porta da emissora, a maioria dos ouvintes preferia requerer a execução de suas músicas prediletas através de cartas (A VOZ DAS SELVAS, 1999, p. 13).

Nos idos dos anos 1960, a rádio marca o surgimento da Jovem Guarda, que “mexia” com seus ouvintes, era uma verdadeira “febre” que trazia muita audiência, “as pessoas estavam muito envolvidas com o surgimento da Jovem Guarda, essa questão dos Beatles, do Elvis Presley, a música é, eu acho que envolveu muito as pessoas aqui” (Entrevista com NILDA DANTAS, Rio Branco, 2012).

Já no ano de 1974, era possível ouvir uma “selecionada programação musical composta por discos de Chico Buarque, Milton Nascimento, Gil, Luiz Gonzaga e Gonzaguinha” (A VOZ DAS SELVAS, 1999, p. 7). Além do próprio programa *Correspondente Difusora* que, em seus intervalos, irradiavam diariamente, centenas de melodias.

Conforme *A Voz das Selvas* (1999), na década de 1980, surgiu outro programa musical de estrondosa audiência e que fez muito sucesso, era o *Carrossel Musical*, apresentado pelo radialista e locutor Reginaldo Cordeiro, conhecido por seus ouvintes como o “Rei do Brega”, como discorre Pinheiro (1999):

[...] Apresentado pelo locutor Reginaldo Cordeiro, [nos anos 80], conhecido pelos ouvintes, não despropositadamente, como ‘Rei do Brega’ [...] Todos os aspectos do programa são comandados pelo apresentador/locutor, desde a captação dos anúncios até a seleção das músicas que serão tocadas (PINHEIRO, 1999, p. 115-116).

O sucesso do locutor era tão grande que “ele recebia cerca de 500 cartas por programa” (A VOZ DAS SELVAS, 1999, p. 8). Assim, as músicas também tocaram “os corações” de seus ouvintes, “mexeram” com seus sen-

timentos, tendo uma fenomenal importância para a popularização da rádio e uma audiência espantosa entre seus ouvintes.

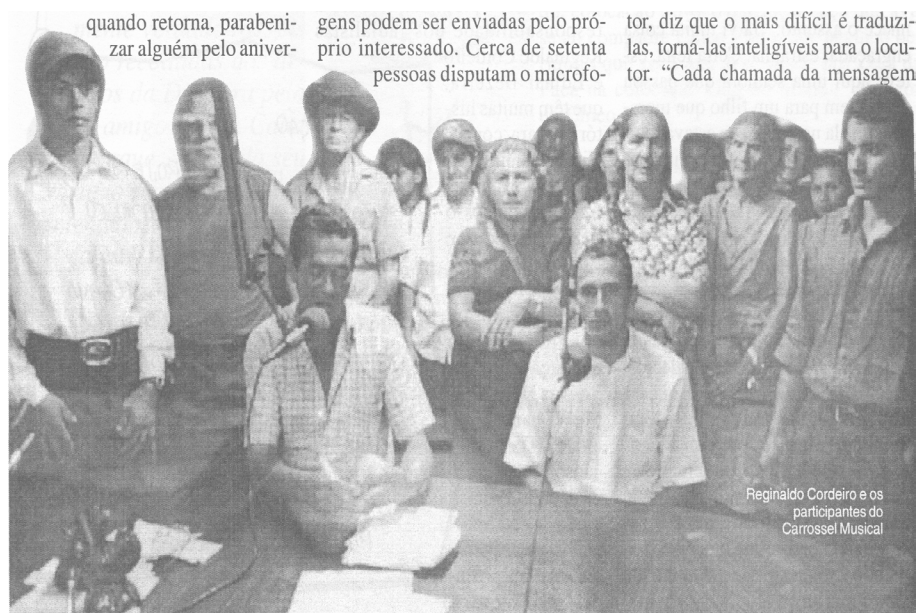


Figura 6: Programa Carrossel Musical. Fonte: Revista A Voz das Selvas (1999).

Na figura 6, observamos o programa *Carrossel Musical*, apresentado pelo radialista Reginaldo Cordeiro, contando com a participação dos ouvintes da rádio, o “povão” acreano, que interagia no programa, onde ele mesmo podia falar ao microfone e dedicar uma música para algum parente, namorada, parabenizar alguém ou homenagear e dedicar uma música no dia das mães.

Outro programa que não poderíamos deixar passar em branco e merece destaque, pois fazia um imenso sucesso, era o programa das novelas radiofônicas ou radionovelas, as quais “mexiam” com o imaginário dos seus ouvintes, eram uma verdadeira “febre” de audiência no Brasil e no Acre.

Segundo Chaves (1997), a radionovela surge no Brasil nos anos dourados do rádio, influenciada pelas produções cubanas. As radionovelas brasileiras eram adaptações de grande radionovelas cubanas, como a novela *Em Busca da Felicidade*, de Leandro Blanco. Porém, com o passar dos anos, começavam a se produzir as primeiras radionovelas brasileiras, como a *pre-*

destinada, de Oduvaldo Vianna.

Ainda segundo a autora (1997), as radionovelas eram baseadas nos melodramas, traziam histórias que se aproximavam dos casos reais da vida, do nosso cotidiano. Logo, a radionovela ganhava em si, um poder de “mexer” com o imaginário de seus ouvintes, com seus sentimentos, já que esta não trazia uma imagem acabada como as telenovelas, proporcionando, assim, uma viagem no imaginário daqueles que as acompanhavam.

Para Chaves (1997), a radionovela criou um gênero próprio, apesar de caminhar por diversos gêneros, como o literário, o narrativo e outros. Entretanto, a radionovela não se fixava em nenhum deles, como ela nos esclarece:

[...] A radionovela pode ser entendida como um gênero autônomo, cujas características prendem-se não somente ao texto literário, mas também ao musical [...] a radionovela pode ser entendida como um gênero *sui generis*, capaz de extrapolar o próprio texto, a música e a arte dramática. Ela não se encerra apenas na escrita, mas se concretiza dinamicamente na irradiação (CHAVES, 1997, p. 47).

No Acre, as grandes radionovelas produzidas nos rádios de São Paulo e Rio de Janeiro eram retransmitidas para a população, porque, na região, não havia, inicialmente, escritores de radionovelas, nem atores e nem condições técnicas. Podemos refletir que os dramas paulistas e cariocas pudessem, de algum modo, interessar à população acreana.

Na Rádio Difusora Acreana, as novelas eram transmitidas em vários horários durante sua programação diária. As novelas que fizeram mais sucessos aqui foram *O egípcio* e *O direito de nascer*, novelas estas veiculadas nacionalmente, e vinham para cá já gravadas e faziam com que a cidade “parasse” nos seus horários de transmissão.

Podemos saber um pouco mais sobre estas novelas na fala do radiologista Zezinho Melo:

Duas novelas que foram implantadas aqui no rádio no final da década de 60 e década de 70 foi o *Evair* que veio de Mato Grosso e implantou aqui na Rádio Difusora Acreana as novelas: *O egípcio* e *O direito de nascer*. Estas novelas vinham já gravadas e repercutiram muito bem, diga-se

de passagem, aqui na capital como também em todo o Estado do Acre, porque eram novelas que trouxeram uma mensagem muito boa para a população (Entrevista com ZEZINHO MELO, Rio Branco, 2006).

Ou também no relato de Nilda Dantas sobre as radionovelas:

Inclusive o que causava mais sensação, o que causou mais euforia no final da década de 60 que eu vivi na rádio e na década de 70 foi a inclusão de muitas novelas radiofônicas aqui em nossa cidade. E as novelas que causaram mais sensação na nossa população e que até hoje as pessoas se lembram é *O egípcio*. Ela contava a vida dos faraós do Egito. Depois veio a novela *O direito de nascer*, que virou uma febre na população acreana (Entrevista com NILDA DANTAS, Rio Branco, 2006).

As novelas radiofônicas não eram somente importadas das outras rádios do Brasil, pelo enorme sucesso que essas radionovelas causavam aqui, toda a euforia que traziam à população acreana, a Rádio Difusora Acreana resolveu também investir na gravação dessas radionovelas.

A Difusora então decidiu contratar alguns especialistas no assunto, como Ronir Servilha, vindo de Londrina, e o Evanir, vindo de Mato Grosso, como nos conta o radialista Zezinho Melo:

Houve novelas que foram gravadas aqui na Rádio Difusora Acreana, também com a orientação do Evanir, onde participaram vários colegas da Rádio como Nilda Dantas e outros, inclusive eu. E foi uma repercussão muito boa, porque trouxemos aqui sobre o direito, como vivia a sociedade naquela época. Então, a Rádio Difusora Acreana trouxe para a população de Rio Branco uma repercussão muito grande, por ser a primeira a gravar uma radionovela aqui, onde foram reprisados por várias vezes alguns capítulos (entrevista com ZEZINHO MELO, Rio Branco, 2006).

Ou também, como observamos na fala da Nilda Dantas:

Teve uma época que nós tivemos, não sei como surgiu, uma gravadora de vinil, e essa gravadora veio parar aqui na rádio e foram produzidas algumas novelas e inclusive eu

particípei como atriz, eu sempre morria ou era sempre a pessoa má da novela. Eu, o Zezinho Melo e alguns colegas que no momento não lembro participamos dessas novelas radiofônicas gravadas aqui no estúdio da rádio Difusora Acreana (Entrevista com NILDA DANTAS, Rio Branco, 2006).

Outro ponto importante, que merece destaque, era a incorporação daquilo que era passado pelo rádio, em geral, pelos seus programas, como as novelas radiofônicas e outros. E isto era observado no modo de se falar das pessoas, através da imitação dos personagens das radionovelas. Enfim, criavam-se “modismos” pela influência dos programas da rádio, formatavam-se condutas, como afirma Mautner: “o rádio continuava descrevendo as emoções não expressas do cotidiano e, muitas vezes, também hábitos e costumes que não conhecíamos” (MAUTNER, 2006, p. 12), e estas eram, muitas vezes, incorporadas pela sociedade.

As radionovelas também traziam a socialização das pessoas, em suas conversas nas “rodinhas” de bate-papo, que não falavam de outra coisa, se não das novelas radiofônicas, pela grande repercussão que elas causavam no “imaginário” da população, enfim, pelo tremendo sucesso que elas faziam entre seus ouvintes, a euforia que causavam nas pessoas. Como nos conta novamente Nilda Dantas:

O rádio explorava muito essa questão das radionovelas e isso aí era algo assim que se tornava tema do dia nas conversas das pessoas daqui da cidade, eu sempre morei na capital, então, as pessoas questionavam, elas vinham até a rádio, até nós funcionários. Queriam, por exemplo, que nós soubéssemos o que vinha no próximo capítulo, mas nós não tínhamos acesso a isso, era como se fosse segredo de Estado, e isso para não se tornar sem graça, para sempre causar a emoção e esta sensação que as radionovelas causavam na população acreana (Entrevista com NILDA DANTAS, Rio Branco, 2006).

Calabre (2004) reafirma esse “poder” das radionovelas no imaginário das pessoas e a sociabilização que elas causavam através dos “debates” a seu respeito:

[...] A temática deveria ser abordada de forma a sensibilizar o ouvinte, gerando o consumo do universo imaginário. Como hoje com as telenovelas, as radionovelas entravam no cotidiano das pessoas despertando sentimentos diversos, provocando debates e até manifestações extremadas da parte dos ouvintes [...] o público comentava os fatos ocorridos, concordava ou censurava as atitudes tomadas pelos personagens, criando com estes laços de admiração ou de aversão [...] (CALABRE, 2004, p. 37).

Portanto, a Rádio Difusora Acreana com seus programas, aqui em destaque o *Correspondente Difusora*, as músicas e as novelas radiofônicas, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, esta última, causava euforia, carinho, entretenimento, enfim, causava uma aproximação das pessoas, a socialização.

A RDA foi, por muito tempo, o único meio de comunicação de massa do Acre, uma mídia encarregada de transmitir os discursos, o divertimento, o entretenimento. Já que muitas pessoas, ouvintes dos seringais, ramais, colocações, colônias etc. tinham no rádio o principal veículo de comunicação: “o rádio, essa vedete caseira, passa a ser o mais cobiçado meio de comunicação, pois se demonstrava acessível a todos” (COSTA JÚNIOR, 2010, p. 43).



Figura 7: Rádio Difusora Acreana em 19 de outubro de 2012. Fonte: Acervo pessoal do autor.

Essa é a Rádio Difusora Acreana, que manteve a arquitetura e ocupa o mesmo lugar dos anos 1970. O destaque é que há um letrreiro indicando as frequências em que a rádio opera, em vermelho, o seu nome com letras maiores e em vermelho, e o “apelido” que a rádio adquiriu durante os anos de sua história, em verde, adquirido por esse meio de comunicação atingir os seringais, colocações mais distantes da Amazônia acreana.

É importante, em nossa pesquisa, evidenciarmos a participação das mulheres na história da RDA, as quais sempre fizeram parte dessa trajetória, sendo atrizes sociais ativas e cruciais, inseridas na rádio, por isso trouxemos para este trabalho a questão de gênero. E como exemplo de destaque, representando todas as outras mulheres que fizeram parte da história da RDA, trazemos uma breve trajetória da radialista Nilda Dantas Pires.

E antes de enveredarmos mais nesse assunto, é importante definirmos a questão do gênero, ou melhor, o seu significado, para compreendermos mais sobre a história das mulheres na rádio, sobre o gênero feminino.

A definição mais corrente de gênero é a que o considera uma categoria relacional, ou seja, gênero é entendido como estudo das relações sociais entre homens e mulheres, e como essas relações são organizadas em diferentes sociedades, épocas e culturas (SILVA e SILVA, 2005, p. 166).

1.2 O feminino na RDA e os “embalos” culturais entre os anos 1971 e 1981

Torna-se oportuno, aqui, ressaltarmos que, desde a fundação da RDA, as mulheres já ocupavam seu espaço nesse meio de comunicação. No ano de 1948, quatro anos após sua inauguração, encontrava-se, segundo a Revista *A Voz das Selvas* (1999), a primeira mulher locutora na RDA, a qual se chamava Maria Júlia Soares, que apresentava um programa na parte da noite na rádio.

Conforme *A Voz das Selvas* (1999), em 1951, com a vinda da estrela de rádio Dirce Batista, que era uma cantora popular de rádio do Rio de Janeiro, fez por influenciar a busca de um espaço no rádio acreana, o que anos depois fez aparecer outra mulher nesse espaço, a radialista Vilma Nolasco Dias, que inicialmente fazia comerciais. Já na década de 1960, ela começa a fazer, além dos comerciais, programas na RDA e a “mexer” com o imaginário masculino, já que “sua voz era tão bonita que alguns ouvintes se apaixonaram por ela” (*A VOZ DAS SELVAS*, 1999, p. 18).

Ainda nos anos 1960, *A Voz das Selvas* (1999) destaca outra mulher que ganhava destaque na rádio apresentando o primeiro programa direcionado às mulheres, “A Mulher e o Mundo”: a radialista Ríta Batista. Ríta foi uma das precursoras do movimento feminista a transmitir o direito da mulher e a ganhar mais notoriedade no espaço, antes só para homens. Ela, então, passou a fazer diversos programas na rádio, programas de mensagens, de músicas, programas para os jovens, dentre tantos outros.

É importante salientarmos que tantas outras mulheres desbravadoras de um caminho não tão fácil pelas dificuldades discriminatórias ao gênero feminino, mulheres que abriram caminhos para tantas outras na rádio, desde recepcionistas, datilógrafas, auxiliares administrativas, telefonistas, sonoplastas, discotecárias. Enfim, todas aquelas que ajudaram a romper barreiras, a buscar seus “lugares ao sol” e fizeram (e ainda fazem) da RDA um espaço de igualdade e de um convívio harmonioso entre homens e mulheres, conforme afirma Maria do Livramento¹² em seus escritos: muitas mudanças podem ser “percebidas em relação às mulheres. Em apenas trinta anos (A partir da década de 1970), concretizaram-se conquistas que não foram obtidas durante séculos. A luta pela igualdade no trabalho já está estabelecida [...]” (FARIAS, 2010, p. 25, grifo nosso).

Porém, tomaremos aqui como “referência”, ou melhor, como representante e exemplo de tantas mulheres destemidas e de igual valor, a radialista Nilda Dantas Pires, popularmente conhecida como Nilda Dantas, que, no ano de 1971, emerge dentro desse cenário, a Rádio Difusora Acreana.

12 - Sugerimos a leitura da dissertação da Maria do Livramento Cerqueira Farias, intitulada *Um lugar ao sol: memórias de uma Radialista acreana*, a qual faz um estudo mais amplo sobre a radialista Nilda Dantas Pires; explana com mais propriedade a questão de Gênero e a participação e a inclusão dessa importante personagem na história da RDA e do Acre.



Figura 8: Radialistas Zezinho Melo e Nilda Dantas, década de 1970. Fonte: Museu da RDA.

Na figura 8, observamos a fotografia de Nilda Dantas e Zezinho Melo fazendo uma transmissão ao vivo de algum acontecimento acreano, já que observamos que eles estão fora do estúdio de rádio, isso pela extensão do fio de microfone, a cadeira de madeira dividida pelos dois radialistas, a parede atrás que não possui aquela “forragem” para conter a acústica necessária e pelo rádio a pilha na mão de Zezinho Melo.

Nilda Dantas nasceu em Rio Branco, no dia 20 de maio de 1950. Filha de carpinteiro, o senhor Emídio de Brito Pires e da senhora Raimunda Dantas Pires, que desempenhou tantas funções em sua vida, desde mulher do lar, costureira e auxiliar de enfermagem, ambos oriundos do campo, que vieram para a cidade em busca de uma vida melhor. Nilda Dantas nasceu à beira do rio Acre, já que, como ela define, a escolha dos seus pais vindos da

zona rural para a cidade de Rio Branco foi a de se instalarem às margens do rio Acre, pois assim a adaptação ao novo lugar seria mais rápida, morando próximo às águas do rio.

Ela teve uma infância em volta do Palácio do Governo e da Polícia Militar, por conta de ter um tio policial e dos serviços prestados de costureira pela sua mãe ao Palácio do Governo. Com isso, Nilda foi levada, desde cedo, a desempenhar afazeres domésticos para ajudar sua mãe: cuidava dos irmãos mais novos, fazia as compras no mercado, como nos afirma ela mesma:

Eu nasci aqui na beira do rio, tive uma infância normal, o pai carpinteiro, a mãe era do lar, depois ela passou a trabalhar, quando eu era mais mocinha, na maternidade. Então eu cuidava dos meus irmãos mais novos. Tive a minha vida muito dentro do Palácio do Governo, dentro da Polícia Militar, porque minha mãe costurava, ajudava a cobrir os sofás do Palácio ou então as cortinas. E o meu tio era da Polícia Militar, eu levava meus irmãos para cortar cabelo, fazia as compras. Então minha infância sempre foi dentro da Polícia e do Palácio, eu vivi esse mundo (Entrevista com NILDA DANTAS, Rio Branco, 2012).

A ligação com o rádio foi imediata e quase instantânea, pois morava bem próximo à RDA e seus pais costumavam levar toda a família aos seus programas de auditório. O rádio nessa época, década de 1960, já causava o fascínio e a euforia em seus ouvintes, principalmente com os programas de auditório. Então, desde pequena, Nilda já frequentava a rádio, o que possibilitou o estreitamento dos laços com a Rádio Difusora Acreana.

Eu tenho uma ligação muito forte com a Rádio Difusora Acreana, porque quando pequenininha, as famílias não tinham rádio em casa, aparelho de rádio e a distração de quem morava aqui próximo à estação de rádio, que era uma novidade, era vir aos domingos com a família toda aqui pra rádio, pois tinha programa ao vivo instrumental. Muito novinha, bebezinha, minha mãe já me trazia aqui pra rádio (Entrevista com NILDA DANTAS, Rio Branco, 2012).



Figura 9: Programa de Auditório na RDA nas décadas de 1960 e 1970. Fonte: Museu da RDA.

Observamos na fotografia anterior à apresentação de um programa de auditório, das décadas de 1960 e 1970. Além da tradição nordestina fortemente enraizada no Acre, já que o apresentador se caracteriza com alguns elementos da cultura nordestina, como o chapéu.

Antes de trabalhar como radialista na RDA, Nilda trabalhou na rádio Novo Andirá, rádio particular, como locutora, a convite do então deputado federal Wanderley Dantas, no ano de 1967, começando a atuar nos programas musicais. Porém, qualquer semelhança no nome de Nilda com o do ex-governador Wanderley Dantas é mera casualidade, como Nilda afirma: “Tem muita gente que pensava que eu tive privilégio de trabalhar na rádio por ser parente do Wanderley Dantas, nem primo em terceiro grau éramos” (Entrevista com NILDA DANTAS, Rio Branco, 2012).

Quando entrou na rádio, nos programas musicais, Nilda nos conta que sempre trouxe um perfil autoconsciente, a fim de beneficiar a população com algo que possibilitasse o aprendizado, a reflexão. Ela estava eufórica em realizar um dos seus grandes sonhos, mesmo com tantas dificuldades enfrentadas em seu percurso:

Eu estava numa fase de euforia, fazendo algo que pra mim era fantástico, misterioso, este mundo da comunicação. Então eu vivia meu mundo de músicas, de artistas, de descobertas de músicas, de compositores. Então eu tive esse merecimento de ir na madrugada, porque nenhum dos outros locutores da programação diária da emissora, nenhum me deu oportunidade de fazer estágio dentro dos programas deles, porque eles eram considerados os bambambãs, os bons né?! Eu fui cercada de muito preconceito por ser mulher. Como comunicadora, eu não participava das conversas masculinas. Era como se fosse o 'clube do bolinha' (Entrevista com NILDA DANTAS, Rio Branco, 2012).

Tal depoimento nos remonta a elucidar certas definições e traçar uma breve história da inserção da mulher no campo do trabalho, já que observamos o preconceito sofrido pela locutora em sua trajetória profissional.

Segundo o dicionário Aurélio, preconceito é uma “idéia preconcebida, suspeita, intolerância, aversão a outros povos, credos, religiões etc.” (FERREIRA, 2001, p. 588).

Já Teles e Melo (2003) definem preconceito como sendo o ato de distinguir ou “restringir que tem como efeito a anulação ou limitação do reconhecimento de direitos fundamentais no campo político, econômico, social, ou em qualquer outro domínio da vida” (TELES e MELO, 2003, p. 28).

Esse preconceito ou desigualdade aqui, na relação homem e mulher, é pautado na questão de gênero. Segundo Silva (2010), desde a Grécia antiga, a mulher era vista como inferior, atribuindo-se a ela o papel de cuidar da casa e dos filhos e, claro, o papel de reprodutora. Lúcia Osana nos elucidava claramente tal relação, que é baseada na questão biológica e é usada para pautar a superioridade masculina e atribuir à mulher o seu “lugar”,

[...] Argumentos que tratam a *biologia* como fundamental tem sido utilizada [...] por homens, que, baseados na máxima 'a mulher não é nada além do útero', desejam manter as mulheres em seus 'lugares'. Trata-se de tomar o corpo da mulher como o seu destino e, portanto, de aceitar os papéis a ela atribuídos como sendo de ordem da natureza (BONNUCI e ZOLIN, 2009, p. 227).

Em nosso país, essa representação da mulher não foi diferente, desde os primeiros séculos do Brasil colonial e depois Brasil independente, que as mulheres eram vistas apenas como objetos, reprodutoras, cabendo a elas cuidar da casa e dos filhos.

Segundo Bríto e Oliveira (1998), quando ocorre a fase de industrialização no mundo e depois no Brasil, já que foi mais tardia aqui, as mulheres passam a desempenhar trabalhos assalariados, porém isso deveu-se a ser uma mão de obra bem mais barata do que a mão de obra masculina, já que, para elas, reservaram os menores salários.

Contudo, o “verdadeiro” motivo dessa divisão do trabalho desigual entre homens e mulheres no âmbito profissional é esclarecido, conforme elucida Bríto e Oliveira:

A divisão sexual do trabalho não cria a subordinação e a desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, mas recria uma subordinação que existe também nas outras esferas do social. Portanto a divisão sexual do trabalho está inserida na divisão sexual da sociedade com uma evidente circulação entre trabalho de produção e reprodução. E a explicação do biológico legítima esta articulação. O mundo da casa, o mundo privado é seu lugar por excelência na sociedade e a entrada na esfera pública, seja através do trabalho ou de outro tipo de prática social e política, será marcada por este conjunto de representações do feminino (BRITO e OLIVEIRA, 1997, p. 252).

Entretanto, foi no século XX que as mulheres começaram a lutar organizadamente por seus direitos. A luta contra a opressão, desigualdade, enfim, pela aquisição de seus direitos, como afirma Lúcia Cortes da Costa em seu artigo:

A luta feminina é uma busca de construir novos valores sociais, nova moral e nova cultura. É uma luta pela democracia, que deve nascer da igualdade entre homens e mulheres e evoluir para a igualdade entre todos os homens, suprimindo as desigualdades de classe (COSTA, 2000, p. 3).

Nilda Dantas está inserida nessa luta feminina, mesmo não sendo militante, mas, ao buscar a realização de seus sonhos, buscar o seu espaço, fez por contribuir nessa luta. Nilda, em entrevista concedida, continua a falar das dificuldades passadas e como não se deixou abater, estando na ativa por tantos anos.

Eu fui muito cercada de muito preconceito por ser mulher. Então isso aí não me incomodou tanto, pois já tô com tantos anos na rádio. Mas tive muita pressão por telefone com palavrões, dizendo que eu tinha feito isso ou aquilo pra poder ficar no rádio, igual o pessoal diz aí das atrizes da Globo, entendeu? Eu fui muito agredida pelo telefone, as pessoas diziam muita besteira e também a pressão dos colegas. Aí fui ganhando a simpatia das pessoas e principalmente pelos Campos Pereira que eu acho que acreditou no meu talento. Eu não briguei com homem, eu não queria o espaço deles, eu sempre tive essa preocupação de me qualificar, buscar meu espaço e oferecer qualidade (Entrevista com NILDA DANTAS, Rio Branco, 2012).



Figura 10: Radialista Nilda Dantas Pires em 23 de outubro de 2012. Fonte: Acervo pessoal do autor.

Fotografia da radialista Nilda Dantas Pires tirada pelo autor no dia 23 de outubro de 2012, nas dependências da RDA. Nesse momento Nilda me concedia uma entrevista sobre sua vida, as barreiras enfrentadas, por ser mulher, no início de sua carreira e como foram superadas, fazendo a radialista um ícone na RDA.

Assim, mesmo cercada desse preconceito por ser mulher, foi além, foi destemida, mulher de fibra e coragem que buscou o seu lugar ao sol, e não somente o seu, mas também desbravou fronteiras, abriu caminhos e possibilidades para outras mulheres que hoje estão inseridas no mercado de trabalho, nas mídias. Recebendo o carinho e reconhecimento do seu público, através de cartas, músicas, mensagens oferecidas, enfim, inserindo as mulheres nos meios de comunicação, nas mídias do Acre.

Não leia no ar.
 Minha admirável locutora Nilda,
 Vou te falar com carinho que escrevo para
 você, apesar de ser ouvinte do seu pro-
 grama a muito tempo é a primeira
 vez que tomo a iniciativa de escrever
 para você. Quero parabenizá-la por ser
 uma excelente locutora, na minha cara.
 Todos são seus fãs. Nós moramos em São Paulo
 Santa Quitéria a uns 90 km longe de Brasília
 mais a dificuldade na qual enfrentamos não
 nos impede de termos talentos e quem sabe
 leia. Los adelante. Tem 2 filhos Daniel e Daniel
 que tocam violão e fazem músicas, mais por
 ser pobre eles não tem condições nem de ir aí
 em Rio Branco para saber como faz, quanto
 custa e o que eles precisam para gravar um
 C.D. Eles tem de idade Daniel 22 e Danilo 21.
 Tenho também uma filha de 14 anos ela é ex-
 celente em fazer história, tem umas 6 feita por
 ela mesma, inclusive são histórias exemplares,
 fazem faz para deixar uns talentos como
 esses morar aqui mesmo dentro da floresta
 por isso faz tempo que se vêinha pensando
 no que devia fazer, e pensei em você que
 tem saída para muitos problemas, e quem
 sabe poderá por uma luz no caminho dos
 meus filhos, mostrando para eles qual o primeiro
 passo que devem dar. Como nem sempre pode.

A minha amiga que sempre me dá
 conselhos também por aquilo que pode ser
 de sucesso. Ela que eu acredito e me pe-
 do, ela sei que vai fazer, mais eu sei que ela
 não tanto quanto eu. Os sonhos de todos,
 tudo mesmo, mais eu muito feliz e feliz
 emprego que conseguimos, ela prestado em de
 vendida de roupas e eu não quero mais por
 ninguém, mais não por nos dois.
 por isso que lhe peço ajuda, se a
 sentirei com certeza após quanto para nos
 nos ajudando de tudo de tudo. Eu sei
 receber e isso me faz não sei se eu
 times não se em coisas e tal. Talvez
 de contato e de muito carinho, e isso ali
 me manda de tudo no livro de um de
 seja não tem, e isso me dá honra
 que eu agradeço para me e de fazer se
 to coherencia do mundo.
 Se eu sei, agradeço a colaboração e
 a presença de todos que me ajudam
 a fazer isso. Deus abençoe a todos e
 seus passos.拜拜 e abraços de carinho.
 Mary e Jackson
 De São Paulo e Brasília
 bairro Bahia
 Telefone de contato 3113161

Figura 11: Cartinhas destinadas à radialista Nilda Dantas pelos seus ouvintes. Fonte: Acervo pessoal de Nilda Dantas.

Estas cartas fazem parte do acervo pessoal da radialista Nilda Dantas. Tais cartas mostram o sucesso da radialista junto aos seus ouvintes de todo território acreano.

Para darmos continuidade ao nosso tema de pesquisa, onde propomos trazer a inserção e o estabelecimento dos meios de comunicação no Acre e a análise dos discursos proferidos entre os anos 1971 e 1981 através desses meios, mídias, devemos fazer uma breve contextualização da cidade de Rio Branco no período em questão.

Em Rio Branco, a vida sociocultural era um pouco diversificada e “embalada”. Ao contrário do que muitos possam pensar, havia, na década de 1970, além do concurso de *Miss Acre*, outras formas de entretenimentos destinados à população, como relata a radialista Nilda Dantas Pires:

Na década de 60 e 70 era muito comum as pessoas virem para o futebol, foi o período que começaram a chegar os circos pra cidade [...] Era muito comum a chegada do ‘Faquires’, artistas de ruas; aqui para o Acre quando tinha uma quadra de esportes em frente à esplanada do Palácio, que ficavam deitados em cima de vidro, ou então ficavam enterrados debaixo da terra tantos dias, ou aqueles ciclistas que ficavam dias e dias sem sair de cima das bicicletas pilotando naquela quadra. Era comum a banda de música ficar tocando na praça aqui em frente do Palácio e as famílias depois da missa descer e subir a ladeira ali de frente à Casa Natal, onde tinha muitos pés de Benjamins. Quando a banda tocava e as pessoas ficavam passeando até as 9 horas da noite. Era comum sair da missa e ir ao zoológico que era detrás do Palácio do governo, ali por detrás onde tem aquela praça de frente ao Memorial dos Autonomistas hoje em dia (Entrevista com NILDA DANTAS, Rio Branco, 2006).

Outra forma de diversão existente em Rio Branco era o futebol, que indiferentemente do concurso de *Miss Acre*, arrastava multidões ao Estádio e ocupava páginas inteiras de destaque no jornal *O Rio Branco*: “*Leão Azul miou fino para Galo muito Machão*” (Jornal *O RIO BRANCO*, 3 de agosto de 1974, p. 1). Ou ainda: “*Decisão empolga o Estado: Independência a um passo do título-74*” (Jornal *O RIO BRANCO*, 8 de dezembro de 1974, p. 1).

Logo, o futebol era uma das grandes atrações culturais, que mexiam com as pessoas e, como já dito, arrastava e emocionava inúmeros torcedores.

Na década de 60 quando comecei a ir pro estádio, eu gostava muito de futebol, porque eu assisti um jogo do Rio Branco e vi um jogador com tanta paixão pelo time, chorando porque o time havia perdido, no caso o Rio Branco, a partir daquele dia eu passei a torcer pelo Rio Branco. Havia também alguns outros times que vinham de fora, que eram as grandes sensações. Agora a época que mais frequentei o campo de futebol foi na década de 70. Nós tínhamos excelentes jogadores [...] Tinha um jogador oriundo de Manaus chamado Socó¹³ e ele era de uma eletricidade no campo que me chamava muito atenção a habilidade daquele jogador (Entrevista com NILDA DANTAS, Rio Branco, 2006).

Claro que não podemos deixar de destacar os cinemas que aqui existiam: o Cine Rio Branco; o Cine Acre e o Cine Teatro Recreio. O cinema trazia um imaginário novo à população acreana. Para Costa Júnior (2010), o cinema trazia imagens de uma outra realidade, que, por muitas vezes, eram incorporadas pelas pessoas que assistiam aos filmes, como, por exemplo, os filmes de *kung fu*, *western* etc., que faziam parte das brincadeiras das crianças, além de outros modelos de vida que o cinema trazia aos acreanos, muitas vezes, no modo de se vestir, de se falar etc.

A vida cultural do povo de Rio Branco era evidenciada também com os festivais de músicas, os *shows* de calouros, as radionovelas da RDA e a irradiação de músicas, muitas vezes dedicadas a alguém, através de seus programas, o cinema, peças teatrais etc. conforme afirma Costa Júnior (2010):

A década de 1970, em Rio Branco-Acre é um período bastante rico no tocante a movimentos culturais, pois nesta mesma época o movimento cultural na cidade ganhava novos tons, sons e cores [...] [foi] marcada pela 'explosão' dos movimentos culturais, como teatro, [artes plásticas], música, literatura e cinema (COSTA JÚNIOR, 2010, p. 26).

Havia também a *Expo-feira Agropecuária* anualmente, conhecida hoje como *Expo-Acre*, com diversas atrações: amostra de animais, *shows* musicais e outros, não diferentemente das feiras agropecuárias de hoje em dia. Também se destacavam as “fofocas” das colunas sociais do jornal *O Rio Branco*, os *shows* nacionais que vinham se apresentar aqui, como as atra-

13 - Socó era oriundo do Estado do Amapá, segundo o professor Francisco de Moura Pinheiro.

ções: Luiz Gonzaga, o rei do Baião, que se apresentou no estádio da capital acreana, Raul Gil com seu show de calouros, e “*Miguelito e suas pastoras [...] A expressão máxima da música brasileira e astro do rádio e da televisão*”.

A cidade também vivia um estado de ansiedade e euforia, com as promessas dos governantes, através de seus discursos políticos carregados de interesses, desejos e poder nos meios de comunicação do Estado, e algumas de suas realizações, que prometiam trazer o “progresso”. Como era noticiado no jornal *O Rio Branco*: “*Jorge Kalume realizou sonho de quase meio século*”, e continua:

Inauguração da Ponte, participação da cidade e do interior; de autoridades como o ministro Costa Cavalcanti representando o presidente Médici; clérigos como Dom Giocondo Maria Grotti, que benzeu as instalações da ponte; e jornalistas. Às 17 horas o governador acionou a chave do sistema de eletrificação da ponte, seguindo-se espetáculos e fogos de artifícios (Jornal *O RIO BRANCO*, 6 de fevereiro de 1971, p. 1).

Três anos depois, ficaria pronta a nova ponte, conhecida como a “ponte de concreto”, além da chegada da televisão no Acre, como se via nos noticiários jornalísticos: “*TV Acre presença efetiva*”. Em outra manchete o jornal *O Rio Branco* volta a destacar a novidade que prometia mudar o ritmo da cidade:

Televisão parou ontem a cidade: Bem iluminada e totalmente asfaltada a rua Cel. Silvestre Gomes Coelho é agora importante o prédio 200, onde está a situação e o equipamento transmissor [...] É grande o trânsito de veículos e curiosos para ver de perto a pioneira Tv Acre – canal 4 [...] A cidade já sentiu a mudança operada com a presença da Tv, como viu-se ontem à noite, durante a checagem dos testes de imagem: cessou totalmente o movimento nas ruas, com todos em suas casas ou nas dos vizinhos, vendo filmes e novelas. Os cinemas ficaram vazios e os próprios comícios eleitorais sentiram a ausência do público. Hoje, a grande vítima será o futebol. Lojas como a Roraima esgotaram os aparelhos de Tv (Philco 22 polegadas, CR\$ 2.200,00 em média) [...] (Jornal *O RIO BRANCO*, 16 de outubro de 1974, p. 1).

Enfim, a cidade vivia uma grande movimentação sociocultural, com vários entretenimentos, diversões, promessas de “progresso” e “desenvolvimento” enraizadas nos discursos oficiais dos “chefes” políticos e a euforia do porvir.

O município de Rio Branco, capital do Acre, era um dos sete municípios existentes no Acre na década de 1970, conforme observamos no mapa político do Estado.

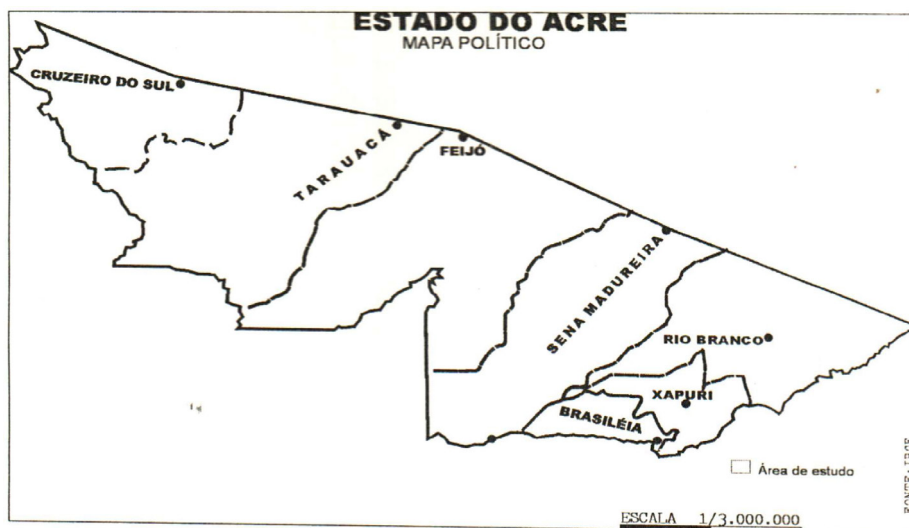


Figura 12: Mapa do Estado do Acre. Divisão político-administrativa em 1970. Fonte: IBGE.

A capital acreana, na década de 1970, possuía, aproximadamente, 84 mil habitantes, de acordo com os dados censitários do IBGE. Entretanto, o seu maior contingente populacional era composto pelos habitantes da zona rural, que representavam um número aproximado de 48 mil e quinhentos habitantes, enquanto os habitantes da zona urbana representavam, aproximadamente, 36 mil habitantes (ANUÁRIO, Rio Branco, julho de 1971).

Essa disparidade é notada mais nitidamente na população total do Estado, o qual contava com 214.038 habitantes, sendo a maior parte desses habitantes da zona rural, com um total de 154.768, contra apenas 59.270 habitantes da zona urbana (ANUÁRIO, Rio Branco, julho de 1971), mostrando, assim, a importância da rádio. Esse meio de comunicação de massa era capaz de atingir os lugares mais distantes e servir como veículo de comunicação para essas pessoas “distantes” dos centros urbanos, e na irradia-

ção de discursos populares e discursos oficiais.

É somente na década de 1980, como aponta o recenseamento do ano em questão, que teremos, na zona urbana de Rio Branco, um maior contingente populacional em relação à zona rural, já que no meio urbano tinha 87.646 habitantes, enquanto no meio rural apenas 29.467 habitantes (ANUÁRIO, Rio Branco, 1980, p. 55-57), o que não diminuiu a crucial importância da RDA na vida dos acreanos e de seus governantes.

De acordo com Costa Júnior (2010), a cidade de Rio Branco possuía, além dos três cinemas, já citados anteriormente, duas rádios: a Rádio Difusora Acreana e a rádio Novo Andará. Possuía também os jornais *O Rio Branco*, o *Diário Oficial*, e o boletim *Nós irmãos*, que surgiu na década de 1970, mais precisamente, no ano de 1971.

Entretanto, a vida sociocultural da população acreana não era somente de diversão e euforia. Rio Branco e o restante do Estado viviam períodos movimentados econômica e politicamente, momentos estes de ditadura militar, e a vinda de um novo segmento econômico: a pecuária e, conseqüentemente, a chegada de grandes empresários estrangeiros e do centro-sul do país.

A ditadura militar teve início no ano de 1964: em março, os militares brasileiros, comandados pelos seus generais, assumiram a Presidência da República através do “golpe militar”, obrigando, assim, o até então presidente João Goulart a deixar o cargo da presidência e ser exilado do país¹⁴.

Os militares, agora então no comando do país, passaram a nomear os governadores de todos os Estados do Brasil, e aqui no Acre não foi diferente, o até então governador eleito pelo voto do povo, em 1962, José Augusto de Araújo, foi forçado a deixar seu cargo para ser assumido pelo comandante, Edgard Pedreira de Cerqueira Filho¹⁵. Logo, o Acre passou a ser governado por militares e políticos nomeados pelos generais do Exército Brasileiro, os quais eram partidários da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido político que era de apoio à ditadura militar.

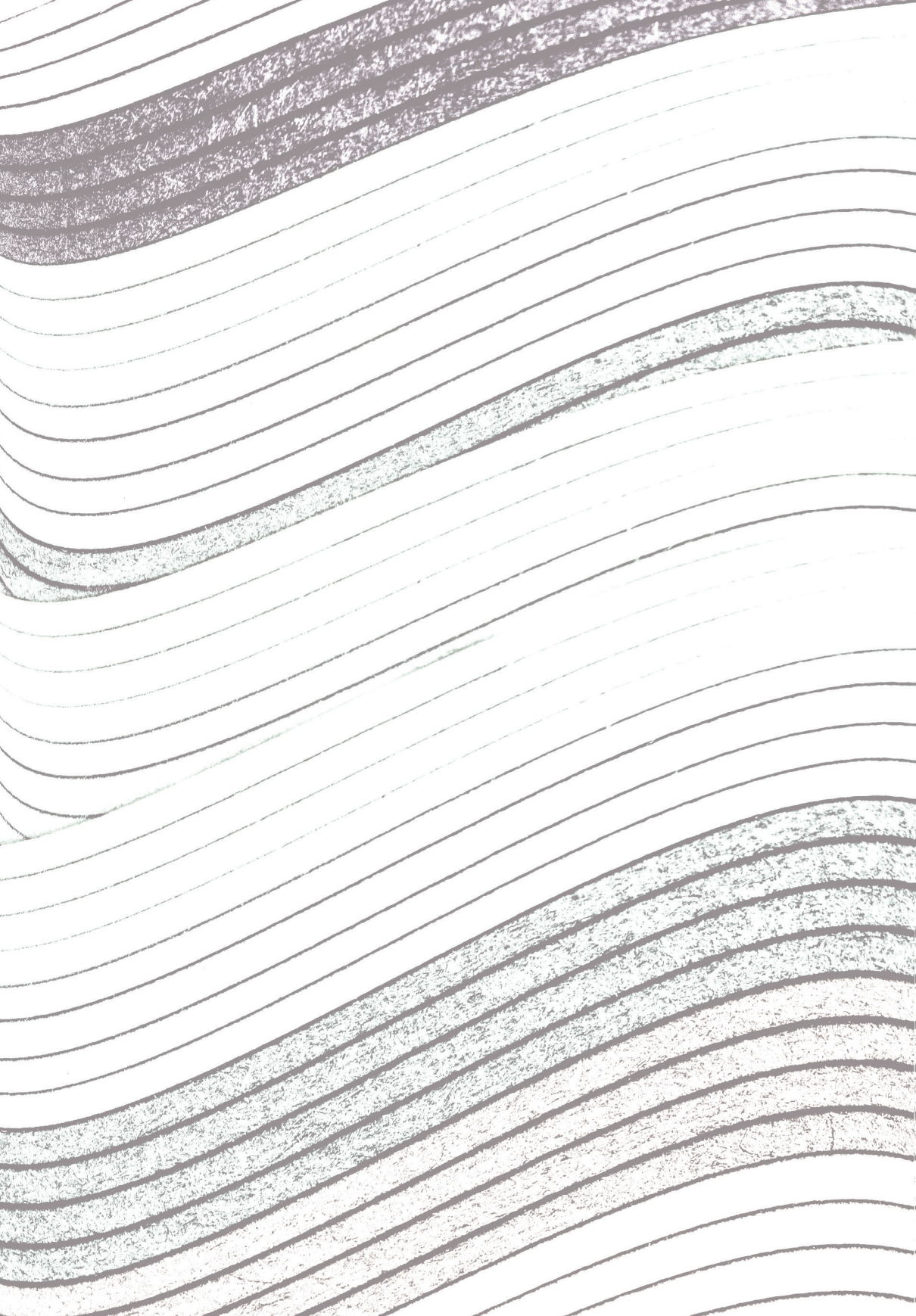
Segundo Souza (1992), com o golpe militar de 1964, começou uma

14 - Para um maior entendimento e aprofundamento sobre a ditadura militar no Brasil, indicamos como leitura a referida obra, *História indiscreta e da abertura: Brasil (1964-1985)* de Ronaldo Costa Couto. Rio de Janeiro: Record, 1999.

15 - Para maior entendimento do referido assunto, indicamos a obra do professor doutor Francisco Bento da Silva, intitulada *As raízes do autoritarismo no executivo acreano - 1921/1964*. Dissertação de Mestrado, Pernambuco: UFPE, 2002.

“nova” política no Brasil, que incentivou grandes empresas brasileiras e estrangeiras para explorar os recursos naturais do Brasil. Foram fundadas várias organizações para o desenvolvimento econômico da Amazônia. O primeiro grande plano de desenvolvimento foi realizado entre os anos 1972 e 1974, com o objetivo de implantar enormes fazendas para criação de gado.

Logo, percebeu-se o uso dos meios de comunicação, as mídias, para proferir discursos carregados de interesses do Estado. Ou seja, houve uma acentuada tomada das enunciações, de discursos pelos “chefes” do Estado, pelos políticos acreanos nos meios de comunicação, tais como jornais impressos, exceto o boletim *Nós irmãos*, que era contra essa tomada de poder, emissoras de rádio – aqui em destaque a Rádio Difusora Acreana.



- CAPÍTULO 2 -

DO DISCURSO IDEOLÓGICO DO ESTADO AO DISCURSO POPULAR ENTRE OS ANOS 1971 E 1981

O discurso não é analisado apenas como um objeto “verbal” autônomo, mas também como uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política.

Teun A. Van Dijk, *Discurso e Poder*, 2012.

2.1 O uso das mídias para o discurso ideológico do Estado no governo Wanderley Dantas

Destacaremos, aqui, como objeto de estudo ou como objeto desta análise os discursos políticos proferidos, nos meios de comunicação, pelo governador Francisco Wanderley Dantas, que governou o Estado do Acre de março de 1971 a março de 1975. Com tais discursos vinham para legitimar o novo projeto político imposto ao Estado: a pecuarização.

Teremos como fio condutor para a análise alguns pilares da Análise do Discurso (AD), como Mikhail Bakhtin, Louis Althusser e Michel Foucault, além de outros teóricos de mesma importância, que permitirão elucidar os discursos que permeavam o cenário da cidade de Rio Branco, enfim, do Acre. Vale destacar o papel dos teóricos aqui referidos. Na palestra sobre Análise do Discurso, ministrada pela professora Maria do Rosário Gregolin, Bakhtin, Althusser e Foucault nos foram apresentados como teóricos relevantes para a Análise do Discurso, não obstante tratarem as relações de poder que envolvem a sociedade, cada um à sua maneira.

De Mikhail Bakhtin, trouxemos a contribuição dos aspectos ideológicos que movem o contexto social e histórico de uma realidade específica. Conforme o teórico,

[...] A forma linguística sempre se apresenta aos locutores no contexto de enunciações precisas, o que implica sempre um contexto ideológico preciso. Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades omítidas, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. *A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.* É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida (BAKHTIN, 1995, p. 95).

Por sua vez, Michel Foucault em *Microfísica do poder* (1979) trata das relações de poder num âmbito social mais estreito, destacando as funções

do “olho do poder” em algumas Instituições do Estado como os hospitais, a medicina, o papel dos intelectuais na sociedade e as relações entre verdade e poder.

Antes de entendermos os conceitos e contribuições dos teóricos acima destacados, entendemos que vale a pena revisarmos os conceitos de ideologia e de hegemonia para compreendermos a ótica dos discursos trabalhados nesta dissertação.

Segundo Bakhtin, discutindo o que é ideologia e seu papel na sociedade em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*,

[...] Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo o que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo o que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia* (BAKHTIN, 1995, p. 31).

Tal definição elucidada, primeiramente, que a ideologia ou as ideias, são produzidas pelos signos, pelas imagens inclusive a *artístico-simbólica, que refletem e refratam a realidade*. Contudo, essa (a ideologia) é reapropriada pelos sujeitos sociais para a defesa de seus interesses e desejos. Ou seja, a ideologia passa a resultar da prática social.

Dessa forma, podemos ver a utilização da ideologia como um instrumento pela classe no poder, servindo para assegurar seus desejos e interesses, assegurar sua dominação sobre as demais classes sociais.

Assim, a ideologia passa a ser:

Um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer (CHAUÍ, 2006, p. 109).

Para Chauí (2006), tal definição remonta a um outro significado importante para que esses desejos de controle e de dominação sejam bem su-

cedidos e inquestionáveis, ou seja, para que a ideologia da classe dominante seja assegurada perante as demais classes sociais: a hegemonia.

Marilena Chauí traz a hegemonia como sendo a interiorização da ideologia dominante [seus ideais, valores e interesses] e sua aceitação passiva na consciência das demais pessoas e as classes sociais às quais pertencem. Segundo ela, revisitando as ideias de Gramsci, hegemonia passa a ser definida como “um conjunto de idéias e de valores concatenados e coerentes, aceitos por todos os que são contrários à dominação existente e que imaginam uma nova sociedade, que realize essas ideias e valores” (CHAUÍ, 2006, p. 97).

Dessa forma, segundo Chauí (2006), a classe não dominante passaria a aceitar passivamente as ideias, os interesses e valores da classe no poder, com a ilusão de que a ideologia dominante [a da classe no poder] vem cuidar e representar os interesses das demais classes de uma sociedade.

Voltando ao tema principal do capítulo, trazemos Bakhtin, que, em sua teoria, coloca a língua como sendo um signo social, ou seja, o signo é inseparável de um contexto sócio-histórico e ideológico, e, logo, influenciado por eles. Para Bakhtin, de acordo com Marina Yaguello em sua introdução da obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, “a palavra é o signo ideológico por excelência” (BAKHTIN, 1995, p. 16), ou seja, Bakhtin traz a língua como sendo um produto social, ou sendo mais preciso, o signo (palavra) como social e ideológico, como podemos ver aqui: “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo, [...], tudo que é ideológico é signo. Sem signos não existe ideologia” (BAKHTIN, 1993, p. 31).

Observamos que a palavra, na acepção bakhtiniana, “se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória” (BAKHTIN, 1995, p. 66), conforme registrou Marina Yaguello em seu texto introdutório à obra do referido autor, quando afirmou que “a comunicação verbal, inseparável de outras formas de comunicação, implica conflitos, relações de dominação e de resistência, ou de adaptação à classe dominante, à hierarquia que utiliza a língua para reforçar o seu poder” (BAKHTIN, 1995, p. 14).

Bakhtin explicita ainda que,

Na realidade, toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que precede de alguém,

como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro [...] a palavra é o território comum do locutor e do interlocutor (BAKHTIN, 1995, p. 113).

A assertiva bakhtiniana destacada vem nos mostrar o processo de interação determinante nos discursos elaborados durante o governo Dantas. Portanto, após a elucidação de alguns pressupostos e conceitos-chaves, que nos permitirão uma maior clareza, ou melhor, nos nortearão ao caminho que queremos chegar, encontraremos aqui, nessas anunciações, discursos carregados de “signos ideológicos” inseridos no contexto histórico da sociedade acreana entre os anos 1971 e 1981. E o uso destes para influenciar e, como estes também foram influenciados em determinado instante.

De 1971 a 1975, foi o período do mandato do governador Francisco Wanderley Dantas, que fora nomeado pelo então presidente Garrastazu Médici e pertencia ao partido político ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido este de apoio à ditadura militar, já que havia nessa época apenas dois partidos, a ARENA e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro).



Figura 13: Governador Francisco Wanderley Dantas. : Centro de Documentação e Informação Histórica (CDIH)/ Ufac.

Esta pintura traz a fotografia oficial do governador Wanderley Dantas em seu mandato de governo, que ocupava lugar de destaque nos órgãos do governo. E como tratamos, neste momento do texto sobre o seu mandato, achamos interessante trazer à tona sua imagem para que nossos leitores tenham uma maior informação.

Segundo Souza (1998), nessa época, a ditadura militar estabelece um novo “projeto” para o desenvolvimento da Amazônia, gerando uma política de integração à Amazônia, sob os *slogans* “de integrar para não entregar” e “levar homens sem terra para uma terra sem homens”, criando um conjunto de programas políticos destinados a atrair grandes empresários da região centro-sul, como o próprio autor afirma:

Em agosto de 1971, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) elaborou um Plano de Desenvolvimento da Amazônia, sendo o primeiro a ser executado entre os anos de 1972 a 1974. Os seus objetivos principais eram: promover o progresso de novas áreas e a ocupação de áreas vazias. O primeiro plano preferiu implantar na Amazônia grandes fazendas de gado em favor dos ricos empresários [...] (SOUZA, 1998, p. 201).

Ainda segundo o pressuposto de Souza (1998), Dantas adotou como estratégia econômica a pecuarização do Estado, com seu ideal de modernizar o Acre, trazer o “progresso” ao Estado. E essa já dava seus “sinais” de presságio em nossa região, pois o jornal *O Rio Branco* já “anunciava” esses “sinais”, que, no entanto, poderão ser interpretadas de acordo com outras visões:

Industriais paulistas viajarão para Rio Branco nos primeiros dias de janeiro com o objetivo de verificar as potencialidades econômicas no Acre. A iniciativa é o resultado de recente visita que o governador acreano, Sr. Wanderley Dantas, fez a São Paulo. Quatro grupos empresariais já acertaram a viagem, que está sendo coordenada pelo assessor especial do governo do Acre em São Paulo, economista Isaac Emídio Santos. Entre os grupos que integrarão a caravana está o Banco Brasileiro de Desconto- BRADESCO que vai instalar em Rio Branco uma agência bancária e uma escola com capacidade para 500 alunos. Vai também estudar a possibilidade de execução de um projeto agropecuário [...]

Para o economista Isaac Emídio a viagem dos empresários representa um passo decisivo para o desenvolvimento do Acre (que em 1972 comemora 10 anos de sua elevação a Estado) e procura concentrar esforços para captação de recursos da região centro e sul do país. o ano de 1972 – afirma Isaac Emídio – será importante para a “conquista da independência econômica do Acre, que deseja libertar-se de uma economia baseada essencialmente no extrativismo (Jornal *O RIO BRANCO*, 15 de janeiro de 1972, p. 3).

Não dá para deixar de notar que o discurso acima referido é oriundo de um grupo de poder que, de certa forma, deu sustentação às oligarquias que se firmavam no Estado, formados, basicamente, por pecuaristas, latifundiários e demais grupos poderosos da sociedade acreana.

Essa pecuarização, na acepção de Souza (1998), era desejo do governador Wanderley Dantas, que começa a receber incentivos fiscais do governo federal e também do governo Estadual. Assim, Dantas abria as “portas” do Acre aos empresários do centro-sul, que compraram terras mais baratas dos seringalistas falidos. Dantas utilizava-se do dinheiro do próprio Estado, tirando-o do Banacre (Banco do Estado do Acre) para financiar e atrair os grandes empresários. Como afirma Souza:

[...] Dantas oferecia aos empresários os seus incentivos estaduais, utilizando-se do dinheiro do BANACRE para financiar a criação de gado, colocando à disposição dos fazendeiros os serviços de setores do governo estadual para a elaboração de projetos agropecuários (SOUZA, 1998, p. 203).

Na visão de Souza (1998), Wanderley Dantas, com esse novo elemento econômico, prometia “progresso” ao povo acreano, com seus *slogans* de: “*Novo Acre agora a independência econômica*”. Ou ainda como descreveu Marcílio Ribeiro Santana:

Acre, a nova Canaã.
Um Nordeste sem seca,
Um Sul sem geadas,
Inviста no Acre e exporte pelo Pacífico
(SANTANA, 1988, p. 150).

Vale ressaltar que o *slogan* “Acre a nova Canãa” fazia parte de uma campanha publicitária ampla que circulou em todos os jornais do Brasil. Segundo o professor Gerson Rodrigues de Albuquerque, reapropriada e utilizada por alguns autores só para sacanear o Dantas. Havia também a utilização de anúncios e propagandas na rádio e na televisão, além de distribuição de panfletos publicitários em todo o país no ano de 1972, que descreviam o Acre, mais precisamente a capital, como um lugar “belo” e “atraente”:

Rio Branco, uma bela e atraente cidade, de ruas largas calçadas com tijolos, é atravessada pelo rio Acre, estreito, profundo e navegável. A margem direita, em planície de aluvião, fica o bairro comercial, cognominado “bairro Beirute”. À esquerda, numa sucessão de colinas de aclives não muito suaves, levantam-se os prédios do Palácio do Governo, Quartel de Polícia, Penitenciária, Instituto Getúlio Vargas, mercados, entre outros. A cidade é disposta de 203 logradouros, dos quais 80 calçados, 8 arborizados, 81 beneficiados com iluminação domiciliar, 38 pela rede de abastecimento de água e 12 com esgoto sanitário. Há 133 ruas, 6 avenidas, 8 praças, 42 travessas e 14 outros não especificados. As avenidas Getúlio Vargas, Nações Unidas, Ceará e Epaminondas Jácome, as praças Eurico Dutra e Rodrigues Alves e a rua Dezesete de Novembro são os principais logradouros. Dos 6.451 prédios existentes, 1.095 estão ligados à rede de abastecimento de água e 345 à de esgoto (RIO BRANCO, 1972, p. 21).

Em nossa concepção, a retratação da cidade de Rio Branco elaborada pelo IBGE corroborava para a visão de um lugar atraente e bem disposto, dotado das condições físicas necessárias capazes de receber pessoas oriundas de outros lugares. O discurso do IBGE, de certa forma, coaduna-se aos discursos das outras mídias. De acordo com Bakhtin, as classes dominantes “tendem a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente” (BAKHTIN, 1995, p. 47).

A citação acima referida articula-se com o que diz Souza (1998), quando reafirma o uso das mídias para o discurso atrativo e ideológico de Dantas, tendo como público alvo os grandes pecuaristas. Segundo ele:

Wanderley Dantas fez enorme propaganda, em rádio e televisão, dentro e fora do Estado do Acre para atrair os fazendeiros. 'Produzir no Acre, investir no Acre, exportar pelo Pacífico' era o que dizia Dantas para incentivar os empresários a aplicar dinheiro na região acreana (SOUZA, 1998, p. 201).

Entretanto, vale ressaltarmos que a propaganda realizada pelo governo Dantas foi além da afirmativa de Souza (1998) acima citada, pois não atraiu somente os grandes empresários, mas também pessoas de classes sociais mais baixas que visavam melhores condições de vida e de enriquecimento fácil, o que não observamos nos dizeres de Souza. Assim como podemos notar na fala de um migrante paranaense que foi atraído pela propaganda do governo Dantas. Segundo ele, era muito comum se falar desse modo no Paraná àqueles que estavam decididos a vir ao Acre: “vamos ensinar o que eles sabem e tomar o que eles têm” (Entrevista com SAINT' CLAIR CIDREIRA, Rio Branco, 2006). Essa frase era muito comentada por essas pessoas atraídas pelas propagandas do governo Dantas.

Destá maneira, torna-se evidente o rádio como “um excelente meio de propaganda ideológica” (CALABRE, 2004, p. 18), usado como um aparelho ideológico de Estado para veicular seus discursos e interesses.

Eduardo Meditsch vai além quando observa o uso do rádio pelos governantes como instrumento de poder utilizado para garantir seus interesses. Segundo ele:

[...] O rádio já oferecia aos governantes essa possibilidade de intervenção política, nas ditaduras que foram vividas em Portugal e Brasil, o meio de comunicação foi um instrumento de poder abertamente utilizado. A propaganda oficial maciça, a bajulação aos poderes e a censura implacável a qualquer manifestação de descontentamento marcaram a informação do rádio, nos dois países, durante décadas (MEDITSCH, 2007, p. 124).

Observamos bem esse uso da rádio como instrumento de controle, de propagação dos interesses dos governantes, principalmente com a criação da Radiobrás.

Segundo Ferrareto (2001), a Radiobrás, Empresa Brasileira de Ra-

diodifusão, foi criada em 15 de dezembro de 1975 para administrar às trinta e oito emissoras de rádio de todo território brasileiro que o Governo Militar reivindicou para si. E tinha como principais objetivos, segundo o próprio autor (2001):

- I. Implementar e operar as emissoras, e explorar os serviços de radiodifusão do Governo Federal;
- II. Implantar e operar as suas próprias redes de repetição e transmissão de radiodifusão, explorando os respectivos serviços;
- III. Realizar a difusão de programação educativa, produzida pelo órgão federal próprio, bem como produzir e difundir programação informativa e de recreação;
- IV. Promover e estimular a formação e o treinamento de pessoal especializado, necessário às atividades de radiodifusão;
- V. Prestar serviços especializados no campo da radiodifusão;
- VI. Exercer outras atividades, que lhe forem atribuídas pelo Ministério das Comunicações (FERRARETO, 2001, p. 163).

Apesar dos objetivos mostrados por Ferrareto, o objetivo maior da Radiobrás era exatamente de ser um instrumento de controle, propagação dos interesses e da ideologia do Governo Militar.

Desta forma, anunciava-se em outras regiões especialmente no centro-sul, através das mídias (jornais impressos, folhetos e em especial, a rádio e televisão), o Acre como sendo a “*nova Canãa*” no Brasil e que para chegar nesta “terra prometida” contaria com o apoio, com os financiamentos dos governos Federal e Estadual, assim, facilitando a vinda desses migrantes do centro-sul do país para esta parte da Amazônia.

Em 1972 o jornal *O Rio Branco* já anunciava a chegada de famílias provenientes do centro-sul do país e as facilidades de aquisição, de concessões de terras, como podemos ver:

Somente no mês de junho, cerca de 300 famílias provenientes do Mato Grosso e Paraná, procurarão se estabelecer no Estado do Acre [...] E para controlar o fluxo de colonização o INCRA irá instalar até o final do ano corrente, 5 núcleos de colonização... Assim cumprindo sua parte no plano de Integração Nacional [...] Cerca de pouco tempo esta longínqua unidade da Federação estará participando mais ativamente do extraordinário desenvolvimento brasileiro (Jornal *O RIO BRANCO*, 25 de outubro de 1972, p. 3).

Vemos que o governo Dantas, através do dialogismo, pressupõe de enunciações, discursos de “outros” em suas próprias enunciações, em seus próprios discursos, como o da política econômica brasileira, enunciações dos militares no poder, como também de governos anteriores ao dele que visavam ao desenvolvimento econômico, ao “progresso” do país e, por consequência, ao da Amazônia e do Acre. Assim como assegura Bakhtin, “[...] em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa” (BAKHTIN, 1993, p. 88).

Outro ponto de destaque é que essas enunciações, os discursos proferidos pelo governo Dantas já tinham seus interlocutores “endereçados”, ou seja, o sujeito que elabora seu discurso orientado para a resposta do ouvinte. Assim, o governo já tinha seu público alvo, trabalhadores e grandes empresários do centro-sul do país. Assim como assevera Bakhtin, “ao se constituir na atmosfera do ‘já-dito’, o discurso é orientado ao mesmo tempo para o discurso-resposta que ainda não foi dito, discurso, porém, que foi solicitado a surgir e que já era esperado. Assim, todo diálogo é vivo” (BAKHTIN, 1993, p. 89).

Logo, trilhando os caminhos da teoria bakhtiniana, observamos que as enunciações são constituídas de inúmeras vozes pertencentes à sociedade, tornando-se assim, heterogêneas. Como reafirma Kamel (2010), “nesse sentido, todo discurso é construído de múltiplas vozes sociais, por conseguinte, ele é heterogêneo” (KAMEL, 2010, p. 25).

Observamos, então, claramente, que a linguagem, a língua e o signo (palavra) são sociais e ideológicos, carregados de interesses, no caso aqui, essa proposta de desenvolvimento e “progresso” do governo Dantas na década de 1970. Assim como afirma Travaglia:

[...] o que o indivíduo faz ao usar a língua não é somente traduzir e exteriorizar um pensamento, ou transmitir informações a outrem, mas sim realizar ações, agir, atuar sobre o interlocutor (ouvinte/leitor). A linguagem é pois um lugar de interação humana, de interação comunicativa pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio-histórico e ideológico (TRAVAGLIA, 1997, p. 27).

Vale ressaltarmos como esses discursos eram traduzidos em uma linguagem mais acessível à grande parte da população acreana e do centro-sul do país, quer dizer, do gênero do discurso secundário que é mais complexo, como o discurso ideológico entre outros, traduzia-se para um discurso primário, mais simples, discurso este usado no dia a dia na comunicação entre as pessoas¹⁶.

Enfim, esses discursos de “progresso”, do Acre como uma “*nova Canaã*”, eram traduzidos para a aceitação da população acreana, aceitação esta no sentido de “pactuar” com as práticas econômicas e políticas do governo.

Logo, observamos tais discursos, segundo Bakhtin (1995), marcados pelas relações de dominação e resistência, de conflitos, marcados pela busca de reforçar o poder, ou ainda, conforme afirma Foucault (1996), “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder” (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Portanto, cada vez mais se tornava evidente a utilização da rádio, especialmente a Rádio Difusora Acreana, para a circulação desses discursos carregados de interesses e desejos dos governantes acreanos. Via-se este meio de comunicação como um Aparelho Ideológico de Estado, o qual é definido claramente pelo teórico francês Louis Althusser.

Segundo ele, Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) são:

Um certo número de realidades que apresentam-se (sic) ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas [...] podemos, pelo momento, considerar como aparelhos ideológicos de Estado as seguintes

16 - BAKHTIN (2000, p. 281), classifica os enunciados (orais e escritos) em gêneros do discurso, primário (simples) e secundário (complexo). Sendo os gêneros primários (simples) de todas as espécies, que se constituíram em circunstâncias de uma comunicação verbal. Já os gêneros secundários do discurso são: o romance, o teatro, o discurso científico, o discurso ideológico etc.

instituições (a ordem de enumeração não tem nenhum significado especial): AIE religiosos (o sistemas de diferentes igrejas), AIE escolar (o sistemas de diferentes “escolas” públicas e privadas) [...] AEI de informação (a imprensa, o rádio, a televisão, etc.) [...] (ALTHUSSER, 1985, p. 67-68).

Observamos, assim, a rádio como esse instrumento, um AIE, com o intuito de disseminar, tornar hegemônico o discurso de “progresso” dos governantes para a região acreana.

Segundo a Revista *Novo Acre*, o que interessava para o governo Wanderley Dantas era a “integração do Acre ao restante do território pátrio, estimulando a diversificação da economia acreana pela introdução de novas técnicas e outras atividades, e não apenas as relativas à borracha e à castanha” (Revista NOVO ACRE, 1972, p. 5).

E esse chamamento, essa facilidade para a vinda dos investidores do centro-sul para a região acreana, com a intenção de estabelecer suas atividades econômicas, determinou a dita vinda do “novo”, ou seja, com projetos e execuções de hotéis, estradas, estações rodoviárias, então, na visão do governo, o Acre ganharia, com isso, desenvolvimento e “progresso”. Por conseguinte, segundo Wanderley Dantas:

Diante do visível declínio de sua principal fonte de renda, a borracha, constituiu de fato, o motivo básico da permanente preocupação do governo em intensificar os programas de apoio ao setor agropecuário, consciente de sua importância determinante na construção do progresso sócio-econômico do Acre e sua conseqüente integração na economia nacional (8º SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO ACRE, apud SOUZA, 1998).

É importante destacarmos que, nesta época, precisamente a década de 1970, também houve investimentos na produção de borracha, claro que não tão grandes quanto os da agropecuária nos anos de sua maior intensificação, mais precisamente de 1972 a 1974, mas houve investimentos como a instalação de um “Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal”, conhecido como Probor I, que tinham como objetivo recuperar os seringais nativos e plantar seringais de cultivo.

O dinheiro para financiamento da borracha dos seringais era repas-

sado pelo Basa (Banco da Amazônia S.A), isso com autorização da Sudhevea, Superintendência da Borracha. Só que devido à falta de experiência com o plantio de seringueiras de cultivo e, principalmente, porque grande parte do dinheiro não foi aplicado como deveria na produção da borracha, tais programas não obtiveram sucesso.

Já que, muitas vezes, esses investimentos foram pegos pelos seringalistas e extraviados na compra de automóveis luxuosos, apartamentos enormes e muito caros no Rio de Janeiro, Manaus e Belém, gastavam também em orgias, e com a quebra do monopólio da economia “gomífera” e as acentuadas baixas nos preços da borracha, fizeram com que os seringalistas “*ficassem devendo até as calças ao BASA*” (Jornal VARADOURO, maio de 1978, p. 9) e ainda quiseram justificar suas “pilantragens”, jogando a culpa “*sobre o BASA, sobre o INCRA, a igreja, os seringueiros, os marreteiros, a Contag e até mesmo sobre o extinto presidente Castelo Branco, que acabou com o monopólio da borracha [...]*” (Jornal VARADOURO, maio de 1978, p. 9).

Apesar de termos aqui um contexto sócio-histórico específico, ou melhor, outro contexto, a afirmativa que Esteves pontuou em seu livro, nos elucida bem tais práticas dos seringalistas no Acre que perduraram durante anos, onde os quais tiveram a crença em uma vida fácil “[que até] foi real para os patrões que usufruíram do ‘ouro negro’. Os centros urbanos foram esses espaços de realização, tanto pelos negócios, quanto pela diversão e orgias, onde a mulher também era privilégio de poucos [...]” (ESTEVES, 2010, p. 92).

Tal política trouxe também aos acreanos certo insegurança, devido à figura dos “suliistas” ou “paulistas”, que, segundo Tânia Mara Resende Machado¹⁷ (2002) eram:

17 - Vale ressaltarmos que, na referida Dissertação da professora Tânia Mara Resende Machado, intitulada *Migrantes suliistas: caminhadas, aprendizados e a constituição de modos de vida na região acreana (1977-2000)*, a autora, ao longo do trabalho, vai desconstruindo esse termo corrente de “paulista”. Entretanto, a definição dada pela mesma de “paulistas”, inicialmente, é evocada para definir como os acreanos “viram” e denominaram, nas décadas de 1970 e 1980, esses grandes empresários vindos de todo lugar do território brasileiro. Segundo a autora, em uma de nossas conversas despretensiosas, o significado dado ao termo “suliista” ou “paulista” foi uma forma de mostrar como os acreanos não faziam distinção da naturalidade desses empresários. Independente da naturalidade das pessoas, fossem elas do Mato Grosso, Rio Grande do Sul, São Paulo, etc., todos nominados de forma “pejorativa”, eram vistos como “paulistas” ou “suliistas”. Evocando um exemplo típico para entendimento, a autora diz que, “assim como em São Paulo os paulistas denominavam os nordestinos, independente de suas naturalidades: cearenses, paraibanos, piauienses, etc., como todos sendo ‘paraibas’, etc.”. No entanto, sugerimos a leitura da referida Dissertação para o maior entendimento sobre tal assunto.

[...] Todos os migrantes chegados nos anos 70, 80 do século passado, independentemente da naturalidade dos mesmos, da unidade da federação de onde partiram ou de suas condições sócio-econômicas. E ser 'paulista' no Acre representava forte ameaça à população acreana, até então formada basicamente por índios, caboclos e descendentes de 'cearenses', que tinham modos de vida que se diferenciavam dos modos de vida dos migrantes trabalhadores rurais do centro-sul (MACHADO, 2002, p. 23).

Para Costa Sobrinho (2000), a figura do “suliستا” ou “paulista” na região acreana significou muito mais que uma simples ameaça, pois fez emergir, na região, diversos conflitos pela posse das terras acreanas e pela preservação ambiental; fez emergir também outros atores sociais nessa disputa: de um lado, os colonos, seringueiros e índios conhecidos como posseiros, pois só tinham a posse das terras, mas não os seus títulos; de outro, grileiros, jagunços e a polícia.

Os grileiros eram aquelas pessoas que adquiriam terras de forma ilegal para serem vendidas a outras pessoas. Os grileiros tentavam a todo custo expulsar os seringueiros, colonos e índios de suas terras, para venderem aos grandes empresários do centro-sul, os “paulistas”.

Segundo Costa Sobrinho (2000), os “paulistas” ou “suliستas”, ao adquirirem as terras vendidas pelos seringalistas e por grileiros, “adquiriam” também as terras dos moradores que ali viviam, seringueiros e índios, que sem saber de nada continuavam inocentes nas terras, porém eram indesejados pelos grandes fazendeiros que, através da força, os expulsavam de suas terras.

A primeira providência dos compradores dos seringais fora a retirada dos posseiros de suas terras, todos seringueiros que nasceram e se criaram ali. [...] Alguns seringueiros aceitaram indenização, embora irrisória, das suas colocações e deixaram as terras pacificamente. [...] A grande maioria, porém, se recusou a abandonar o lugar onde viveram seus pais e onde nasceram. Os novos donos da terra, então passaram a usar processos violentos para expulsá-los, com a ajuda de pistoleiros, empregados como capatazes, que começaram a promover espancamentos e queima das colocações. A reação da gente do Acre aos novos donos da terra fora sentida pelo repórter: O paulista passou a ser a grande ameaça, principalmente depois que começaram a

ocorrer às primeiras expulsões de posseiros. As histórias de violências se espalharam rapidamente por todo o Estado, bem como a fuga de seringueiros brasileiros para a Bolívia (COSTA SOBRINHO, 2000, p. 38).

Expulsos de suas terras, esses sujeitos se alocavam no entorno da cidade de Rio Branco, formando bairros sem a mínima infraestrutura, invadindo terras, sendo violentadas pela polícia, formatando assim bairros periféricos. Costa Sobrinho dá conta, assim, daquilo que Bakhtin chamava de lutas de classes, afirmando que “esta plurivalência social do signo ideológico é um traço da maior importância [...] da história da humanidade [...] cuja memória da história está cheia de confrontos e valores sociais vivos” (BAKHTIN, 1995, p. 46).

É fato que os paulistas tinham a ajuda de jagunços e até pistoleiros, que se utilizaram de várias práticas de violência, chegando a atear fogo nas barracas dos colonos e matarem, se fosse preciso, e assim foi, além da própria polícia, o aparelho repressor do Estado, que ao invés de ficar do lado dos pobres seringueiros e índios, ficava à disposição dos grandes fazendeiros.

Antes, queremos deixar claro o significado de aparelho repressor do Estado, para o entendimento do termo utilizado e referido à polícia acreeana, que segundo Althusser é:

[...] aparelho do Estado (AE) compreende: o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais, as prisões, etc., que constituem o que chamaremos a partir de agora de aparelho repressivo do Estado. Repressivo indica que o aparelho de Estado em questão ‘funciona através da violência’ - ao menos em situações limites (pois a repressão administrativa, por exemplo, pode revestir-se de formas não físicas) (ALTHUSSER, 1985, p. 67).

Portanto, os seringueiros, índios e colonos eram expulsos de suas terras pelos “paulistas” com a ajuda de aparelho repressor do Estado: a polícia. A qual era utilizada na expulsão do “homem do campo”, deixando assim o caminho livre para os investidores do centro-sul do país.

Assim, os grupos indígenas que foram afetados mudaram-se para outros lugares, e os que ficaram tornaram-se “peões” dos grandes fazendeiros,

para garantirem sua sobrevivência. Os seringueiros e os colonos expulsos vieram morar nas cidades, dessa maneira, ajudando a formar bairros populosos e pobres, assim como nos diz Esteves, “fazendo emergir o seringal da floresta para a cidade” (ESTEVES, 2010, p. 87).

A constatação da fuga maciça de seringueiros para Rio Branco tangidos dos seringais pelos bois e pastagens dos ‘paulistas’. A pressão demográfica foi forte; a cidade inchou com o amontoamento de pessoas em áreas inóspitas e sujeitas a alagações: uma paisagem de favelamento e miséria. Esse movimento migratório rural/urbano acelerado, resultante do processo de esvaziamento dos seringais (COSTA SOBRINHO, 2000, p. 40).

Podemos ver nas manchetes dos jornais, raramente, esse uso do aparelho repressor do Estado, contando, por muitas vezes, com a ajuda dos jagunços dos pecuaristas, já que a imprensa acreana pertencia aos grandes empresários acreanos interessados e envolvidos com a pecuarização do Acre. Havia manchetes sobre a violência sofrida pelos seringueiros, porém eram parciais quanto ao envolvimento dos órgãos do governo, como podemos notar na ausência da participação da polícia: “*Seringueiros estão apavorados e saem de suas terras: ‘estamos apavorados com os crimes por causa das terras’, é o que diz seu Antônio Farias de Moura*” (Jornal O RIO BRANCO, 11 de julho de 1974, p. 1).

Ressalte-se, ainda, que havia um controle, uma censura do governo quanto à publicação de notícias que iam contra seus interesses, que denegriam a sua imagem, como nos esclarece o radialista Zezinho Melo sobre essa censura que havia nos meios de comunicação, devido ao período da ditadura militar,

Na época da ditadura aqui foi um absurdo, tentaram invadir aqui a rádio, foram quebrados alguns discos em épocas passadas, em alguns governos, músicas eram censuradas como as do Chico Buarque, Caetano Veloso e muitas outras, Geraldo Vandré né?! Muitas eram censuradas. Era mais isso que a ditadura implantava nos meios de comunicação, em especial aqui em relação às músicas e notícias que iam contra o governo da ditadura. Existia também muita briga do governo contra os estudantes. Então só podíamos falar o que o governo queria e tinha coisas que primeiro o

governo tinha que ouvir para ver se depois poderiam sair aos ouvintes, era uma censura horrível (Entrevista com ZEZINHO MELO, Rio Branco, 2006).

Vale ressaltar que, a partir desse ponto de nosso trabalho, retomamos algumas entrevistas para mostrar facetas que a memória social gravou em relação à ditadura militar. Faz-se necessário mostrar que “o caráter singular da memória (mesmo coletiva) e a forma como esta se reconstrói a partir do olhar do presente fazem cada entrevista ter um significado muito próprio” (MONTENEGRO, 2001, p. 150). A memória dos radialistas Nilda Dantas e Zezinho Melo sobre os processos da ditadura militar, que coincidem com a chegada dos pecuaristas (a partir do novo elemento político e econômico adotado por Wanderley Dantas), tem também conotação de resistência, e são singularizados pelo olhar que marca suas visões de mundo.

Essa censura que acontecia no Acre e no restante do Brasil era também observada nos atos dos governantes e na atuação da Polícia Federal, como noticiou o jornal *O Rio Branco*, de 1976:

Cine Acre suspenso oito dias pela PF: O Cine Acre foi suspenso por oito dias, informou ontem à imprensa o Serviço de Censura e Diversões Públicas no Acre do Departamento da Polícia Federal (SCDP). [...] Um dos motivos da cessação temporária das atividades no Cine Acre foi a não-submissão obrigatória das programações para aprovação pela censura federal [...] (Jornal *O RIO BRANCO*, 31 de janeiro de 1976, p. 1).

É importante destacarmos que o novo elemento ou segmento econômico adotado pelo governo Dantas e, por conseguinte, os “paulistas”, não eram assim os únicos responsáveis por todos os conflitos pelo qual o Acre passava, tais como a violência causada pela expulsão dos seringueiros de suas terras, com a ajuda do Estado, de seu aparelho repressor junto com os jagunços dos “paulistas”. Mas também, devido aos negócios feitos pelos seringalistas que venderam suas terras por preços ínfimos aos pecuaristas para saldar suas dívidas junto a órgãos credores diversos.

A venda feita pelos seringalistas, grandes empresários acreanos, aos investidores do centro-sul do país, causava, por muitas vezes, desvantagens aos pecuaristas e principalmente aos seringueiros, como o jornal *O Rio*

Branco discorre, levando em conta o posicionamento ideológico e social de seus proprietários em relação a esse novo elemento ou segmento da economia acreana, a pecuária. *O Rio Branco* manifesta em sua manchete um novo fato, uma nova representação da realidade sobre os seringalistas, mostrando que estes não eram nenhuns “santinhos” e tinham responsabilidades em relação aos conflitos de terras e a expulsão dos seringueiros:

Os seringalistas representam as grandes empresas do estado do Acre e os pecuaristas, os grandes empresários do sul do país. Estes, os seringalistas, não são, em regra; tão ingênuos [...] São industriais extrativistas com largo tirocínio e enormes ‘Know how’ na região. A rigor, os pecuaristas vêm levando desvantagens nas aquisições, apesar do ínfimo preço de terras [...] Os pecuaristas abismados, obnubilados pelos preços ínfimos das terras têm feitos negócios duvidosos, adquirindo terras à ‘non domino’. Pior, não conhecendo as características regionais, desconhecendo o regime jurídico do seringueiro, que não é mero posseiro na aceção sulista, mas pequeno industrial extrativista e locatário das colocações cujo ponto e benfeitorias faz ou compra, deixa-os de fora das transações. ‘Os seringalistas garantem a entrega das propriedades livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, sem posseiros etc. e na hora de receber a propriedade os pecuaristas encontram a figura dos seringueiros’ [...] (Jornal *O RIO BRANCO*, 14 de abril de 1974, p. 3).

Portanto, observamos também a parcela de culpabilidade dos seringalistas e posseiros, que juntamente com os pecuaristas, contando com a ajuda do governo, fez com que o “caos” se instalasse no Acre, gerando conflitos pela posse das terras, derramamento de sangue e o desmatamento das florestas.

Importa destacar que os “paulistas”, ao se estabelecerem na Amazônia acreana, derrubavam as florestas para formar pastagens. A esse respeito, nos esclarece Pedro Vicente, para quem:

A ocupação de vasta extensão da floresta para implantação de fazendas agropecuárias, com a conseqüente derrubada e queima da mata para dar lugar aos campos e pastagens, a partir da década de 1970, redimensionou o poder para destruir o meio ambiente no Acre. As motosserras e os tratores, agora intensamente utilizados, semearam a de

struição em larga escala; as grandes queimadas, por sua vez, vieram a complementar esse trabalho, pois a saga da destruição só estava concluída com o plantio do pasto (COSTA SOBRINHO, 2000, p. 102).

Nesse contexto de desmatamento, surge, então, o discurso da consciência ambiental na década de 1970, como nos afirma Leff: “naquele momento é que foram assinalados os limites da racionalidade econômica e os desafios da degradação ambiental ao projeto civilizatório da modernidade” (LEFF, 2011, p. 16).



Figura 14: “Árvore chorando”, quadro de Hélio Melo. Fonte: Acervo pessoal de Fátima Melo.

Na pintura intitulada *Árvore Chorando*, do artista plástico Hélio Melo, observamos a crítica ao contexto histórico e social que o Acre vivia devido ao advento da pecuarização, e uma das suas mais dolorosas consequências para o povo acreano, o desmatamento. Observamos dois homens portando instrumentos para a derrubada da floresta e a implementação de pastos para o gado, como motosserras e machado. Porém, o que nos chama

mais atenção é a árvore ganhando forma de um rosto humano carregado de sentimentos como tristeza, medo, desespero diante da possibilidade de ter sua vida ceifada por dois indivíduos representados na figura portando machado, motosserra e terçado. Diante da cena, outras árvores já aparecem derrubadas, restando-lhes apenas os troncos. A ênfase da figura recai sobre as lágrimas derramadas pela árvore que chora, pois sabe que será cortada e derrubada.

Observa-se, dessa maneira, que a arte visual de Hélio Melo participa do processo de resistência levado a efeito pelo *Varadouro* e pelas outras mídias, ao elaborar críticas contundentes ao sistema de degradação ambiental vigente a época que visava à implantação de pastos a partir da derrubada da floresta.

Nas mídias que atuavam na cidade de Rio Branco e demais municípios do Acre, apesar de ainda transmitirem o que o governo queria, o qual apoiava a pecuarização, observamos em certo momento uma reação e/ou contrarreação, quando os sujeitos começaram a tomar posições contrárias a esse discurso dominante, discursos que começaram a se digladiar dentro dos veículos de comunicação e nas cidades, ou seja, dos discursos ideológicos do Estado surgiam em cena discursos populares, discursos de resistência, e estes tomando, de acordo com a acepção bakhtiniana, a palavra como arena de batalhas de suas ideologias, de seus interesses contraditórios.

Dessa forma, servindo-se da máxima “toda ação tem uma reação”, os seringueiros utilizaram-se da resistência, tomaram posição contrária a esses abusos, passaram a se reunir em sindicatos e lutarem pelo direito da terra¹⁸, e claro, lutarem pela preservação do meio ambiente:

No ano de 1978, o Movimento de Defesa do Meio Ambiente fora criado no Acre. Nascera na Universidade e, pouco a pouco, fora ampliando o seu raio de ação. A Igreja logo incorporou a proposta do MDMA, haja vista que o boletim *Nós Irmãos* passou a veicular com regularidade denúncias contra a destruição ambiental. O movimento cultural começou também a incorporar a questão ambiental como

18 - Para saber mais sobre o referido assunto, sugerimos a leitura do livro *Do “Manso” ao Guardião da floresta*, um estudo do processo de transformação social do sistema seringueiro, a partir do caso da reserva extrativista Chico Mendes, da autora Benedita Maria Gomes Esteves, onde ela faz uma abordagem de como os seringueiros emergiram como atores sociais ativos e políticos, que se organizaram em sindicatos, ganhando representação, e lutaram pelos seus direitos, pela terra e a preservação do meio-ambiente, “subvertendo” os discursos dominantes e a ordem estabelecida.

tema. Os sindicatos rurais começaram a se aperceber, muito cedo, que defender a floresta era defender a própria vida dos seus filiados, pois sem ela não havia seringueiros, a grande massa dos seus mais de 20 mil associados (COSTA SOBRINHO, 2000, p. 103).

Como se pode destacar na citação acima referida, a organização de movimentos sociais na sociedade acreana assumia amplas proporções. Sai de dentro da Universidade, encontrando amplo apoio da Igreja Católica, dos movimentos sindicais rurais e nas mídias alternativas que atuavam no Estado.

Nesse momento, merece nosso destaque o entendimento do uso das mídias como meio de produção, circulação e apropriação dos discursos pelo teórico Stuart Hall. Ele nos dá uma contribuição incrível a respeito da mídia, mostrando-nos que o emissor não é um todo único. Observamos que nas mídias, há contradições inseridas no seu interior, pois quem produz é múltiplo, e o que ouve também o é, onde podem dar tantos significados possíveis. Como Hall nos esclarece:

[...] As decodificações que você faz se dão dentro do universo de codificação, uma tenta englobar a outra. A transferência entre o momento da codificação e a decodificação é o que eu chamaria de hegemonia. Ser perfeitamente hegemônico é fazer com que cada significado que você quer comunicar seja compreendido pela audiência somente daquela maneira pretendida. Trate-se de um tipo de sonho de poder – nenhum chuveiro na tela, apenas a audiência totalmente passiva. Ora, o problema para mim é que não creio que a mensagem tenha somente um significado. Por isso, desejo apontar em uma noção de poder e estruturação no momento de codificação que, todavia, não apague todos os outros possíveis sentidos [...] o elemento da leitura preferencial se situa no ponto onde o poder atravessa o discurso, está dentro e fora da mensagem. Assim, mal se pode dizer que eles são poderosos só porque controlam os meios de produção; eles tentam se infiltrar dentro da própria mensagem, para nos dar uma pista: 'leiam-me dessa forma'. Isso é o que quero dizer com leitura preferencial. Trata-se de uma tentativa de hegemônizar a audiência que nunca é inteiramente eficaz e, usualmente, não o é (HALL, 2003, p. 366).

Vamos agora discorrer um pouco sobre a citação de Stuart Hall. Com efeito, o autor aludido aponta para as estratégias estabelecidas pelo discurso do poder que, nesse contato, se quer homogêneo. A audiência se veda a possibilidade da heterogeneidade, das diferenças. Em suma, percebemos que aqueles que têm o controle, o poder dos meios de comunicação têm o desejo, a esperança de que sua mensagem provoque aquilo que lhes interessa. Assim, observamos como o interesse político do Estado vinculava suas mensagens para uma linguagem mais acessível, tentando com que seus discursos fossem aceitos pela população. Contudo, muitas vezes, provocavam o contrário. Logo, emerge aqui um discurso popular, o qual vinha servir como meio de resistência, onde começa a se divergir, digladiar com os discursos proferidos pelos governantes acreanos, e é nesse momento que observamos nitidamente, os discursos “como armas, como instrumentos de ataque e defesa em relações de poder e de saber”, conforme afirma Michel Foucault (1977).

2.2 Discursos populares: emergem discursos de resistência na Rádio Difusora Acreana

A Rádio Difusora Acreana (RDA), assim como em outros meios de comunicação, também era “controlada” pelo Estado. Dizemos isso não por ela ser simplesmente uma Rádio estatal, mas pela censura pregada pela ditadura militar. Isso é bem nítido desde os primeiros anos desse regime na RDA, tendo como destaque um episódio ocorrido com o ex-governador Edgar Pedreira de Cerqueira Filho, que governou o Estado do Acre no período de 1964 a 1966:

O paranaense Edgar Pereira (sic) de Cerqueira Filho, que governou o então Território do Acre no período de 64 a 66, chegou ao extremo de mandar prender dois radialistas que levaram ao ar uma música romântica cantada por Waldick Soriano que [...] homenageou a primeira-dama com uma canção melosa. Verdade ou não, o fato é que o governante,

enfurecido, invadiu a rádio e destruiu, além dos discos do famoso e atrevido artista, boa parte de acervo fonográfico da Difusora (A VOZ DAS SELVAS, 1999, p. 27).

A citação acima é exemplar dos valores negativos que tanto marcaram a censura no período, como também mostra os destemperos emocionais de um governante autoritário. Em entrevista concedida pelo radialista José Francisco de Melo Filho, que trabalha na rádio desde outubro de 1962, popularmente conhecido como Zezinho Melo, ele é enfático ao relatar sobre a censura que os funcionários sofriam nos anos de “chumbo” da ditadura militar:

Aqui na Rádio, éramos visados pela Polícia Federal, não podia sair músicas de Caetano Veloso, aquela música ‘sou louco por ti América’, Chico Buarque de Holanda, Gilberto Gil, Maria Betânia, aqueles cantores daquela época, todos eles foram mal vistos pela ditadura militar e se a gente rodasse, o operador não soubesse, era chamado na polícia federal e tinha que se explicar porque rodou aquela música que estava censurada (Entrevista com ZEZINHO MELO, Rio Branco, 2012).

O relato de Zezinho Melo expõe ainda que foi a partir desse momento que a Polícia Federal passou a enviar para a rádio uma lista contendo as canções que não podiam ser tocadas. O próprio governo estadual também censurava músicas ou práticas que fossem de encontro aos interesses do Governo Militar. A entrevista de Zezinho Melo mostra que estamos no âmbito da História Oral. De acordo com Alessandro Portelli, a essencialidade do indivíduo “é salientada pelo fato de a História Oral dizer respeito a versões do passado, ou seja, à memória. Ainda que esta seja sempre moldada de diversas formas pelo meio social” (PORTELLI, 1997, p. 16). É nesse sentido que devemos entender a entrevista de Zezinho Melo, para quem:

A partir daí, a polícia militar enviou um documento à Rádio Difusora dizendo quais as músicas e cantores que não poderiam tocar aqui na Rádio Difusora Acreana. [...] O governo [Estadual] da época também, ele não deixava que tocasse esse tipo de música e ninguém falasse contra o próprio governo [...] (Entrevista com ZEZINHO MELO, Rio Branco, 2012).

A própria localização da RDA, próxima ao Palácio do Governo, já remontava desde sua fundação, a ideia de fiscalização, vigiar esse espaço para que fosse usada de acordo com seus interesses.

Assim, como nos remonta a questão do Panóptico de Jeremy Bentham retomado por Foucault, o qual o observa como um instrumento, uma ferramenta de vigilância que permite que os guardas possam vigiar eficiente e constantemente o comportamento dos encarcerados. Logo, o autor afirma que:

O Panóptico [...] permite aperfeiçoar o exercício do poder. E isto de várias maneiras: porque pode reduzir o número dos que o exercem, ao mesmo tempo que multiplica o número daqueles sobre os quais é exercido [...] Sua força é nunca intervir, é se exercer espontaneamente e sem ruído [...] Vigiar todas as dependências onde se quer manter o domínio e o controle. Mesmo quando não há realmente quem, assista do outro lado, o controle é exercido. O importante é [...] que as pessoas se encontrem presas numa situação e poder de que elas mesmas são as portadoras [...] o essencial é que elas se saibam vigiadas (FOUCAULT, 2009, p. 170).

Essa ideia “panóptica” é análoga ao pensamento expresso por Zezinho, ao dizer que “nesse reduto aqui, Difusora e Palácio, a gente era vigiado a todo momento”. Além disso, havia também as frequentes visitas à estação da RDA, e os incessantes pedidos, ou melhor, as ordens dos governantes que passaram pelo Palácio, estabelecendo o que podia e não podia fazer, dizer, dentro de seu espaço, em suas programações.

Esse controle passou a ser mais exigido, ou pelo menos, passou a ter maior rigidez a partir da ditadura militar no Brasil, com a nova política de ocupação e integração proposta e implantada por esse regime.

No Acre, essa situação não foi diferente, pois essa política trouxe para o Estado a pecuarização, ou seja, a vinda de pessoas de outros lugares do Brasil, os “paulistas”, que passaram a comprar as terras acreanas por ínfimos preços, a “preços de banana” e, com isso, começavam a desenrolar conflitos pela terra e pela preservação do meio ambiente.

A pecuarização era a idealização dos planos do governo, já que era de seu interesse a vinda de grandes empresários do centro-sul do país, pois, assim, segundo suas pretensões e sonhos, esse novo elemento político e

econômico traria ao Acre o desenvolvimento e o tão sonhado “progresso”.

Contudo, o que realmente trouxe foi o “caos”, o “banho de sangue” pelas disputas de terra entre esses empresários, com a ajuda do governo, contra os posseiros. Por isso, o que eram veiculados, os discursos políticos desse período, começaram a encontrar focos de resistência por boa parte da população acreana, fazendo com que a censura nos meios de comunicação e na cidade de Rio Branco fosse intensificada, uma vez que a repercussão com o advento da chegada dos “paulistas” foi negativa para os governantes.

Em que pese à quantidade de citações referidas nesta obra, vale lembrar aos nossos leitores que trabalhamos com manchetes de jornais e entrevistas orais e que elas se tornam partes ativas na argumentação dos pontos de acossamento e resistência ao poder nos órgãos da imprensa, objeto de nossa pesquisa. Nesse sentido, a entrevista com Zezinho é elucidada a grande repercussão causada nos anos 1970 com a chegada “dessas pessoas”. Segundo ele:

Teve uma repercussão muito grande, porque veio muita gente de fora e o acreano não era acostumado com as pessoas vindas de fora. E a partir daí teve assim receio por parte de muitos acreanos, principalmente políticos. [...] e com isso, teve em determinados momentos, conflitos, né? De seringueiros com essas pessoas que chegavam pra expulsar de suas terras [...] (Entrevista com ZEZINHO MELO, Rio Branco, 2012).

Com isso, começamos a perceber aquilo que Hall nos propõe em seu livro, *Da diáspora: identidades e mediações culturais*, onde o desejo daqueles que detêm o poder de serem compreendidos de acordo com seus interesses, ou seja, o desejo de que o significado dado às suas mensagens venha a se tornar hegemônico, não terá apenas um significado, pois a audiência, os ouvintes, as pessoas que trabalham na rádio não são assim totalmente passivas. Logo, torna-se impossível o discurso ser hegemônico, conforme já citado anteriormente. Isso é bem visível nas manifestações feitas por estudantes acreanos, seja por marchas organizadas de protesto contra o regime político em vigor, contra o abuso das passagens de ônibus na cidade de Rio Branco, seja como a tentativa de invadir a rádio e usar os microfones por conta da “tomada de partido” (já que os funcionários eram obrigados a noticiar a favor do governo, e não tocar as músicas que iam contra os interes-

ses vigentes), seja na reação contra o aparelho repressor estatal: a polícia.

Como sabemos, “a História Oral tem como matéria a memória, que pode vir à tona através de estímulos diretos, que comumente denominamos de memória voluntária” (MONTENEGRO, 2001, p. 151). É nessa acepção que descrevemos uma conversa com Nilda Dantas, em que a locutora destaca que ela e outros estudantes se reuniam dentro do colégio CERB, seu “QG”, e ela cheia de pedras em sua saia e juntamente com seus colegas começavam a jogá-las nos carros da polícia. Como também nos pequenos, porém significativos focos de resistência dentro da RDA, ou seja, na irradiação de músicas proibidas ou em manifestar suas opiniões.

Zezinho nos fala claramente que, em suas “reuniões”, conversas com seus colegas de rádio, conversas em *off*, era clara a opinião entre eles de serem totalmente contra esse regime político e a censura que era imposta no serviço de telecomunicação e a eles também, “tinha que ficar calado, acho que não só eu como outros também, porque a rádio toda vida foi do governo, então a gente ia pra rua” (Entrevista com ZEZINHO MELO, Rio Branco, 2012).

No decorrer de nossa conversa, percebemos que ele teve um certo tipo de dificuldade para se lembrar de nomes, datas, principalmente as reações por parte de seus colegas, porém não sabemos se por receio, já que ainda observamos esse controle do Estado, mesmo não estando em épocas de ditadura militar. Tal controle foi bem nítido em nossa visita à estação da RDA e nas conversas em *off* com outros radialistas, que se mostraram com certo receio, um deles chegando ao ponto de me dizer: “a ditadura ainda existe aqui, meu filho”, porém esse assunto ficará para uma outra pesquisa, em um outro momento.

Assim, como pequenos clarões na mata, ou como em noites escuras onde os vaga-lumes pontilham e cortam a escuridão, percebemos os pequenos focos de resistência que brilhavam no espaço da RDA naqueles anos de ditadura. Esses pequenos focos, antes invisíveis, começavam a se tornar visíveis nas tomadas de atitudes de seus funcionários, na defesa de suas opiniões e posições.

No Brasil, houve grande resistência por parte de pintores, teatrólogos, músicos, escritores, enfim, nas produções culturais. No Acre, não foi diferente, como destacaremos mais adiante. Como já mencionamos, havia discursos através de músicas contra a ditadura militar, como destaque as

canções que eram compostas para questionar esse regime político imposto, e tomadas, reapropriadas pelos radialistas, técnicos musicais da RDA como seus próprios discursos que iam contra os discursos dos governantes.

Zezinho Melo, ao ser questionado se era contra ou a favor da ditadura, responde prontamente e expressa sua opinião contra esse regime político imposto no Brasil, iniciado no ano de 1964 e que perdurou até meados dos anos de 1985. Ele vai além, quando diz que, apesar da alta fiscalização por parte do governo à RDA, ele e alguns de seus colegas tomavam para si esses discursos de resistência existentes nessas músicas, e ao se apropriarem delas, proferiam como seus discursos, discursos de reação, atuando contra os discursos oficiais. Assim como notamos na afirmativa que Travaglia (1997) faz, retomada aqui para enfatizar o uso da língua como ferramenta de ação e/ou reação aos interesses contraditórios. Segundo o autor, o que o indivíduo faz ao usar “a língua não é somente traduzir e exteriorizar um pensamento, ou transmitir informações a outrem, mas sim realizar ações, agir, atuar sobre o interlocutor (ouvinte/leitor)” (TRAVAGLIA, 1997, p. 27). Nas transmissões da rádio, eram comuns as práticas de apresentar as pessoas que compunham o programa, e associar a elas músicas de sua escolha, como destacou Zezinho:

Tinha determinado locutor que tinha uma música, cada um tinha uma música, por exemplo, eu anunciava: lá nos transmissores o fulano de tal [aí tocava] ‘eu sou o negro gato de arrepiar’; [...] Na técnica é fulano de tal e colocava uma música e, quando me anunciaram eu coloquei aquela música ‘soy loco por ti América’, entendeu? Aí foi que o bicho pegou, me chamaram lá entendendo se eu não sabia que era proibido rodar e eu disse: eu não sabia, mas quem é que não sabia? Todo mundo sabia, era a música que a gente tinha relação (Entrevista com ZEZINHO MELO, Rio Branco, 2012).

Como vimos, a História Oral tem como matéria a memória, e a memória do radialista Zezinho Melo faz referência a composições de Torquato Neto, Gilberto Gil e Capinan, *Soy Loco por ti, América*, em homenagem ao guerrilheiro “Che” Guevara, e foi fortemente utilizada como discurso popular contra a ditadura militar, como enfatizado em alguns trechos de uma dessas músicas:

[...] soy loco por ti américa
soy loco por ti de amores
el nombre del hombre muerto
ya no se puede quem sabe
antes que o dia arrebente
el hombre del hombre muerto
antes que a definitiva noite
se espalhe em latino América
el nombre del hombre és pueblo
soy loco por ti américa
soy loco por ti de amores
espero a manhã que cante
el nombre del hombre muerto
não sejam palavras tristes
soy loco por ti de amores
um poema ainda existe
com palmeiras com trincheiras
canções de guerra quem sabe
canções de mar hay hasta te comover [...]¹⁹.

Além dessa música, outras também foram utilizadas para a subversão do discurso dominante na RDA, músicas de Chico Buarque de Holanda como *Cálice* (1973), “[...] *Mesmo calada a boca resta o peito, silêncio na cidade não se escuta [...] Como é difícil pai, abrir a porta (cálice!). Essa palavra presa na garganta [...]*”, nessa música, segundo Morhy e Ferreira (2007), observamos bem o uso da palavra como discurso contra o poder instituído, a censura posta por tal, onde a palavra *Cálice* tem a mesma sonoridade e conotação do verbo calar (*Cale-se*), deixando clara essa analogia à censura.

Havia também a música que se tornaria um hino contra a ditadura *Pra não dizer que não falei das flores*, composta pelo cantor Geraldo Vandré no ano de 1968; essa canção ficaria popularmente conhecida como “*caminhando e cantando e seguindo a canção*”, enfim, outras músicas eram utilizadas como discurso popular, discurso de resistência pelos funcionários da RDA, mesmo com a proibição delas em sua programação.

Além dessa forma de resistência, outra também foi muito comum, a tomada de posição nos programas de noticiários da RDA por alguns radialistas contra o discurso do governo de desenvolvimento e “progresso”, no advento da pecuarização do Acre.

Os conflitos de terras desencadeados pelos “paulistas” e pelo governo

19 - “*Soy Loco por ti America*” é uma canção composta por Gilberto Gil, Torquato Neto e José Carlos Capinan, em 1966, para Caetano Veloso, que a gravou em seu primeiro disco, lançado em 1968.

também eram noticiados, mesmo sendo de uma maneira mais branda, ou até mesmo por “debaixo dos panos”, como destaca Zezinho Melo:

Eles [seringueiros] vinham aqui, passavam suas mensagens, suas correspondências, suas missivas, as cartas que eles mandavam chamavam-se missivas, denunciando o que estava acontecendo, a expulsão deles do seringal [...] Sim, anunciamos, eu, o Natal de Brito, o próprio Mota de Oliveira, trabalhava aqui com a Rádio Difusora Acreana, o Cícero Moreira, né? O Altemir Passos, que sempre foi uma pessoa íntegra, pessoa que gostava na realidade de falar, com sua própria opinião, por isso mesmo era uma das pessoas que muita gente pegava no pé (Entrevista com ZEZINHO MELO, Rio Branco, 2012).

Com essa tomada de posição contra o governo, discursos divergentes, muitas vezes, ocorreu uma maior intensificação da censura e também das punições sobre os profissionais da RDA. Zezinho é taxativo em citar nomes daqueles que foram afastados por proferir discursos contra o governo. Segundo ele:

Teve determinado colega que foi censurado por governos aí, por motivos de algumas notícias que foram dadas. Eles pensavam que era jogar de encontro o governo contra o seringueiro e o seringueiro contra os que vieram tomar a terra. [...] O Altemir Passos foi um dos afastados, o Estevão Bimbi, em determinado momento, falou algumas coisas e foi embora [...] (Entrevista com ZEZINHO MELO, Rio Branco, 2012).

Nesse período, a maioria das programações eram irradiadas ao vivo, e, por conta desses discursos contra o governo, os próprios governantes começaram a se utilizar de meios para terem um maior controle sobre as enunciações dos locutores da RDA, utilizando-se de rádio escutas, e, depois, a suspensão de programas de noticiários ao vivo e passando a utilizar o aparelho conhecido como *Rádio-censura*, o qual gravava todos os programas, que eram escutados e cortados, quando necessário, antes de irem ao ar.

A partir daí quando nós começamos a divulgar isso aí [notícias contra o governo], eles colocaram serviço de

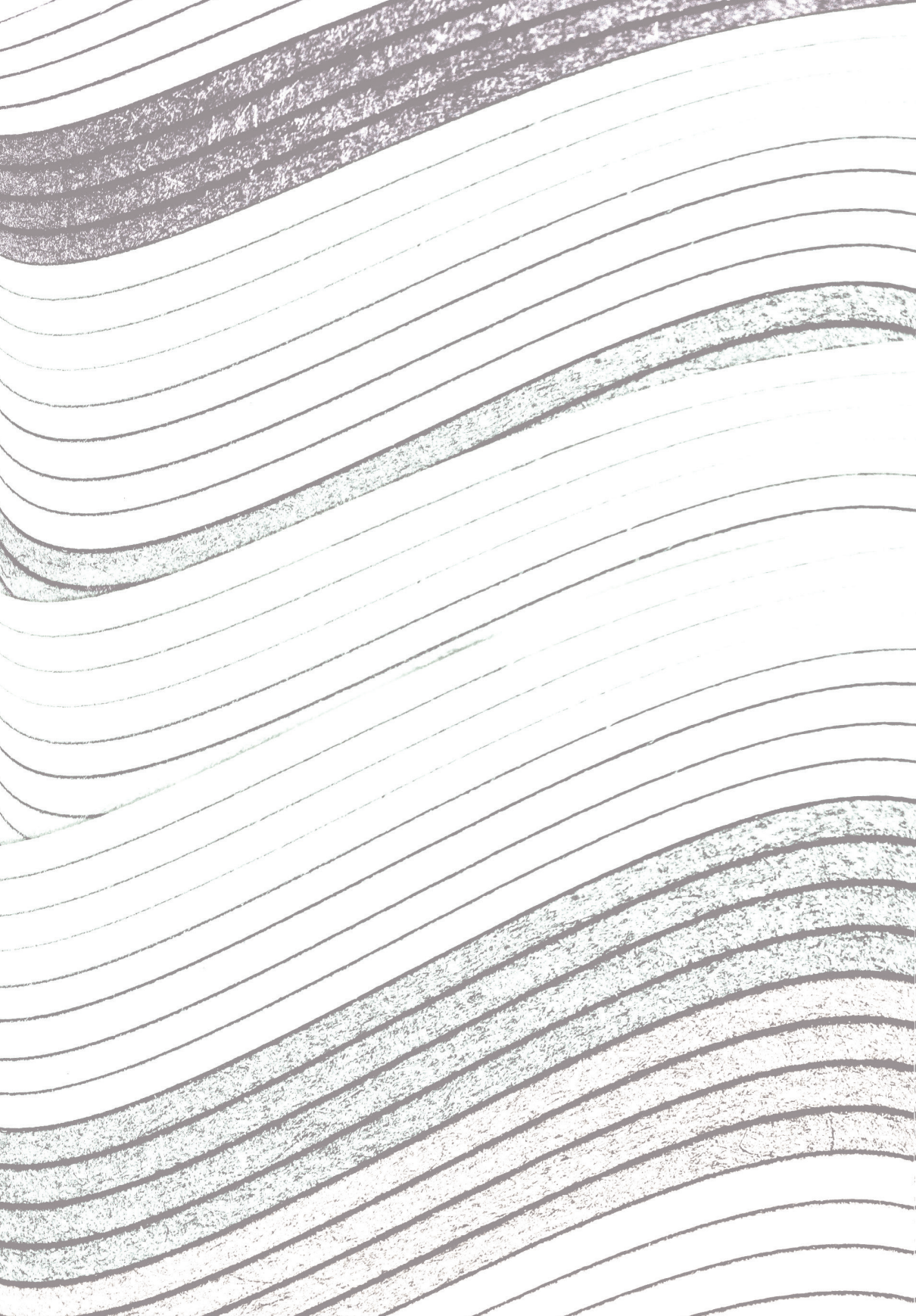
rádio-escuta, onde é o serviço de rádio do Governo, onde hoje é o Memorial [...] Tinha pessoas do governo que ficavam na escuta, tiravam do ar, chamavam, né? [...] tiravam a pessoa (Entrevista com ZEZINHO MELO, Rio Branco, 2012).



Figura 15: Equipamento de *Rádio – censura* utilizado pelos governantes acreanos nas décadas de 1970 e 1980. Fonte: Acervo pessoal do autor.

Na figura 15, observamos o equipamento utilizado para gravar os programas da RDA. Antes, os programas eram ao vivo, porém, com a tomada de posição de alguns radialistas contra os interesses dos governantes acreanos, os programas passaram a ser gravados por tal equipamento e depois escutados e avaliados pelo governo, e, se fossem aprovados, iam ao ar, senão eram cortados da programação.

Dando continuidade à nossa conversa, Zezinho muda sua expressão tensa para uma expressão facial mais branda, calma, sentimentos de alívio que deixava transparecer. Zezinho Melo então finaliza a nossa conversa com essas palavras: “Não passe pelo que nós passamos aqui”. Palavras de quem sofreu muito com a censura, e que guardou em sua memória resquícios e detalhes relevantes, ainda que fragmentados, dos processos difíceis da ditadura militar no âmbito da radiodifusão acreana.



- CAPÍTULO 3 -

DISCURSOS DE RESISTÊNCIA NO JORNAL VARADOURO E NAS OUTRAS MÍDIAS

Para as ciências humanas e a epistemologia, a consideração da especificidade das tecnologias intelectuais permite configurar, de maneira mais exata, a sua mediação nos processos sociais, históricos e culturais... E por outro lado, ao se debruçarem sobre a prática, podem abrir caminhos para superar seu próprio confinamento e conquistar uma participação mais significativa na construção social da realidade. Eduardo Medisch, *O rádio na era da informação - teoria e técnica do novo radiojornalismo*, 2007.

3.1 Reação e/ou contrarreação: emergem discursos de resistência no jornal *Varadouro*

Iniciamos este terceiro capítulo com uma indagação: como articular as discussões sobre as mídias, dentre elas a RDA, com o jornal *Varadouro*, o cinema e as artes visuais produzidas entre os anos 1971 e 1981? Ideologicamente, seguindo o pensamento bakhtiniano, todos dialogam, tendo em vista a elaboração de resistência a um poder estabelecido. Embora expressos através de linguagens distintas, o *Varadouro* combate através da informação aos leitores – e com a utilização de charges, a corrupção na sociedade. Por sua vez, o cinema também centra sua atenção na crítica à chegada dos “paulistas” que se apossam das terras, afugentando os trabalhadores da floresta para áreas insalubres no entorno das cidades acreanas, formando os conhecidos “cinturões de miséria”. Nas artes visuais, sobretudo através de Hélio Melo²⁰, encontramos também crítica ferrenha à invasão dos “suliistas” ou “paulistas”, e o consequente “deslocamento” violento dos habitantes das florestas amazônicas, resultando em violências diversas – todas elas envolvidas pelo pensamento libertário da Teologia da Libertação, em menor ou maior escala.

Outro meio de comunicação que ganhou contornos de resistências aos discursos proferidos pelos governos Federal e Estadual, de 1977 a 1981, foi o jornal *Varadouro*. O jornal nasceu no ano de 1977 por iniciativa da Igreja Católica do Acre. No entanto, merece destaque a existência do boletim *Nós Irmãos* que antecedeu ao jornal *Varadouro*. Há que se evidenciar, segundo Costa Sobrinho (2000), que a Igreja Católica, na figura da Prelazia do Acre e Purus financiou a fundação do jornal *Varadouro*, com o intuito de “desmascarar”, de denunciar a realidade imposta pela classe dominante aos mais “pobres”: seringueiros, índios e colonos.

É relevante verificar aqui o papel que a igreja desenvolve: ao mesmo tempo em que se preocupa com a “cura” espiritual dos fiéis, trata de estabelecer um “canal” de reflexão e esclarecimento das consciências em relação à classe dominante. Segundo Foucault, em seu livro *Microfísica do Poder* (1979), o exemplo

20 - Arte e ofício: exercícios de leitura na pintura de Hélio Melo.

aqui referido mostra que todo saber assegura o exercício de um poder.

De acordo com Costa Sobrinho (2000), a Prelazia do Acre e Purus pregava a Teologia da Libertação, uma corrente marxista na igreja, que tinha como escolha a defesa aos pobres, povo anegado pelo novo segmento ou elemento político e econômico adotado pelo governo acreano no início da década de 1970: a pecuária. E esse povo anegado teve sua mobilização e representação nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs²¹):

Surgiu (a idéia de fundar o jornal) em decorrência do momento que o Acre vivia. No começo dos anos 70, a revoada de jacus chegando. A imprensa aqui era “*O Rio Branco*” feito com notícias que eram mandadas pela elite, não tinha repórter. Não havia preocupação de ver o que acontecia no Estado. Estava acontecendo muita coisa que só veio aparecer com o *Varadouro*. Era como se não tivesse conflito aqui. Mas já havia expulsão, desmatamento, desde o comecinho dos anos setenta. Em 75 foi que a gente começou atuar aqui, quando se formavam grupos da igreja, da universidade, e o grupo que queria o jornal (PORTELA, 2009)²².

Dessa forma, observamos o caráter de oposição que o jornal trazia em sua origem, uma forma “escancarada” e determinante de se opor aos grandes fazendeiros, ao governo e as oligarquias acreanas, de denunciar os conflitos pela posse de terra, o desmatamento, a expulsão dos “povos da floresta”, enfim, fazer uma nova representação da realidade acreana, “rejeitada” pelos demais meios de comunicação, em destaque o jornal *O Rio Branco*.

Segundo Portela (2009), o *Varadouro* trouxe consigo uma maneira nova de representação, não no prisma da classe dominante em vigor, das oligarquias locais e dos mais “poderosos”, mas sim no prisma daqueles que eram “excluídos”, “destrerrados” dos interesses sociais do Estado do Acre: os seringueiros, índios e colonos.

A partir deste ponto de nosso trabalho, trazemos algumas charges que tematizam a relação assimétrica entre os “poderosos” e os “excluídos”. O que é

21 - Comunidades Eclesiais de Base, grupo iniciado a partir da experiência da Igreja católica, entre o entendimento do Bispo D. Giocondo Grotti e o Padre Manuel Pacífico, na cidade de Rio Branco e distrito Quinari, na década de 1970. Indicamos, ainda, a título de aprofundamento e maior esclarecimento sobre as CEBs no Acre, a dissertação de autoria de Nilson Moura Leite Mourão, intitulada *A prática educativa das CEBs: popular e transformadora ou clerical e conservadora?* São Paulo: PUC-SP, 1988.

22 - Entrevista concedida pelo jornalista Elson Martins a Michelle da Costa Portela, Rio Branco, 24/06/2006, em decorrência da produção de sua dissertação de mestrado intitulada *Varadouro – um Jornal das Selvas: um estudo sobre a vida no alternativo*. Manaus, 2009.

a charge? Segundo Cagnin, “[é um] desenho que se refere a fatos acontecidos em que agem pessoas reais, em geral conhecidas, com o propósito de denunciar, criticar e satirizar” (CAGNIN, s/d, s/n), tem fundamento nas relações de poder estabelecidas em determinada sociedade. Em nosso trabalho apresentamos algumas charges que tratam do contexto histórico e social em que o Acre estava imerso no período compreendido entre os anos 1971 e 1981.



Figura 16: Charge retirada do jornal *Varadouro*, março de 1980, nº 18, p. 14.

Nessa charge, retirada do jornal *Varadouro*, verificamos uma forma de representação dos maus tratos e das humilhações sofridas pelos índios acreanos, vistos como escravos, como intrusos que se infiltraram num lugar que a eles não pertencia: a cidade. Importa verificar aqui, na acepção bakhtiniana,

que “o sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto” (BAKHTIN, 1995, p. 106). Logo, verifica-se que o jornal *Varadouro*, através de suas manchetes, figuras, e charges, utiliza-se dessa linguagem para mostrar a realidade de acordo com a visão ideológica de seus redatores e produtores.

Entretanto, esses mesmos índios foram expulsos do seu espaço, do seu lugar, tanto pelos seringalistas no final do século XIX e início do século XX, quanto pelos pecuaristas na década de 1970, quando, não foram feitos “trabalhadores” nesses sistemas econômicos que vigoraram no Acre. A charge, acima destacada, denuncia as desigualdades sociais vigentes que, conforme Dominguez (falando em outro contexto),

As charges permitem uma visão de um tempo, as indignações, ameaças, riscos e esperanças desse tempo. Elas não são unívocas ou caminham nas mesmas direções: apontam a existência de fatos, diálogos, estratégias, interesses e lutas em uma dada conjuntura. Se não interferem diretamente sobre os eventos observados e as ações humanas, ao menos comentam esses eventos e ações (DOMINGUEZ, 2012, p. 67).

Num período em que os conflitos sociais por domínio de terras, por um novo elemento político e econômico e, conseqüentemente, uma “nova” classe emergente que vigorava no Acre, as oligarquias agropecuárias, que entram em cena, nesse palco de conflitos cheios de interesses comuns (o monopólio das terras acreanas e o enriquecimento fácil), que o jornal *Varadouro* passa a assumir esse papel de produzir contra discursos, discursos de resistência contra outras mídias controladas pelo governo, que vinculavam os seus interesses e desejos.

Via-se o uso dos meios de comunicação existentes no Estado, antes do boletim *Nós Irmãos* e do jornal *Varadouro*, a favor dos mais ricos, noticiando seus interesses e o ideal de “progresso” para o Acre. Entretanto, segundo Portela (2009) e Costa Sobrinho (2000), foi com a chegada do *Varadouro* que começou a noticiar, a confrontar as outras mídias de propriedade das oligarquias acreanas, a mostrar outra representação da realidade, com a expulsão dos seringueiros e índios de suas terras e a pobreza que se consolidava no Acre. Esse foi o papel que o *Varadouro* inseriu naquele momento, conforme podemos observar na carta de apresentação aos seus leitores, abaixo destacada:

Este modo de encarar a realidade permite inclusive que cultivemos alguns propósitos e ambições, *Varadouro*, como o nome sugere, propõe-se contar o momento histórico atual do Acre e de sua gente. No auge das 'folias do látex', que aconteceram nesta parte da Amazônia Ocidental, existiram dezenas de jornais. O Acre, atualmente, restringindo uma expressão do nosso amigo e entrevistado Márcio Souza, recebe uma segunda "patada" histórica e reclama da consciência do jornalista o registro dos fatos, mas principalmente das conseqüências desse processo. *Varadouro* é, pois, um dever de consciência de quem acredita no papel do jornalista. É propositadamente feito aqui na 'terra'. Sai, portanto, de uma forma rude, 'cabocla', sem técnica, cheio de limitações e gerado pela necessidade de colocar em discussão os problemas de nossa região, do nosso tempo e, principalmente, de nossa gente [...] achamos que vale a pena assumi-la, porque acreditamos que o homem acreano e o da Amazônia em geral merecem muito mais do que simplesmente o 'berro do boi' [...] (Jornal VARADOURO, maio de 1977, p. 2).

O *Varadouro* surge, portanto, como instrumento que instituiu ao povo o debate sobre um novo segmento político e econômico no Estado, política adotada pelos governantes em relação à terra e com a introdução ampla da pecuária, que tão longe passou daqueles discursos de desenvolvimento e "progresso" que traria. Pelo contrário, trouxe a opressão, a violência, o caos para o povo acreano, em destaque, seringueiros, colonos e índios.

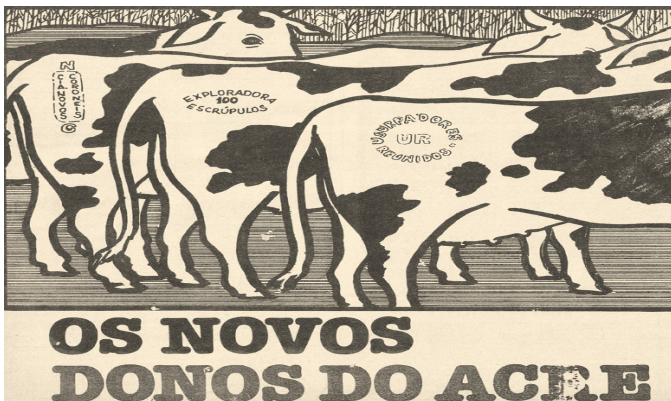


Figura 17: Charge extraída do jornal *Varadouro*, maio de 1980, nº 19, p. 1.

Essa charge elabora a representação do processo de pecuarização e os interesses inescrupulosos dos grandes empresários vindos do centro-sul do país, que resultou na expulsão dos colonos, índios e seringueiros de suas terras para a cidade, aumentando os índices de precarização de vida. O chargista utiliza expressões de forma bombástica chamando a atenção do leitor para o surgimento de uma classe dominante, formada agora pelos “coronéis” da agropecuária. Daí certo tom panfletário marcado nos corpos das vacas: “Cia novos Coronéis”; “Exploradora 100 Escrúpulos” e “Usurpadores Reunidos”.

Isto comprova, na acepção bakhtiniana, que as charges aqui destacadas atuam como “signos [que] só emergem, decididamente, do processo de interação entre uma consciência individual e uma outra” (BAKHTIN, 1995, p. 34), aqui no caso, a sociedade.

Essa estratégia discursiva coaduna-se com os interesses do jornal *Varadouro* em combater essa “desinformação” dos demais jornais locais, conforme afirma Portela (2009):

A argumentação de fundação do *Varadouro* elucida que estes jornais, integrantes de grupos comerciais amplos e normalmente com investimentos em pecuária, cumpriam o papel de encenadores da realidade social e política, internos e externos, do Acre e acabavam por deformá-la. A visão de Acre que ofereciam era polida, conforme o interesse de uma classe social, fabricando coletivamente representações sociais que, mesmo estando afastadas da realidade, perduravam (PORTELA, 2009, p. 30).

Dessa forma, o *Varadouro* veio denunciar a opressão, o “derramamento de sangue” em que o Acre estava imerso, a favor dos mais humildes, contra os mais “ricos” que contavam com a colaboração dos meios de comunicação. Veio ser o lugar, a voz de um discurso popular, discurso de resistência, como o próprio redator do jornal afirmou em entrevista:

O jornal tinha a função e o dever moral, porque era para isso que ele existia, de denunciar os crimes praticados contra os seringueiros, os índios, os agricultores, de um modo geral, das pessoas que sempre moraram na floresta e que naquele momento enfrentavam uma violência nunca antes vista, nunca imaginada por eles. Um homem da floresta era capaz de enfrentar uma onça, mas a agressão que ele sofria por parte dos

fazendeiros era tão indigna que ele não resistia à humilhação. No *Varadouro*, fizemos a opção por apoiar essas pessoas, que nós respeitávamos profundamente, na resistência iniciada a partir da influência da Igreja e da Conab. O *Varadouro* era a voz dessa resistência e, com o tempo, passou a ser instrumento de luta do movimento social (PORTELA, 2009).



Figura 18: Charge retirada do jornal *Varadouro*, setembro de 1978, nº 12, p. 7.

A charge apresentada na figura 18 elabora uma representação crítica da justiça no Brasil. Nela, uma mulher com os olhos vendados simboliza a desigualdade da justiça no Acre. A balança que ela porta na mão direita pesa mais para o lado de quem tem dinheiro, das elites oligárquicas do Estado do Acre. Notamos ainda que a venda da justiça está tapando somente um olho, ou seja, que a justiça está olhando, quando julga a favor dos grandes fazendeiros, da elite no Acre. Gesto significativo, ele serve para comprovar, conforme nos diz Mikhail Bakhtin, que “nenhum signo cultural, quando compreendido e dotado de um sentido, permanece isolado: torna-se parte

da unidade da consciência verbalmente constituída. A consciência tem o poder de abordá-lo verbalmente” (BAKHTIN, 1995, p. 38), ou imagetivamente.

Já na entrevista de Elson Martins, um dos redatores do jornal *Varadouro*, verificamos o conteúdo marcadamente ideológico assumido, que se colocava na defesa dos povos anegados e na condição de resistência ao poder das elites instituídas no Estado.

Nesse sentido é que o *Varadouro*, também conhecido como *Jornal das Selvas*, foi atuante num período de cinco anos no Estado do Acre, de maio de 1977 a dezembro de 1981, tendo vinte e quatro edições publicadas. Tornou-se logo um instrumento de resistência através de seus discursos populares, seus contra discursos, discursos estes que iam de encontro aos discursos pregados pela classe dominante, os “ricos” empresários e os “chefes” políticos. Como podemos notar nos títulos das principais manchetes contidos nas capas dos jornais, abordando a violência, a questão indígena, a crítica aos governantes, a corrupção, a questão ambiental, lutas pela posse da terra, a expulsão dos seringueiros, colonos e índios de suas terras pelos “novos donos do Acre”, o auxílio de órgãos do governo, como a polícia aos grandes empresários do centro-sul do país, entre outros temas:

Edição nº 1 - maio de 1977 “Índios do Acre”.

Edição nº 2 - junho de 1977 “O Acre nos jornais velhos...”.

Edição nº 3 - agosto de 1977 “Terra, a briga para ser dono”.

Edição nº 4 - setembro de 1977 “Centenário de migração nordestina para o Acre”.

Edição nº 5 - novembro de 1977 “Caeté, onde se vive apenas 20 anos”.

Edição nº 6 - dezembro de 1977 “Prostituição – Acre”.

Edição nº 7 - fevereiro de 1978 “Nóis queria um governador que olhasse pra nossa miséria”.

Edição nº 8 - março de 1978 “Amazônia ameaçada”.

Edição nº 9 - maio de 1978 “Índio sabe falar sim.”

Edição nº 10 - junho de 1978 “Trabalhadores, se a gente se unir numa boca só”.

Edição nº 11 - agosto de 1978 “Lavadeiras: as patroas vão ter de pagar mais”.

Edição nº 12 - setembro de 1978 “A quem serve a justiça acreana”.

Edição nº 13 - dezembro de 1978 “MDB ganha mas não leva”.

Edição nº 14 - março de 1979 “O Acre corre sérios riscos”.

Edição nº 15 - junho de 1979 “Os seringueiros precisam gritar bem alto e todos juntos”.

Edição nº 16 - outubro de 1979 “O grande mutirão contra a jagunçada”.

Edição nº 17 - dezembro de 1979 “Um retrato do Acre”.

Edição nº 18 - março de 1980 “Violência está aumentando no Acre”.

Edição nº 19 - maio de 1980 “Os novos donos do Acre”.

Edição nº 20 - abril de 1981 “Bairro João Eduardo”.

Edição nº 21 - maio de 1981 “Panela no fogo, barriga vazia”.

Edição nº 22 - junho/julho de 1981 “Seringueiro defende seu chão”.

Edição nº 23 - agosto/setembro de 1981 “Onde há terra para viver?”.

Edição nº 24 - dezembro de 1981 “Maconha: ilusão ou busca”.



Figura 19: Charge retirada do jornal *Varadouro*, maio de 1980, nº 19, p. 10.

A charge, na figura 19, além de fazer uma representação crítica dos processos de corrupção que vigoravam no período, elabora a denúncia ao uso de setores do governo e a corrupção instaurada por funcionários, nesse caso, por parte do Banacre (Banco do Acre) e seus funcionários, que financiavam, facilitavam o crédito aos “paulistas” no Acre.

Em algumas de suas manchetes e charges espalhadas pelas vinte e quatro edições, podemos notar claramente os discursos de resistência que ecoavam dentro do jornal, que iam ao embate com os discursos das oligarquias acreanas, denunciando a violência, a exploração, tornando o invisível em visível, ou seja, segundo Portela (2009), trazendo uma amostragem da realidade acreana não vinculada, não revelada pelos demais meios de comunicação, que eram controlados pela classe dominante no poder, numa clara demonstração de que “cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso na comunicação sócio-ideológica” (BAKHTIN, 1995, p. 43), como nos esclarece Bakhtin.



Figura 20: Charge retirada do jornal *Varadouro*, dezembro de 1979, nº 17, p. 19.

A charge, constante na figura 20, destaca ao modo de representação um importante organismo repressor do Estado: a polícia. Nela, a polícia, com toda a sua violência, ataca aparentemente sem razão, um homem de bolsos vazios e descalços, símbolo da pobreza, ao invés de atacar e punir os sujeitos envolvidos nos atos de corrupção que grassavam no interior do próprio governo.

A charge em destaque nos leva a crer, como diz Althusser, que o papel do aparelho repressivo do Estado “consiste essencialmente, como aparelho repressivo, em garantir pela força (física ou não), as condições políticas da reprodução das relações de produção, que são, em última instância relações de exploração” (ALTHUSSER, 1985, p. 74).

Na acepção acima destacada, percebemos que o jornal *Varadouro* cumpriu o seu papel de resistência, de vinculação dos discursos populares, mostrando uma nova representação da realidade da região, os problemas sociais causados pela pecuarização no Estado do Acre e desmascarando os discursos dos governantes, mostrando que o tão sonhado desenvolvimento e “progresso”, pregado pelos governantes, não passavam de delírios, e, na verdade, trouxeram o inverso: miséria, violência para um povo já tão sofrido, castigado. Porém, que soube reagir, abrir passagem e tornar-se assim notabilizado, visível, ganhando o direito de falar, de produzir seus discursos, de manifestá-los, ganhando o seu espaço.

3.2 A produção de discursos de resistência em outras mídias da cidade de Rio Branco

No cinema

Outra mídia cultural local que colocou em prática os discursos de resistência foi o cinema, e em destaque aqui o grupo de “jovens cineas-

tas”²³ de Rio Branco, que propuseram mostrar a realidade, ou melhor, o contexto social e econômico em que o Acre vivia em épocas de ditadura militar.

O cinema, ou melhor, o filme, assim como observou Ferro (1992) traz consigo significados que vão além do cinematográfico. Além da arte, ele traz em si o contexto sócio-histórico de sua abordagem, o qual se integra ao mundo que lhe rodeia, como ele mesmo define:

O filme aqui não está sendo considerado do ponto de vista semiológico. Também não se trata de estética ou de história do cinema. Ele está sendo observado não como uma obra de arte, mas sim como um produto, uma imagem-objeto, cujas significações não são somente cinematográficas. Ele não vale somente por aquilo que testemunha, mas também pela abordagem sócio-histórica que autoriza [...] e a crítica também não se limita ao filme, ela se integra ao mundo que o rodeia e com o qual se comunica, necessariamente (FERRO, 1992, p. 87).

E esse caráter foi assimilado pelos “jovens cineastas” acreanos que, segundo Costa Júnior (2010), participavam dos grupos da Igreja Católica, as CBEs (Comunidades Eclesiais de Base), onde nessas Comunidades puderam ter experiências religiosas, experiências sociais, as quais lhes proporcionaram a assimilação das lutas, dos conflitos em que Rio Branco e o restante do Acre estavam mergulhados por conta desse novo segmento político e econômico proposto pelo governo do Estado e o governo Militar: a pecuária. Assim como afirma o próprio autor: “foi na Comunidade de Base que começa a definir-se o papel daqueles jovens nos conflitos que estavam se desenhando na capital, [...] as posições que cada um podia e deveria desempenhar” (COSTA JÚNIOR, 2010, p. 48).

Ainda segundo Costa Júnior (2010), foi nesse momento, influenciados pelos debates propostos pelas CEBs e pelos sucessos das novelas radiofônicas da década de 1960 e início dos anos de 1970, que quatro jovens, em seu início, Antônio Evangelista de Araújo, conhecido no mundo

23 - Essa terminologia foi utilizada pelo historiador Hélio Moreira da Costa Júnior, em seu livro *Acre(anos) de cinema: uma história quadro-a-quadro de jovens cineastas (1972-1982)*, como analogia aos jovens da cidade de Rio Branco, com faixa etária entre 12 a 17 anos, que idealizaram seus sonhos de produzirem seus próprios filmes, influenciados por um livro chamado “O Jovem Cineasta”.

artístico como Tonivan, Raimundo Ferreira, Ozenira Brito e Teixeira do Acre, nome artístico de João Batista de Assunção Marques, decidem, nesse primeiro instante, produzir novelas radiofônicas. Entretanto, os obstáculos encontrados suplantaram o sonho daqueles jovens em realizar o seu intento. Como o próprio autor assevera:

[...] A idéia de fazer novela radiofônica parecia improvável, já que comprar um gravador de melhor qualidade era impraticável e somente se poderia gravar na rádio, mediante pagamento pelo horário de gravação no estúdio. O preço do estúdio era muito elevado e, além do mais, devido à pouca idade dos idealizadores, nenhuma empresa levava a sério as pretensões dos meninos, cujas idades oscilavam entre 12 e 17 anos de idade (COSTA JÚNIOR, 2010, p. 45).

Porém, mesmo diante desse fato, estes jovens não desanimaram em realizar seu intento, mesmo que fosse em outra “área” artística e cultural, e como já dizia o poeta, “sonho que se sonha junto é realidade”²⁴. Logo, aqueles jovens idealizam seu sonho comum: fazer cinema.

Então, “no dia 16 de março de 1973, no salão paroquial da antiga igreja de São Sebastião, às 16 horas de uma tarde chuvosa” (COSTA JÚNIOR, 2010, p. 51), surgia à concretização de um sonho: a formação do Grupo ECAJA FILMES²⁵, como afirmou João Batista em entrevista concedida ao historiador Hélio Moreira:

O nome quem deu foi o Antônio Dourado né, que já faleceu aos 47 anos de idade. Mas ele era também um entusiasta, era um jovem da época e foi ele quem deu o nome. O ECAJA FILMES significa então: Estúdio Cinematográfico Amador de Jovens Acreanos. É porque todo mundo saiu depois da reunião com a incumbência de tirar um nome pro grupo, já era um grupo na época. Isso em 73, [...] o grupo tava montado e não tava inaugurado. Em 72, nós, já fazíamos novelas radiofônicas e os filmes começavam. [...] Então nós saímos de uma reunião com a incumbência de trazer um nome pro grupo, aí quando o

24 - Frase divulgada na canção *Prelúdio*, de Raul Seixas. Porém, sua autoria é atribuída a outros autores como John Lennon etc.

25 - Estúdio Cinematográfico Amador de Jovens Acreanos.

Dourado chegou à reunião. Todo mundo trouxe os nomes e tudo, e foi quando o Dourado lançou a idéia do ECAJA FILMES (COSTA JÚNIOR, 2010, p. 52-53).

Entretanto, como pontua Costa Júnior (2010), a dificuldade de se fazer cinema no Acre era grande, já que cinema não era barato, ainda mais para jovens com pouca idade e sem muito recurso financeiro, contudo o esforço desse grupo foi gigantesco para a idealização de produzir filmes no Estado, como eles mesmos denominaram, “*cinema de gente humilde, de pé no chão*”.

Olha... Eu lavava carro, eu vendia banana e eu trabalhava aqui também na construção de casas aqui; nessa COHAB, como auxiliar de pedreiro. Eu fazia isso tudo pelo cinema e, nas horas à noite, estudava, né? [...] O Markizio era pedreiro, já tinha trabalhado fazendo papel no ‘Fracassou meu casamento’. O Raimundo Ferreira era assim aquele cara que já trabalhava ali pela biblioteca, já tinha um galho ali na Universidade, mexia com a biblioteca da Universidade. O Tonivan trabalhava fazendo tijolo com o pai dele, né? Na olaria do velho pai dele. Ozenira era desempregada. O Doriam do “Fracassou meu casamento” era do exército. O Teixeira era desempregado fazia essas coisas assim também, batia tijolo, fazia pão, era padeiro (COSTA JÚNIOR, 2010, p. 60-61).

Costa Júnior (2010) destaca, ainda, que outro empecilho atravessaria a trajetória daqueles “jovens cineastas”, a ditadura militar, e seu primeiro filme fora apreendido pela Polícia Federal.

Então fizemos o filme. Aí fomos exhibir em Brasília, no dia 03 de julho de 1973, era aniversário de Brasília. [...] Quando chegamos lá, aí exibimos o filme e muita gente, a cidade toda tava assistindo. Era coisa de cinco, seis mil pessoas. Quer dizer colocamos uma tela bem alta em cima de uma mesa, colocamos o banco lá [...] aí toda a população assistindo foi uma maravilha [...] daí outro dia pegamos o carro de volta e a Polícia Federal fez uma abordagem na estrada e perguntou de quem era o filme e tudo. Nós dissemos, ‘o filme é nosso. – cadê o certificado de censura? – Cadê o registro não sei do quê? – Cadê isso? – Cadê aquilo?’ Não tinha nada. O resultado: prenderam

o filme que ficou dez anos no Departamento de Polícia Federal preso (COSTA JÚNIOR, 2010, p. 81-82).

É exatamente nesse momento que a resistência eclode no ECAJA FILMES, surgindo discursos populares contra o Governo Militar, contra o novo elemento político e econômico, introduzido no Acre por seus governantes: a pecuária.

Vemos nitidamente essa resistência na produção do segundo filme, *Rosinha a Rainha do Sertão*, produzido no ano de 1974, que retratava aquele momento difícil que o Acre vivenciava. Assim como afirmou Costa Júnior, em seu livro, o segundo filme “proposto por João Batista, se transformaria em clássico do cinema acreano [...] seria um enredo que abordaria o assunto dominante na cidade naquele tempo: a chegada dos chamados ‘paulistas’” (COSTA JÚNIOR, 2010, p. 79).

O grupo ECAJA FILMES passava dessa forma a vivenciar e “experimentar novas dimensões do social e do político” (COSTA JÚNIOR, 2010, p. 81). Assim, no seu segundo filme, observamos nitidamente uma produção de um contra discurso, discurso de reação e resistência ao discurso do Estado. Para compreendermos melhor essa resistência, basta apenas lançar o olhar sobre a sinopse do filme:

Rosinha, a Rainha do Sertão.

No início da década de 70, o Acre experimentava os sintomas iniciais de uma nova ordem econômica e social, com a chegada de ‘suliistas’ atraídos pela oferta de terras que comprariam por quase nada, para implantar a pecuária. Rosinha e seu pai, o coronel Tenório, vivem o drama desse choque cultural, tendo como pivô os suliistas Rogério e Ribamar que envolvem Rosinha como álibi para Rogério herdar as terras do coronel. Rosinha descobre a trama, rompe o noivado com Rogério e volta ao sertão para casar-se com João, seu ex-noivo, no meio de uma sucessão de brigas corporais, provocadas por Rogério e Ribamar (COSTA JÚNIOR, 2010, p. 137-138).

O filme *Rosinha, a Rainha do Sertão*²⁶, foi um longa-metragem produzido pelo *Ecaja Filmes*, no ano de 1974, com direção e roteiro de João Batista. Nele, observa-se nitidamente, um cunho ideológico de seus produtores, logo, a produção de um discurso de resistência à chegada dos “paulistas” no Acre, aos devaneios de “progresso” e desenvolvimento do Acre, delirados pelos seus governantes.

Em entrevista concedida ao historiador Hélio Moreira da Costa Júnior, um dos representantes do ECAJA FILMES descreve e elucida a intenção do filme, que tomou a si esse discurso de aversão, de resistência, um contra discurso.

[Queriam] mudar os costumes do povo daqui, né? Numa linguagem diferente, procedimento diferente, forma de se relacionar diferente, forma de ver o mundo diferente; ‘nego passado na casca do alho’ e chega no Acre. Aqui, que só tinha gente pacata, nordestino, todos os costumes aqui giravam em torno do forró, da música nordestina, debochada, popular, entende? E o povo vivia assim... Fazendo festa, fogueira de São João, era uma população bem anordestinada, né? E quando esses suliistas chegaram foi assim derrubando a mata. Aí começou a matança de índio, a matança de posseiro e começou a haver conflito. [...] Teixeira quis fazer um filme aonde chegava os suliistas pra comprar terra e enganava os acreanos. Os suliistas enganavam os acreanos, botavam os acreanos no bolso. Era os espertos, na realidade era assim mesmo, né? E ele quis fazer um filme que retratasse isso, né. Os caras vindo comprar terra, mas aí ele botou que tinha um coronel que não vendia terra pra ninguém, né? A idéia na cabeça dele é que o acreano não devia vender terra, então ela botou esse coronel. Não o coronel não vende as terras, bota os suliistas pra correr. Ele queria passar essa ideia (COSTA JÚNIOR, 2010, p. 89).

Fazendo uma análise de algumas cenas do próprio filme, observamos nitidamente os discursos dos “jovens cineastas” que, de acordo com

26 - Produção Ecaja Filmes, ano de 1974, em Rio Branco. Argumentação, roteiro, montagem e direção: João Batista; câmeras: Raynato Silva, João Batista e Adalberto Queiroz; diretor fotográfico: Adalberto Queiroz. Elenco do filme: João Batista, Joracilda Gomes, Adalberto Queiroz, Markísio Lima, Raimundo Ferreira, Capixaba, Maria Brito, Maria Rita, Acirema Marquez, Avelino Acióle, Ana Maria, Graça Queiroz. Participação especial: Raimunda Bessa.

a acepção bakhtiniana, eram discursos influenciados pelo seu cotidiano, pelo contexto histórico e social em que estavam inseridos, logo, influenciados pela ideologia da Igreja Católica e de sua Teologia da Libertação, na figura das CEBs, contrária aos conflitos de terras e a violência causada por esse novo segmento político e econômico adotado pelos governantes acreanos.

Dessa forma, os discursos presentes reagiam contra a figura do “paulista” na região acreana, na época enfocada do nosso trabalho. De como eles vinham atraídos pela facilidade da aquisição da terra, como zombavam do modo de vida dos acreanos, dos seus costumes e tradições e como atribuíam uma imagem de atraso ao Acre.

Rogério (um “paulista”) fala: – Esta região já se toca música nordestina? A rádio daqui só toca isso? Ao que Ribamar (outro “paulista”) responde: – Parece né, tchê! [...] (Em outra cena) Rogério Fala: – Dizem que é muito fácil comprar terras no Acre, mas o único jornal que tem na capital não tem classificados, tchê! [...] É um absurdo (COSTA JÚNIOR, 2010, p. 88).

Portanto, observamos que a arte, aqui representada pelo cinema, trouxe em si as marcas de discursos populares de resistência em contraposição aos discursos dominantes que pairavam nos “céus” de Rio Branco e que tinham espaço garantido na maioria dos meios de comunicação (controlados pelo Estado). Não obstante, houve outros discursos de resistência “pairando” nos ares de Rio Branco, fazendo oposição ao discurso do Estado na década de 1970, refletidos em outras mídias culturais locais e campos artísticos como no campo *musical*, em destaque a música de Pia Vila e Terri Vale Aquino, *Padim Sebastião*, composta em 1976:

Padim Sebastião da colônia cinco mil
Do Santo Daime e da Santa Maria
Em corrente com Antônio Conselheiro
Está anunciado que o Acre
Vai virar pasto de boi

E que o Acre já virou pasto de boi
E quanto ouvi falar dos seringueiros sem terra
É sinal de guerra em todo lugar

E quando ouvi falar de índio sem terra
É sinal de guerra em todo lugar

O parafuso tá arrojando e a porca vai estrompar
O capeta anda solto por aqui
São os sulistas capitalistas de berro de boi
Estão expulsando os homens da colocação
E berra boi

O Acre já virou ou vai virá pasto de boi
De berro de boi, e berra boi.

Nesta música, notamos nitidamente, de acordo com a teoria bakhtiniana já citada anteriormente, e retomada aqui para enfatizarmos que o “o sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto” (BAKHTIN, 1995, p. 106). Logo, os compositores desta música, assim como os “jovens cineastas”, estavam inseridos num contexto histórico e social específico, a pecuarização do Estado. E viam todos os problemas e as consequências desastrosas que ela trouxe para a população acreana, tais como: a violência, assassinatos, expulsão dos seringueiros e índios de suas terras e a degradação ambiental, ocasionada pela queimada e derrubada de árvores para a formação de pastagens para o gado.

No *teatro*, não foi diferente, houve grupos teatrais, peças que introduziam o seu discurso de resistência contra o desmatamento, a expulsão dos seringueiros, índios e colonos mediante a pecuarização do Acre. E isto é bem observado na leitura dos jornais da época, como o jornal *Varadouro*, de maio de 1981, que em sua reportagem já anunciava *Resistência do Povo em peça teatral*:

O grupo Sacy e a Cia 4º Fuso se uniram para mais um grito de alerta contra a invasão imperialista (externa e interna) que assola e ameaça a Amazônia. Buscando um maior eco, o grito tomou forma de um trabalho teatral [...] O tema da peça versa sobre a resistência de um povo para sobreviver no campo e na fábrica e, [...] que só lhe tirou a terra não lhe trazendo qualquer melhoria. Esse povo, já calejado, parte então à procura do ‘mundo livre pra se plantar’. Essa resistência é mostrada sem pieguismo, com as tradições inerentes ao povo. Seus acertos, seus erros, sua ingenuidade, seu espírito de luta e a necessidade de união (Jornal *VARADOURO*, abril de 1981, p. 2).

Nas Artes Visuais:

Outro campo onde os discursos de resistência ecoaram foi na arte visual, ou melhor, nas pinturas e desenhos do artista visual Hélio de Holanda Melo. Hélio Melo, como conhecido, nasceu no dia 20 de julho do ano de 1926 na cidade de Boca do Acre, no Amazonas, porém foi em Rio Branco, capital acreana, que ficou conhecido por suas produções artísticas, principalmente no campo das artes visuais.

Ele passou sua infância nos seringais, desde criança já começava a dar sinais de seu talento, pintando com materiais naturais ao seu redor, dando origem às “técnicas”, se assim podemos dizer, de tinturas extraídas da mata, ou seja, extraía suas tintas dos pigmentos das folhas das árvores as quais utilizava em suas artes visuais.

Ainda na infância, passou a trabalhar como seringueiro. Aos 33 anos de idade, deixa o seringal e vem para a cidade de Rio Branco em busca de melhores condições de vida para ele e sua família. Aqui, trabalhou como catraieiro, transportando pessoas do 1º distrito ao 2º distrito, de uma margem do rio a outra, já que esse ofício era prática cotidiana em Rio Branco por ser o único meio de transporte que ligava os distritos da cidade. Com a construção da primeira ponte de Rio Branco, a Ponte Metálica no ano de 1971, essa profissão teve seus dias contados, e Hélio Melo passou a desempenhar outros ofícios, como vigia e barbeiro²⁷.

Porém, foi na arte visual que Hélio Melo seria notabilizado, suas telas continham suas vivências, seu contexto histórico e social, seu cri-vo ideológico e crítico, os quais nortearam suas representações sobre a realidade acreana. Logo, viam-se em suas obras outras funções além da estética, como reafirma Trevisan (1990) a essas funções da obra de arte:

A obra de arte, igualmente, serve para ilustrar determinado programa iconográfico, o que converte num sistema de imagens, destinado a valorizar ideais e mitos religiosos, políticos ou culturais, sujeito a modificações ocasionadas por múltiplos fatores. Não se deve ignorar ainda que a obra de arte constitui uma expressão, direta e indireta das concepções de vida e de mundo das

27 - É importante destacarmos que a biografia contida de Hélio Melo em nosso trabalho, foi gentilmente disponibilizada por sua filha, Fátima Melo, que nos enviou por e-mails: fotos, artes visuais e dados biográficos da história desse grande artista.

sociedades às quais pertencem os artistas, [...] Finalmente, a obra de arte é um objeto de prazer, que visa provocar determinada experiência gratificante, que consiste numa espécie de vivência sensorial-perceptivo-intelectual, onde são engajadas especialmente a memória e a imaginação (TREVISAN, 1990, p. 91-92).



Figura 21: Artista plástico Hélio de Holanda Melo. Fonte: Acervo pessoal de Fátima Melo.

Na figura 21, observamos o artista visual Hélio Melo no seu ateliê, trabalhando em mais uma das suas criações, envolto com pincéis, tintas e telas.

As pinturas de Hélio Melo datam das décadas de 1970 e início de 1980, período em que o Acre, como já mencionamos, estava mergulhado nos conflitos de terras, no desmatamento gerado pela pecuarização do Estado e a chegada dos “paulistas” em nossa região. Para Levy (2004), as pinturas de Hélio Melo ganhavam um caráter bem próximo da charge, que já foi definida anteriormente, porém sua definição se torna novamente relevante em nosso trabalho para reforçar o seu caráter crítico. De acordo com Aglaíze Damasceno, a charge é definida como:

[...] Uma representação de caráter mais crítico, pictórico, burlesco, caricatural e cômico, onde é satirizado um

fato específico, acontecimento que é de conhecimento público. Esta representação pode ter um personagem constante ou não, nas ilustrações. Ela pode retratar também personagens desconhecidos da maioria das pessoas, mas inserido em algum fato público, com o qual há, automaticamente, uma associação de fatos e idéias. Pelo motivo de representar um fato ou acontecimento, pode dispensar o desenho com técnica apurada, mas outras vezes pode ser explorado o acabamento técnico (DAMASCENO, 1996, p. 26-27).

Tal definição se torna crucial e pertinente no Acre nessa época, já que os discursos do Estado eram vinculados como discursos de “progresso”, de desenvolvimento, que pintavam o Acre como um lugar maravilhoso, sem conflitos. E esses discursos que eram passados através das mídias, discursos de reafirmação do novo elemento político e econômico adotado pelo Estado, a pecuária, eram os únicos discursos proferidos, em sua maioria, por grande parte das mídias. Assim como já advertia um jornalista da época enfocada, “havia cheiro de pólvora no ar, [...] mas os meios de comunicação faziam de conta que os conflitos pela posse da terra no Estado não existiam” (Revista WILSON PINHEIRO, 2000, p. 14).

Logo, as obras do artista visual Hélio Melo ganhavam uma conotação de discursos de resistência, de denúncia aos conflitos silenciados no Acre, digo, silenciados em prol dos grandes fazendeiros, da elite oligárquica do Acre em relação aos seringueiros, índios e colonos que eram expulsos de suas terras, violentados pela pecuarização do Estado.

Levy (2004) nos elucida sobre esse caráter discursivo das obras de Hélio Melo. Segundo ele:

[...] o que sempre me chamou atenção para uma análise [...] foi o fato de que nos seus pequenos trabalhos ele tinha a capacidade de apresentar o universo acreano, onde as formas e cores de seus desenhos e pinturas tornam-se um ‘texto’ ou um ‘discurso’, enfim, uma expressão de algumas particularidades desse universo cultural [e social] em constantes transformações (LEVY, 2004, p. 75).

E é justamente dessas transfigurações, dessas representações discursivas que seus desenhos ganhavam, que teremos como objeto, a aná-

lise²⁸ de algumas de suas obras que, sem dúvida, representaram um discurso de resistência, um contra discurso aos discursos do Estado, como observamos na figura a seguir:



Figura 22: “A visita da Vaca ao Seringueiro”, quadro de Hélio Melo. Fonte: Acervo pessoal de Fátima Melo.

Nessa pintura de Hélio Melo, intitulada *A visita da Vaca ao Seringueiro*, observamos seu caráter crítico pertinente aos conflitos desencadeados pela chegada dos “paulistas” no Acre. Conseqüentemente, a tela remete simbolicamente ao processo de pecuarização do Estado, o que nos transporta à definição de charge mostrada anteriormente. Nesse quadro, é retratado um acontecimento ou fato “público”, a relação conflituosa que foi gerada no Acre entre colonos, seringueiros, índios e os “paulistas”.

Um elemento a destacar nesta tela diz respeito à mutação do animal em humano: a crítica social, neste caso, se estabelece através do antropomorfismo, quer dizer, a transformação do pecuarista na represen-

28 - Consideramos importante informar aos nossos leitores que as pinturas aqui mostradas servem como ilustração à denúncia que Hélio Melo tece acerca do processo de pecuarização. Portanto, fica esclarecido aqui que o nosso objetivo não é a análise em profundidade das referidas telas.

tação do gado que ele cultivava. Na condição de ex-seringueiro, o artista visual Hélio Melo se alinha, assim, à mesma visão ideológica do *Varadouro*, que buscava denunciar as oligarquias locais.

Portanto, a pintura *A visita da Vaca ao Seringueiro* representava o prenúncio dos conflitos que iriam eclodir no Acre com a pecuarização. Num primeiro momento, a pintura remete a uma senhora elegante, fazendo uma visita despretensiosa, amistosa, contudo, traz em si enraizada a figura de um novo elemento econômico e social que trouxe marcas profundas para a população acreana, principalmente para os seringueiros, índios e colonos. Assim como é observado na pintura seguinte, a substituição do sistema extrativista pelo sistema agropecuário.



Figura 23: “Transformação da Seringueira em Vaca Leiteira”, quadro de Hélio Melo. Fonte: Acervo pessoal de Fátima Melo.

Como pretendemos ilustrar, os fundamentos da ideologia que se constroem no Acre através de discursos de resistência contra os pecuaristas entre os anos 1971 e 1981, mostramos a pintura constante na figura 23, que substitui de forma irônica o leite da seringueira pelo leite da vaca. A seringueira é um produto natural das matas amazônicas, enquanto o gado foi transplantado para as florestas acreanas, causando desequilíbrios ambientais de proporções sociais catastróficas. Todavia, é

na pintura seguinte que vemos nitidamente a simbologia discursiva de defesa, ou melhor, de ataque, crítica social, um discurso popular de reação contra os discursos dos governantes acreanos e pecuaristas.



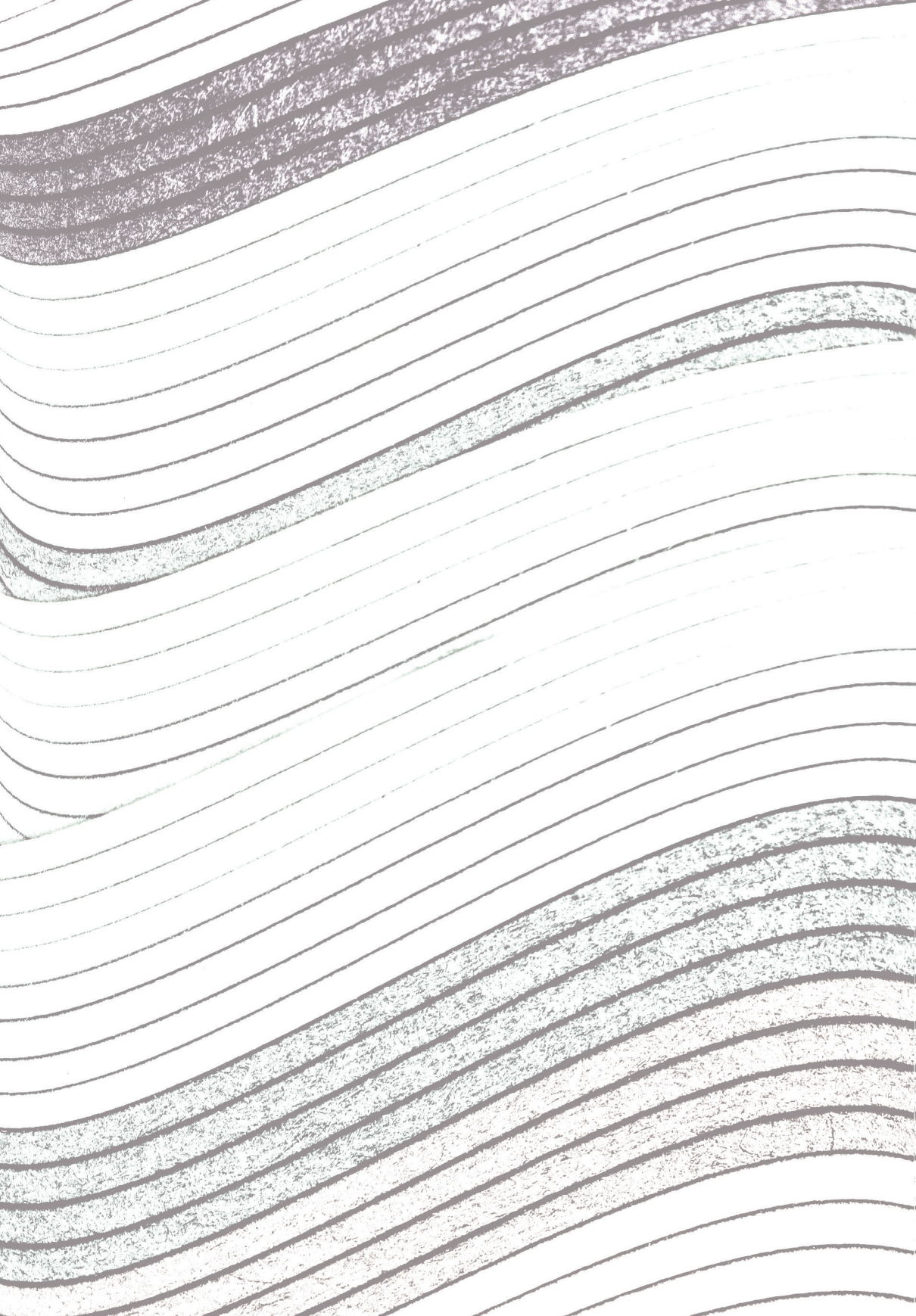
Figura 24: “A expulsão do Seringueiro”, quadro de Hélio Melo. Fonte: Acervo pessoal de Fátima Melo.

Nessa pintura intitulada *A expulsão do Seringueiro*, o artista representa sua obra como um discurso de resistência, um discurso de denúncia mostrando a realidade dos colonos e seringueiros que foram expulsos de suas casas, de suas colocações, pela agropecuária imposta ao Acre pelos seus governantes. Ao analisarmos a pintura, observamos que a vaca ocupa a casa, e o seringueiro, juntamente com a sua família, pega seus poucos pertences e vai embora do lugar que era seu “lar”. Observe-se também o desmatamento ocasionado para a formação de pastos para o gado, como observado na árvore cortada. Essa realidade não era veiculada pelos meios oficiais que silenciavam os conflitos de terras, as violências, as barbaridades ocorridas nesse período de 1971 a 1981, no Acre.

Conforme já dizia Bakhtin, “um instrumento [ou imagem] pode ser convertido em signo ideológico” (BAKHTIN, 1995, p. 32). Bakhtin fazia referência ao caso da foice e do martelo como emblema da União Soviética. Segundo ele, “a foice e o martelo possuem, um sentido puramen-

te ideológico” (BAKHTIN, 1995, p. 32). No caso das telas de Hélio Melo aqui mostradas, além de instrumentos ideológicos, elas se configuram em obras de arte dotadas de forte tom de engajamento político e social.

Assim, essas mídias culturais locais, esses movimentos artísticos ganharam esse contorno social no Estado, fazendo com que a prática discursiva de resistência fosse ecoada na capital e no Estado do Acre no período em questão, porquanto os meios de comunicação, as mídias, em sua maioria, eram de propriedade do Estado e serviam para a vinculação de seus discursos carregados de interesses e poder.



**O FIM OU APENAS O
INÍCIO DE UMA NOVA
(DES)CONSTRUÇÃO?**



O trajeto deste livro somente poderá ser plenamente compreendido a partir do esclarecimento dos processos de Comunicação, recurso esse indispensável na sociedade mundial e, principalmente, o uso do referido recurso através das mídias ditas de massa. Para que se proceda a tal esclarecimento, achamos por bem fazer uma análise desses processos em sociedade, usando para isso o pensamento de Thompson (2009), autor cujo raciocínio teórico se ancora na arqueologia da variadas formas e manifestações de poder, recursos e instituições em que essa se baseia, bem como nas relações sociais dos indivíduos.

Thompson nos adverte que a posição que o indivíduo ocupa dentro de uma instituição, um campo ou, em geral, na sociedade, está estritamente ligada ao poder que ele possui. Esse poder é definido pela “capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas consequências” (THOMPSON, 2009, p. 21). Ou seja, no exercício do poder, para assegurar os seus interesses, os indivíduos empregam meios ou recursos disponíveis, no intuito de, dessa forma, alcançar os próprios objetivos e interesses. Exatamente assim como aconteceu no Acre entre os anos 1971 e 1981, recorte temporal adotado para este trabalho, principalmente com a implementação ou imposição da pecuária como principal atividade econômica do Estado.

Logo, as relações estabelecidas em sociedade ou as “redes de poder e dominação entre os indivíduos” (THOMPSON, 2009, p. 22), fazem surgir uma divisão e uma análise nas formas de exercitar o poder. No que diz respeito aos tipos de manifestações de poder que interagem socialmente para estabelecer normas de conduta dos indivíduos, Thompson (2009) cita quatro como sendo os principais: Econômico, Político, Coercitivo e Simbólico.

Resumindo suas especificidades, temos o *poder econômico*, o qual está estritamente ligado aos meios de subsistência, a extração da matéria-prima e de sua transformação em bens de consumo que podem ser consumidos e trocados no mercado, o que implica o uso de recursos materiais e financeiros, tais como: terras, máquinas, formas de crédito, dinheiro etc., os quais permitirão o acúmulo de capital por parte dos indivíduos, e isso, conseqüentemente, irá gerar um poder baseado em valores pecuniários.

Quanto ao *poder político*, Thompson explica que se trata de “uma atividade de coordenação dos indivíduos e da regulamentação dos padrões de sua interação” (THOMPSON, 2009, p. 22). Ou seja, é um *poder político*

que se materializa através de um complexo sistema de leis, regras e procedimentos, cuja finalidade é determinar como os indivíduos deverão agir.

No que diz respeito ao *poder coercitivo*, este é definido por Thompson como o “uso, ou a ameaça, da força física para subjugar ou conquistar um oponente” (THOMPSON, 2009, p. 23). Além do uso, para aumentar essa força, de instrumentos como armas, táticas, treinamentos militares etc.

O uso de tal poder é bem observado como suplemento, apoio a outros poderes, através da violência, para assegurar as ideologias e interesses das classes dominantes, como bem observamos no Acre, particularmente entre os anos 1971 e 1981, que é o espaço temporal de nosso trabalho, utilizado pela classe dominante para expulsar seringueiros e índios de suas terras, com vistas à implementação do novo elemento político e econômico para o Acre, no caso a pecuarização.

Entretanto, nenhum desses poderes foi e será tão impactante quanto o quarto poder citado por Thompson (2009): o *poder simbólico*, o qual é “cultural ou simbólico, que nasce na atividade de produção, transmissão e recepção do significado das formas simbólicas” (THOMPSON, 2009, p. 24). Antes, devemos salientar a conectividade entre esses quatro poderes, ressaltando que eles mantêm suas especificidades, porém, como forma de garantir a manutenção da “ordem” estabelecida, dos interesses de classe, são muitas vezes interligados em igualdade.

Entretanto, é justamente esse *poder simbólico* que, sem dúvida, influencia, dissemina de maneira mais eficaz o que deve ser considerado o “certo” e o “errado”, e que intervém de maneira mais incisiva no curso dos acontecimentos, nas ações dos indivíduos, capaz de estabelecer com eficácia as bases de uma ideologia dominante, visto que as ações simbólicas “podem provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e descreer, apoiar os negócios do estado ou sublevar as massas em uma revolta coletiva” (THOMPSON, 2009, p. 24).

Portanto, em nossa análise, ou melhor, em nossa escrita, temos como espaço e tempo o estado do Acre e, em especial, a cidade de Rio Branco, entre os anos 1971 e 1981, e a análise dos discursos dos governantes e os discursos de resistência, os contra discursos, ante os discursos dos políticos da época em questão, e seus modelos de “progresso” e “modernização” para a região, como a pecuarização.

Entretanto, é importante salientarmos que, apesar de nosso foco ini-

cial ser apenas a análise dos discursos conflitantes no Acre, tendo como palco a Rádio Difusora Acreana (RDA), ao longo dessa trajetória de pesquisas, foi necessário irmos mais além e trazer a história ou a gênese da inserção das vias e meios de comunicação até a chegada do rádio na região.

E é exatamente o que propomos no texto de apresentação deste trabalho. Analisamos que, durante anos, séculos, esse *poder simbólico* instituiu à Amazônia acreana um lugar de “atraso”, “caos”, “inferno verde”, “paraíso perdido” e “isolamento”, por parte de viajantes, pesquisadores, escritores e de todos (ou da maioria) que lançavam seus olhares, de um outro lugar, cheios de valores morais, políticos, estéticos, instituindo assim à região acreana essas representações, como nos adverte Hardman em sua obra *A Vingança da Hiléia – Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna*, na qual o autor analisa as obras euclidianas, ou ainda, como consta no trabalho de nossa colega Ezilda Maciel (2013), intitulado *Cinzas e Vozes: figurações das Amazônias em Milton Hautom e Vargas Llosa*, que retrata essas representações ou figurações que tínhamos e ainda temos sobre a Amazônia e, em especial, a região acreana.

Portanto, em nossa breve apresentação, trouxemos como gênese dessa trajetória que traçamos aqui, no que concerne à inserção dos meios de comunicação “modernos” no Acre, um elemento importantíssimo para a região, tanto para o transporte, as relações sociais, comerciais, a comunicação e, principalmente, quanto a um elemento “desconstrutor” da simbologia atribuída ao Acre de isolamento: o rio.

O isolamento sempre foi uma das maiores simbologias atribuídas à Amazônia acreana, como afirmou Tocantins, “condenados a um terrível isolamento, os habitantes dessas circunscrições [...] um povo que se viu *insulado* do país e da própria comunidade de seu Território” (TOCANTINS, 1983, p. 111). Contudo, utilizando-se daquilo que nos asseverou Silviano Santiago (2000), em que esse defendia o papel do escritor latino-americano: “vivendo entre a assimilação do modelo original, isto é, entre o amor e o respeito pelo já-escrito, e a necessidade de produzir um novo texto que afronte o primeiro e muitas vezes o negue” (SANTIAGO, 2000, p. 23).

Logo, trouxemos exatamente o rio como afronte, negação às representações, simbologias de isolamento à região acreana, uma vez que o rio sempre nos proporcionou o transporte, a chegada e saída de inúmeras pessoas ao Acre, as migrações nordestinas, os transportes das matérias-pri-

mas acreanas para outras cidades como Manaus e Belém, e a chegada dos produtos industrializados para os moradores da Amazônia acreana. Além do papel primordial de trazer as cartas, revistas, jornais, notícias de outros lugares do Brasil, do mundo e das próprias regiões acreanas, conforme o próprio Tocantins (1983) asseverou.

Foi a partir do rio, nossa gênese, que traçamos a “evolução” e, conseqüentemente, a inserção de outras vias de comunicação no Acre, dando destaque para os discursos da RDA, do jornal *Varadouro*, cinema, música e as artes visuais produzidas no período.

No capítulo primeiro, falamos essencialmente da RDA, da sua história de criação e do papel que essa adquiriu durante os anos junto à população acreana e os governantes que sempre a utilizaram para perpetuar suas ideologias, seus símbolos e manter a ordem estabelecida. Entretanto, a RDA desempenhou um papel, de certo modo, diferente de outros lugares do Brasil. Cedo, ela foi reapropriada pelo “povo”, tendo um crucial papel social para as pessoas de todos os lugares, até os mais longínquos, do território acreano, servindo, por muitas vezes, de único veículo comunicativo que interligava toda a região acreana.

Portanto, nossa pesquisa trouxe consigo traçar essa história, esse caminho, que possibilitou a inserção da RDA até mostrar seu decisivo papel social desempenhado com seus programas, que mexiam com o imaginário dos acreanos, dos serviços de mensagens que, por muitas vezes, eram e, ainda hoje são, o único meio de comunicação para a população da zona rural, além de tentarmos mostrar a participação das mulheres, que sempre foram silenciadas ao longo da história, o caso da “batalha” de Nilda Dantas, que representou tantas outras guerreiras ao, enfim, “lugar ao sol”.

Finalmente, nos capítulos segundo e terceiro, propomos exatamente mostrar o uso dos meios técnicos, especificamente das mídias, pelos governantes acreanos, entre os anos 1971 e 1981, com ênfase no Governo Dantas (1971-1975), onde se observou com maior notoriedade o uso de intensiva propaganda em rádios, televisões e jornais para atrair grandes empresários do centro-sul do país e até de empresas estrangeiras para investir no Acre, tendo como resultado desse processo a pecuarização do Estado, com o intuito de trazer o “progresso” e a “modernização”, mas que, na verdade, trouxe o caos e uma série de conflitos à região.

É exatamente nesse momento que, diante dos discursos carregados

de interesses dos governantes acreanos, procuramos notar, evidenciar discursos que emergiam ante os discursos do governo – discursos populares de resistência – ou contra discursos. Tais discursos populares de resistência começaram a entrar em ebulição no Estado e, em destaque, na capital acreana, Rio Branco.

Enfim, procuramos dar ênfase aos processos de resistência contra a política de pecuarização acreana e o caos, os conflitos que essa trazia à população da região. Principalmente, em relação aos mais humildes: seringueiros, colonos e índios, os quais eram expulsos de suas terras, eram violentados, tratados como animais.

E, apesar do regime militar imposto em todo Brasil e, claro, no Acre, com a censura, as fiscalizações e o uso do *poder coercitivo* (a polícia e suas armas), houve certo momento em que emergiram discursos de resistência em Rio Branco e no restante do Estado. Tais discursos surgiram até mesmo por parte de servidores do governo, como os radialistas que, irradiando músicas proibidas, dando suas opiniões, “subverteram” os discursos dos governantes.

De jornais que nasciam por iniciativa da Igreja Católica, como é o caso do boletim *Nós Irmãos* e o jornal *Varadouro*, que foram importantes mídias que combatiam a desinformação vinculada pelos demais veículos que eram controlados pelo governo acreano e denunciavam, representavam criticamente a realidade do Acre e de sua maior parte populacional, que vivia na miséria e ainda era explorada, violentada pelos grandes empresários com a ajuda do governo e seus órgãos.

Além de outras mídias culturais locais, movimentos artísticos que emergiram no cenário de Rio Branco, que traziam em si discursos de resistência contra os governantes, sua política adotada e a consequência que trouxeram para seringueiros, índios, colonos, e o aumento da pobreza na cidade.

Destacamos aqui as artes visuais do artista visual Hélio Melo. Este bem representou até sua aproximação com a charge, denúncias contra o desmatamento das florestas acreanas e a expulsão dos seringueiros que eram substituídos pelo gado. Além das peças teatrais, músicas e do cinema acreano que, em suas produções, representavam a realidade dos conflitos, as expulsões e a violência para com os mais pobres.

Assim, através desses discursos, onde “a palavra está sempre carre-

gada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial” (BAKHTIN, 1995, p. 95), o que pressupõe que tais palavras carregadas de ideologias contraditórias começam a digladiarem entre si, entre os interesses divergentes. Logo, na acepção bakhtiniana, como já observamos, vemos o discurso sendo a arena onde se digladiam as vozes sociais. E vimos nesse trabalho a emersão de discursos de resistência que entraram em embate contra interesses da oligarquia pecuarista e os discursos dos governantes do Acre.

Assim como afirma Bakhtin, cada época e cada grupo social têm seu repertório de “formas de discursos na comunicação sócio-ideológica. A cada grupo de formas pertencentes ao mesmo gênero, isto é, a cada forma de discurso social, corresponde um grupo de temas” (BAKHTIN, 1995, p. 43), e, nessa perspectiva foi que organizamos nossos argumentos no decorrer deste trabalho sobre os discursos oficiais e discursos de resistência entre os anos 1971 e 1981.

Por fim, destacamos que a obra ora apresentada, configura-se como uma singela contribuição ao tema dos discursos de resistência que imperaram nos meios de comunicação acreanos entre os anos 1971 e 1981. Portanto, é apenas uma vereda aberta para novas pesquisas que certamente virão.

REFERÊNCIAS

Livros, dissertações, monografias e artigos:

ALENCAR, Marcelo Sampaio de. **História, tecnologia e legislação de telecomunicações**. Recife: 2011.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. **Estética da criação verbal**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

BASILIO, Sandra Teresa Cadiolli. **A Igreja e a luta pela terra no Acre**. Recife: UFPE, 2000.

BONNUCI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. **Teoria literária - abordagens históricas e tendências contemporâneas**. 3ª edição revisada e ampliada. Maringá: Eduem, 2009.

BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BRITO, J. e OLIVEIRA, O. Divisão sexual do trabalho e desigualdade nos espaços de trabalho. In: FILHO, F.S. e JARDIM S. (orgs). **A danação do trabalho**. Rio de Janeiro, 1997.

CAGNIN, Antônio Luiz. **Carões, caras e caretas: salão de humor e de outros humores**. [S.l.: s.n.], [19--]. Mimeografado.

CALABRE, Lia. **A era do rádio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CARNEIRO, Edison. **A conquista da Amazônia**. Rio de Janeiro: Coleção Mauá, 1956.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática,

1995.

_____. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CHAVES, Glenda Rose Gonçalves. **A radionovela no Brasil**: um estudo de Odette Machado Alamy (1913-1999). Belo Horizonte: UFMG, 1997.

COSTA, Lúcia Cortes da. **Gênero**: uma questão feminina? s/d, p. 3. Disponível em: <http://www.uepg/nupes/genero.htm>. Acesso em 24/10/2012.

COSTA JÚNIOR, Hélio Moreira da. **Acre(anos) de cinema**: uma história quadro-a-quadro de jovens cineastas (1972-1982). Rio Branco: Edufac, 2010.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Meios alternativos de comunicação e movimentos sociais na Amazônia Ocidental** (Acre: 1971-81). São Paulo: USP, 2000.

COUTINHO, Edilberto. **Rondon e a integração amazônica**. São Paulo: Arquimedes, 1968.

_____. **Rondon**, o civilizador da última fronteira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **Rondon** o salto para o desconhecido. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta e da abertura**: Brasil (1964- 1985). Rio de Janeiro: Record, 1999.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Cultrix, 1975.

DAMASCENO, Aglaíze da Silva. **Charges de Garibaldi Brasil**: expressão lúdica do cotidiano enquanto leitura do contexto social. Rio Branco: Fundação Garibaldi Brasil/ Bobgraff, 1996.

DIACON, Todd A. **Rondon**, o marechal da floresta. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DOMINGUEZ, Bruno Camarinha. **Charges e discurso**: episódio da febre amarela. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de

Pós-Graduação de Comunicação e informação Científica de Tecnologia em Saúde, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2012.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **Do “manso” ao Guardião da floresta**. Rio Branco: Edufac, 2010.

FARIAS, Maria do Livramento Cerqueira. **Um lugar ao sol**: memórias de uma Radialista acriana. Rio Branco, 2010.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio**: o veículo, a história e a técnica. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERRO, Marc. **Cinema e história**. Trad. Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Eu, Pierre Revière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 36. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FRANÇA, Júnia Lessa. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**/ Júnia Lessa França, Ana Cristina de Vasconcellos; colaboração: Maria Helena de Andrade Magalhães, Stella Maris Borges. – 8. ed. Ver e ampl. Por Júnia Lessa França e Ana Cristina de Vasconcellos. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral**: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanistas, 2006.

GREGOLIN, M. R. V. **Análise do discurso**: os sentidos e suas movências. Araraquara, SP: Cultura Acadêmica, 2001.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais (org.) Liv Sovik; Trad. Adelaine La Guardia Resende. et al. Belo Horizonte:

Editora UFMG, 2003.

HARDMAN, Francisco Foot. **A Vingança da Hiléia** – Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HOUAISS, Antonio e VILLAR, Mauro de Sales. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KAMEL, Verônica Maria Elias. **A língua que aprendemos a ensinar: discursos sobre o ensino de português**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

KHOURY, Yara Maria Aum. **A pesquisa em história**. São Paulo: Ática, 1989.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios: natureza em ruína na Amazônia brasileira**. Brasília: Ed. Unb, 1999.

LEVY, Herbert Costa. **As obras de Hélio Melo e suas possibilidades interpretativas acerca do contexto acreano**. Rio Branco: Ufac, 2004.

LOPES, Luis Paulo da Moita; BASTOS, Liliana Cabral, organizadores. **Para além da identidade: fluxos, movimentos e trânsitos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura amazônica: uma poética do imaginário**. Belém: Editora Cejup, 1995.

MACHADO, Tânia Mara Rezende. **Migrantes sulistas: caminhadas, aprendizados e a constituição de modos de vida na região acreana (1977- 2000)**. Pernambuco: UFPE, 2002.

MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon**. São Paulo: Educ/Fapesp, 1999.

_____. **Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico**

no Brasil. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 127-144, 2001.

MAUTNER, Anna Verônica. A emoção pelas ondas do rádio. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 05 jan. 2006.

MEDITSCH, Eduardo. **O rádio na era da informação** – teoria e técnica do novo radiojornalismo. 2. ed. Florianópolis: Insular, Ed. da UFSC, 2007.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MORHY, Annete e FERREIRA, Jaqueline. Cálice – A música e as relações de poder. In: **VI Congresso de Ciências da Comunicação da Região Norte-Intercom Norte**, 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/norte2007/resumos/r0053-2.pdf>. Acesso em 25 de outubro de 2012.

MOREIRA, Livio G. **Telegraphia- noções práticas**. Curitiba: João Haupt & Cia., 1924.

MOURÃO, Nilson Moura Leite. **A prática educativa das CEBs: popular e transformadora ou clerical e conservadora?** São Paulo: PUC – SP, 1988.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.) **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 2 v. São Paulo: Cortez, 2001.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio: os grupos de poder e determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus, 1985.

PEREIRA, Mirlei Fanchini Vicente. Uso do território e território usado no sudoeste da Amazônia: Considerações a partir do sistema hidroviário. In: **I Simpósio de Pós-Graduação em Geografia do Estado de São Paulo / VIII Seminário de Pós-Graduação em geografia da Unesp**, campus Rio Claro. Rio Claro: Ageteo, 2008.

PINHEIRO, Francisco de Moura. **Impactos de veículos de comunicação de massa numa reserva extrativista no Estado do Acre**.

Brasília: Unb, 1999.

PORTELA, Michelle da Costa. **Varadouro** – um jornal das selvas: um estudo sobre a vida no alternativo. Manaus, 2009.

PORTELLI, Alessandro. **A morte de Luigi Trastulli e outras histórias**: formas e significados na História Oral. Hincó, tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro, 2009.

_____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História oral. In: **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento da PUC- SP, 1997.

RABAÇA, Carlos Alberto, BARBOSA, Gustavo. **Dicionário de comunicação**. São Paulo: Ática, 1987.

RECHDAN, Maria Letícia de Almeida. **Dialogismo ou polifonia?** Universidade de Taubaté, São Paulo, 2003.

REIS, Roberto. Cãnon. In: JOBIM, José. **Palavras da Crítica**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

ROSTAN, Benedito. **Alô, alô, Amazônia**: a linguagem da floresta no rádio. São Paulo: Limiar, 2005.

SANTANA, Márcilio Ribeiro. **Os “Imperadores do Acre”**. Uma história da recente expansão capitalista na Amazônia Ocidental: Contribuição à história da recente expansão capitalista na Amazônia. Brasília, UNB, 1988.

SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos**: ensaios sobre dependência cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **História, memória, literatura**: o testemunho na era das catástrofes. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.

SILVA, Francisco Bento da. **Acre, a “pátria dos proscritos”**: prisões e desterros para as regiões do Acre em 1904 e 1910. 2010. 363f. Tese (doutorado) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

_____. **As raízes do autoritarismo no executivo acreano** –

1921/1964. Dissertação de Mestrado, Pernambuco: UFPE, 2002.

SILVA, Kalina; Vanderlei e SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, Sérgio Gomes da. **Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher, psicologia, ciência e profissão**. Brasília, v. 30, n. 3, p. 556- 557, setembro de 2010. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s1414-98932010000300009. Acesso em 24 de outubro de 2012.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **História do Acre**. Rio Branco: Editora M.M. Paim, 1992.

_____. (org.). **15 textos de história da Amazônia**. Rio Branco, Ufac, 1998.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. Discriminação e preconceito. In: **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TOCANTINS, Leandro. **Estado do Acre: geografia, história e sociedade**. Rio Branco: Tribunal de Justiça, 2003.

_____. **O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1983.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. São Paulo: Cortez, 1997.

TREVISAN, Armindo. **Como apreciar a arte**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1990.

VARGAS, Milton (org.). **História da técnica e da tecnologia no Brasil**. São Paulo: Ed. UNESP, 1994.

WILLIANS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: companhia das letras, 1989.

ZUMTHOR, Paul. **Escritura e nomadismo**. São Paulo: Ateliê

Editorial, 2005.

Documentos oficiais e jurídicos

ANUÁRIO Estatístico do Acre, ano de 1970, v. IX, Rio Branco, julho de 1971.

ANUÁRIO Estatístico do Acre, v. XIX, Rio Branco, 1980.

BRASIL, Ministério da Justiça. Relatório do ministro Eusébio de Queiroz Mattoso, ministro e secretário do Estado, apresentado em 1850.

BRASIL, Ministério da Justiça. Relatório do ministro Augusto Tavares de Lyra, apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil em março de 1908.

IBGE: Enciclopédia dos municípios brasileiros, 1957, v. XIV.

NOVO ACRE- Administração Wanderley Dantas, Notícias e Informações. Rio Branco, Acre: Serviço de Divulgação do Estado do Acre – SERDA-, 1 a 31 de outubro de 1972.

Relatório de Governo. Relatório apresentado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo Dr. Hugo Carneiro, 1930.

RIO BRANCO, Acre. Coleção Monografias nº 519, Fundação IBGE, 12 de julho de 1972, Serviço Gráfico da Fundação IBGE, em Lucas, GB.

Publicações periódicas

Artigos e/ou matéria de periódicos:

Revista **A Voz das Selvas**: História da Rádio Difusora Acreana. Rio Branco: FEM, 1999.

Revista **Batalhão BEC, 34 anos de História**, 2003.

Revista **Wilson Pinheiro - 20 anos depois**. Editora: FEM, 2000.

8ª Sessão do Simpósio de História do Acre: governo Wanderley

Dantas.

Artigos e/ou matérias de jornais: Jornais

Jornal **Cruzeiro do Sul**, 10 de abril de 1910, ano V, nº 118, p.1.

_____. 25 de junho de 1911, ano VI, nº 164, p. 2.

_____. 7 de janeiro de 1912, ano VII, nº 190, p. 2.

_____. 10 de março de 1912, ano VII, nº 199, p.1.

_____. 4 de fevereiro de 1912, ano VII, nº 194, p. 1.

Jornal **Folha do Acre**, 23 de fevereiro de 1913, ano 3, nº 106, p.1.

Jornal **O Alto Purus**, 12 de agosto de 1909, ano II, nº 77, p. 2.

_____. 26 de dezembro de 1909, ano II, nº 98, p.2.

Jornal **O Acre**, 10 de maio de 1936, ano 8º, nº 328, p. 6-7.

_____. 13 de Agosto de 1944, ano XIV, nº 759, p. 1.

_____. 18 de junho de 1950, ano XX, nº 979, p.1.

_____. 24/09/1952, ano XXII, nº 1091, p. 1.

Jornal **O Rio Branco**, 06 fevereiro de 1971, ano II, nº 234, p. 1.

_____. 15 de janeiro de 1972, nº 452, p. 3.

_____. 25 de outubro de 1972, ano IV, nº 702, p. 3.

_____. 10 de julho de 1973, ano V, nº 891, p. 1.

_____. 14 de abril de 1974, ano V, nº 1090, p. 3.

_____. 11 de julho de 1974, ano VI, nº 1062, p. 1.

_____. 03 de agosto de 1974, ano VI, nº 1082, p.1.

_____. 16 de outubro de 1974, ano VI, nº 1252, p.1.

_____. 08 de dezembro de 1974, ano VI, nº 1286, p. 1.

_____. 31 de janeiro de 1976, ano VII, nº 1638, p. 1.

Jornal **Repiquete**, 20 de outubro de 1985, ano I, nº 38, p.17.

Jornal **Varadouro**, Ano I – **n. 1** maio de 1977.
_____. Ano I – **n. 2** junho de 1977.
_____. Ano I – **n. 3** agosto de 1977.
_____. Ano I – **n. 4** setembro de 1977.
_____. Ano I – **n. 5** novembro de 1977.
_____. Ano I – **n. 6** dezembro de 1977.
_____. Ano I- **n. 7** fevereiro de 1978.
_____. Ano I- **n. 8** março de 1978.
_____. Ano I- **n. 9** maio de 1978.
_____. Ano I- **n. 10** junho de 1978.
_____. Ano II- **n. 11** agosto de 1978.
_____. Ano II- **n. 12** setembro de 1978.
_____. Ano II- **n. 13** dezembro de 1978.
_____. Ano II- **n. 14** março de 1979.
_____. Ano II- **n. 15** junho de 1979.
_____. Ano II- **n. 16** outubro de 1979.
_____. Ano II- **n. 17** dezembro de 1979.
_____. Ano II- **n. 18** março de 1980.
_____. Ano II- **n. 19** maio de 1980.
_____. Ano IV- **n. 20** abril de 1981.
_____. Ano IV- **n. 21** maio de 1981.
_____. Ano IV- **n. 22** junho/julho de 1981.
_____. Ano IV- **n. 23** agosto/setembro de 1981.
_____. Ano IV- **n. 24** dezembro de 1981.

Fontes Orais/Entrevistas:

BEZERRA, Edmar. Radialista da Rádio Difusora Acreana. Entrevista cedida no dia 25 de novembro de 2006.

CIDREIRA, Saint' Clair. Migrante paranaense. Relato concedido em novembro de 2006.

COSTA, Francisco. Ouvinte do programa "Correspondente Difusora". Entrevista concedida em novembro de 2006.

DANTAS, Nilda. Radialista e jornalista da Rádio Difusora Acreana e TV Aldeia. Entrevistas cedidas em: 25 de novembro de 2006; e 23 de outubro de 2012.

MELO FILHO, José Francisco. Radialista da Rádio Difusora Acreana. Entrevistas cedidas em: 25 de novembro de 2006; e 23 de outubro de 2012.

Músicas

Soy Loco Por Ti America é uma canção composta por Gilberto Gil, Torquato Neto e José Carlos Capinan, em 1966, para Caetano Veloso, que a gravou em seu primeiro disco, lançado em 1968.

Padim Sebastião é uma canção de Pia Vila e Terri Vale Aquino, "Padim Sebastião", composta em 1976.

Filmes

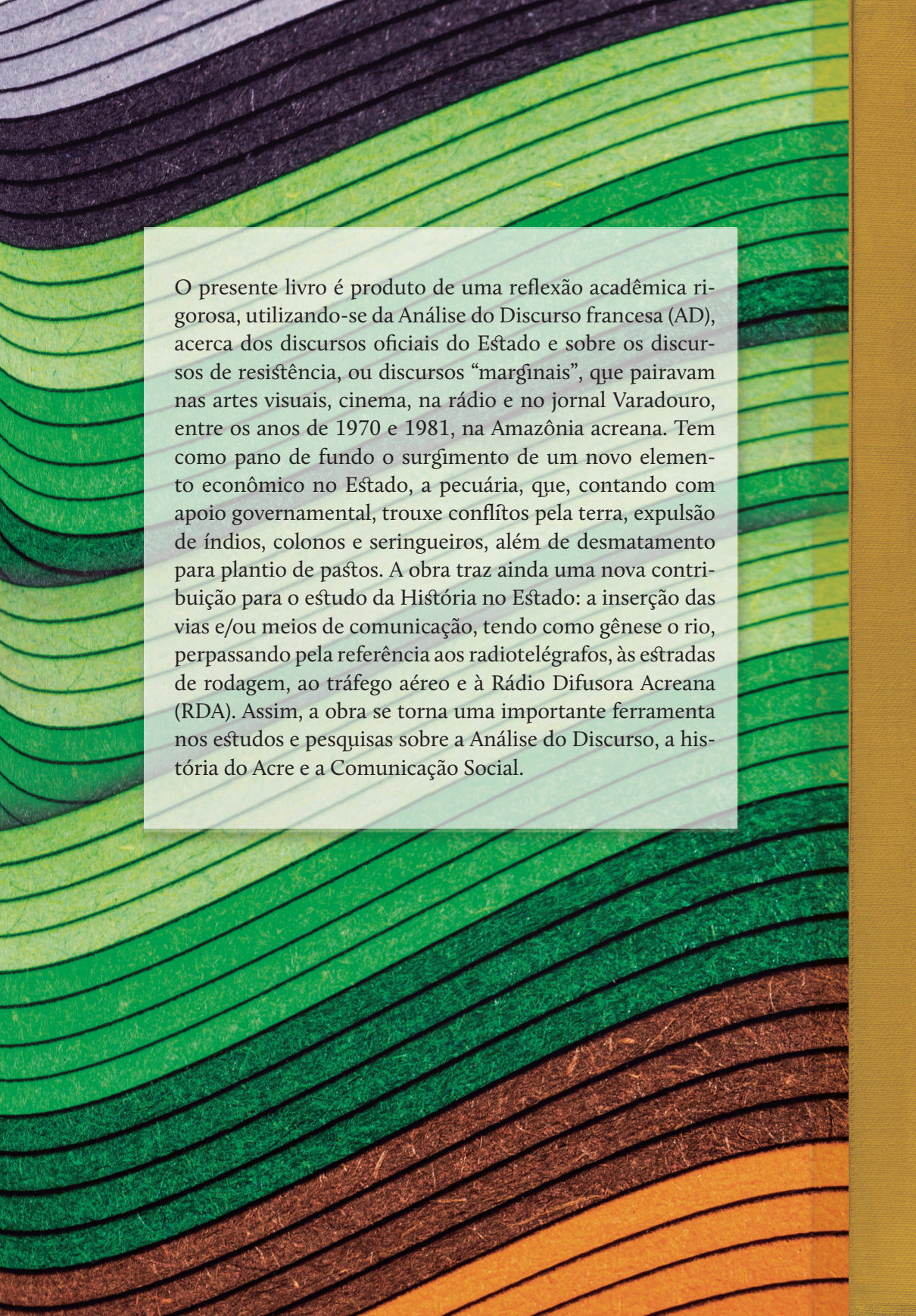
A imagem de uma vida, coletânea em comemoração aos 40 anos do 7º BEC, 2009.

Rosinha, a Rainha do Sertão Produção Ecaja Filmes, ano de 1974, em Rio Branco. Argumentação, roteiro, montagem e direção: João Batista; câmeras: Raynato Silva, João Batista e Adalberto Queiroz; diretor fotográfico: Adalberto Queiroz. Elenco do filme: João Batista, Joracilda Gomes, Adalberto Queiroz, Markísio Lima, Raimundo Ferreira, Capixaba, Maria Brito, Maria Rita, Acirema Marquez, Avelino Acióle, Ana Maria, Graça Queiroz. Participação especial: Raimunda Bessa.



Jefferson Henrique Cidreira

É acreano, nascido na capital do Acre, Rio Branco, em 1984. Estudou História, na Universidade Federal do Acre, graduando-se no ano de 2006; é mestre em Linguagem e Identidade pela mesma Instituição, no ano de 2013. Atualmente faz Licenciatura em Pedagogia. É professor universitário do Centro Integrado de Pesquisa e Educação da Amazônia – Cipeama, e também professor da disciplina de História nas redes de ensino estadual e municipal.



O presente livro é produto de uma reflexão acadêmica rigorosa, utilizando-se da Análise do Discurso francesa (AD), acerca dos discursos oficiais do Estado e sobre os discursos de resistência, ou discursos “marginais”, que pairavam nas artes visuais, cinema, na rádio e no jornal Varadouro, entre os anos de 1970 e 1981, na Amazônia acreana. Tem como pano de fundo o surgimento de um novo elemento econômico no Estado, a pecuária, que, contando com apoio governamental, trouxe conflitos pela terra, expulsão de índios, colonos e seringueiros, além de desmatamento para plantio de pastos. A obra traz ainda uma nova contribuição para o estudo da História no Estado: a inserção das vias e/ou meios de comunicação, tendo como gênese o rio, perpassando pela referência aos radiotelégrafos, às estradas de rodagem, ao tráfego aéreo e à Rádio Difusora Acreana (RDA). Assim, a obra se torna uma importante ferramenta nos estudos e pesquisas sobre a Análise do Discurso, a história do Acre e a Comunicação Social.